

III Encontro de Arquivos Científicos

26 e 27 de setembro de 2008

Anais

Museu de Astronomia e Ciências Afins / MCT
Fundação Casa de Rui Barbosa / MinC

Rio de Janeiro
2008

Anais

III ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS

26 e 27 de setembro de 2007

Museu de Astronomia e Ciências Afins — MCT
Fundação Casa de Rui Barbosa — MinC

Rio de Janeiro
2008

Museu de Astronomia e Ciências Afins – 2008

Presidente da República

Luís Inácio Lula da Silva

Ministro da Ciência e Tecnologia

Sérgio Rezende

Diretor do Museu de Astronomia e Ciências Afins

Alfredo Tiomno Tolmasquim

Coordenação de Documentação e Arquivo

Vânia Hermes de Araújo

Coordenação do III Encontro de Arquivos Científicos

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Lúcia Maria Velloso de Oliveira

Comitê Científico

Ana Maria de Almeida Camargo

José Maria Jardim

Maria Odila Karl Fonseca

Organização dos Anais

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Diagramação e capa

Luci Meri Guimarães da Silva

FICHA CATALOGRÁFICA

E56 Encontro de Arquivos Científicos (3 : 2007 : Rio de Janeiro)
Anais do III Encontro de Arquivos Científicos, 26 e 27 de
setembro de 2007 — Rio de Janeiro : Museu de Astronomia
e Ciências Afins. — Rio de Janeiro, 2008.

113 p.

Inclui Bibliografia.

1. Arquivos científicos – Reunião, 2007. I. Título.

CDU 930.25(083.82)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	05
PROGRAMA DO III ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS	07
CONFERÊNCIAS	09
POLÍTICAS DE ACESSO E PROGRAMAS DE DIVULGAÇÃO DOS ARQUIVOS DO SETOR ENERGÉTICO PAULISTA	
Maria Bassioli Moraes	11
OBJETOS TRIDIMENSIONAIS EM ARQUIVOS CIENTÍFICOS: LEVANTAMENTO PRELIMINAR NOS ARQUIVOS SOB CUSTÓDIA DO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO E DOCUMENTAÇÃO DA CASA DE OSWALDO CRUZ	
Renata Silva Borges	23
O QUE MUDOU EM RELAÇÃO AO USUÁRIO E AO USO DA INFORMAÇÃO APÓS A PÁGINA WEB: O CENÁRIO DE UMA INSTITUIÇÃO DE PESQUISA E CULTURA BRASILEIRA	
Lúcia Maria Velloso de Oliveira	33
FIVE ARCHIVAL ISSUES AND THEIR INTERNATIONAL IMPLICATIONS	
Susanne Bellocvari	45
USOS E USUÁRIOS DE ARQUIVOS DE C&T: VARIÁVEIS DEPENDENTES	
Johanna Smit	61
BREVES REFLEXÕES SOBRE O USO DE ARQUIVOS HISTÓRICOS	
Eduardo Silva	75
A ANÁLISE DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL COMO PARÂMETRO PARA TEMPORALIDADE DO PRONTUÁRIO MÉDICO: A EXPERIÊNCIA DO INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA	
Jacilene Alves Brejo	83
A IMPORTÂNCIA DA PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS DE LABORATÓRIOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS	
Maria Celina Soares de Mello e Silva	93
LA IMPORTANCIA DEL OUTREACH Y LAS NUEVAS TECNOLOGÍAS EN EL ARCHIVO HISTÓRICO DE LA UNIVERSIDAD DE SANTIAGO DE COMPOSTELA	
María José Justo Martín	107

APRESENTAÇÃO

O III *Encontro* de Arquivos Científicos, promovido pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins em parceria com a Fundação Casa de Rui Barbosa, apresentou trabalhos de alta relevância para a área arquivística, especialmente para profissionais que atuam com arquivos universitários e de instituições que executam suas atividades de pesquisa em espaços físicos como laboratórios científicos e tecnológicos.

A importância desses trabalhos está representada na publicação dos Anais do evento que ora o Museu de Astronomia e Ciências Afins torna disponível a todos aqueles interessados no tema. Além disso, esta publicação vem contribuir para a consolidação de uma bibliografia brasileira sobre o tema, ampliando a possibilidade de debates e intercâmbio de informações. Os trabalhos são apresentados no idioma em que foram entregues – português, espanhol e inglês – embora tenham sido traduzidos simultaneamente durante o evento.

Os trabalhos são apresentados na íntegra e conta com a participação de todos os conferencistas. O conteúdo de cada um é da inteira responsabilidade de seus autores.

Maria Celina Soares de Mello e Silva

PROGRAMA DO III ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS

26 de setembro de 2007

Mesa de Abertura

José Almino de Alencar e Silva Neto – Presidente da Fundação Casa de Rui Barbosa
Alfredo Tiomno Tolmasquim – Diretor do Museu de Astronomia e Ciências Afins
Lúcia Maria Velloso de Oliveira – Presidente da Associação dos Arquivistas Brasileiros
José Maria Jardim – Membro do Comitê Científico do III Encontro de Arquivos Científicos

Conferências com temas livres

Coordenação: Paulo Elían dos Santos, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

O que mudou em relação ao usuário e ao uso da informação após a página WEB: o cenário de uma instituição de pesquisa e cultura brasileira

Lúcia Maria Velloso de Oliveira, Fundação Casa de Rui Barbosa

Políticas de acesso e programas de divulgação dos arquivos do setor energético paulista

Maria Blassioli Moraes, Fundação Energia e Saneamento

Objetos tridimensionais em arquivos científicos: levantamento preliminar nos arquivos sob custódia do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz

Renata Silva Borges, Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz

27 de setembro de 2007

Mesa-redonda : usos e usuários dos arquivos de C&T

Coordenação: Ana Maria Ribeiro de Andrade, Museu de Astronomia e Ciências Afins

Five archival issues and their international implications

Susanne Bellovari, Membro do SUV Steering Committee/ICA

Usos e usuários de arquivos de C&T: variáveis dependentes

Johanna Smit, Universidade de São Paulo

Breves reflexões sobre o uso de arquivos históricos

Eduardo Silva – Fundação Casa de Rui Barbosa

Conferências com temas livres

Coordenação: Johanna Smit, Universidade de São Paulo

A importância da preservação dos arquivos de laboratórios científicos e tecnológicos

Maria Celina Soares de Mello e Silva, Museu de Astronomia e Ciências Afins

A análise da tipologia documental como parâmetro para temporalidade do prontuário médico: a experiência do Instituto Nacional de Cardiologia

Jacilene Alves Brejo, Instituto Nacional de Cardiologia

The changing nature of University Archives

Maria José Justo Martin, University of Santiago de Compostela

CONFERÊNCIAS

**Políticas de acesso e programas de divulgação dos
arquivos do setor energético paulista**

Maria Blassioli Moraes

Quando mencionamos questões relacionadas ao acesso aos documentos de arquivo, nos referimos, inicialmente, aos procedimentos de tratamento arquivístico que possibilitam este acesso. São procedimentos relacionados à organização do arquivo e a sua conservação. Em última instância nos preocupamos em produzir instrumentos de pesquisa capazes de introduzir o pesquisador no arquivo para que ele possa sozinho construir o caminho de sua pesquisa.

Segundo o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística¹, acesso significa a possibilidade de consulta a documentos e informações e é a função arquivística destinada a tornar acessíveis os documentos e a promover sua utilização.

Depois de organizado, conservado e aberto o acesso para a sociedade, devemos nos lembrar da importância da divulgação ou promoção do arquivo, como indicado pelo Dicionário Brasileiro de Arquivística.

As discussões dos arquivistas sobre as questões do acesso se direcionam, em grande parte, ao direito ao acesso, uma vez que as legislações de vários países, entre elas a do Brasil, determinam restrições para o acesso, da sociedade, aos documentos públicos. Estas restrições causam um conflito entre o interesse do coletivo e o interesse do indivíduo ao afirmar que todo cidadão tem o direito ao acesso aos documentos públicos, desde que esteja assegurada a segurança do Estado e da sociedade e o direito à privacidade e intimidade do indivíduo.

Ramón Alberch Fugueras e José Ramón Cruz Mundet² ressaltaram este conflito existente entre o interesse coletivo no tocante ao direito à informação e o direito de privacidade da intimidade do indivíduo e de segurança do Estado. Entretanto, mesmo diante desta limitação, o fato de existirem leis que garantem o direito de acesso aparecem como marco das ações que regulam e discutem este direito e "así, el ciudadano individualmente, como la sociedad por médio de la prensa, los partidos políticos, las asociaciones...encuentran en ello un instrumento para compensar en cierto modo el creciente poder de la administración sobre los administrados."³

Podemos estender esta reflexão sobre os arquivos da administração pública, aos arquivos de empresas, sejam elas de origem pública ou privada. Geralmente os arquivos de empresas ainda são inacessíveis ao público, mas algumas empresas que sublinham sua função de responsabilidade social e utilizam esta função como estratégia de comunicação, têm realizado a organização de seus arquivos e os têm disponibilizado ao público. Mas, ainda são poucas as empresas que disponibilizam seus acervos e, em consequência os pesquisadores acadêmicos ainda não encontraram o caminho para chegar a estes documentos, mesmo quando o acesso é

1 Dicionário brasileiro de terminologia arquivística. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. p.19.

2 FUGUERAS, Ramón Alberch y CRUZ MUNDET, José Ramón. ¡Archívese! Los documentos del poder. El poder de los documentos. Madrid: Alianza Editorial AS, 1999.

3 FUGUERAS, Ramón Alberch y CRUZ MUNDET, José Ramón. ¡Archívese! Los documentos del poder. El poder de los documentos. Madrid: Alianza Editorial AS, 1999. p.101.

permitido. Para trazer o pesquisador acadêmico para o acervo faz-se necessário o estabelecimento de um programa de divulgação.

Manuel Vázquez vai mais longe ao afirmar que os arquivistas devem se comprometer com o fazer da democracia e, portanto, precisam ter em foco que é urgente, hoje, possibilitar acesso ao arquivo de sua instituição para toda a sociedade. Para o autor, os interesses privados não devem prevalecer sobre os interesses coletivos sobre o acesso à informação.

“Los archiveros y los archivos, conociendo este nuevo usuario al que llamamos sociedad civil, han de adecuar su Política a los requerimientos de información y apertura a la consulta de toda serie documental de cualquier institución gubernamental o privada que roce o toque intereses de la comunidad, sea ésta barrial, municipal o nacional. Esto se denomina transparencia democrática. Bajo ella nos encontramos todos nosotros, en cuanto cumplimos una función en la sociedad. No puede prevalecer la privacidad, so pena de convertir los archivos en aguantaderos de corrupción.”⁴

Num outro sentido T. R. Shellenberg⁵, com sua ampla experiência desenvolvida com arquivos da administração pública, está preocupado principalmente com o acesso aos documentos públicos, acumulados pelo Estado. O autor ressalta que a abertura prematura de um arquivo pode frustrar os objetivos do arquivista ou do historiador de realizar pesquisas objetivas, pois a abertura prematura de um arquivo pode resultar na manipulação das informações. Portanto, deve-se considerar e respeitar a intimidade da pessoa física e a segurança do Estado no momento de avaliação sobre a abertura de um arquivo.

Antonia Heredia⁶ também segue este mesmo caminho quando afirma que “las condiciones de acceso tienen, como hemos dicho al principio, ciertas limitaciones, bien en relación con la seguridad del Estado, bien con la privacidad de los ciudadanos o bien con el secreto legítimo que algunos documentos requieren.”⁷

A autora concorda que a possibilidade ao acesso seja um direito democrático, mas este direito não exclui as limitações ou obstáculos jurídicos ou legais, os relativos à privacidade individual ou à segurança do Estado; e os obstáculos de ordem prática representados por ausência ou deficiência de instrumentos de pesquisa, de equipamentos como leitoras de microfilme, de boa sala para leitura, vigilância, horário de funcionamento, insuficiência de depósitos para guarda do acervo, desorganização dos fundos, falta de cópias para evitar o uso do original na consulta,

4 VÁZQUEZ MURILLO, Manuel. Administración de documentos y archivos: planteos párea el siglo XXI. Buenos Aires: Alfagrama, 2004. p. 103.

5 SHELLENBERG, T. R. Arquivos Modernos. Princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

6 HEREDIA HERRERA, Antonia. Archivística general. Teoría y práctica. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1993.

7 HEREDIA HERRERA, Antonia. Archivística general. Teoría y práctica. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1993. p. 493.

necessidade de conservação para estabilizar o estado de deterioração dos documentos, entre outros.

No Brasil a pesquisa em arquivos gerados pela administração pública é mais freqüente do que em arquivos gerados pelas empresas e por arquivos de cientistas e, ainda assim, há a necessidade de maior divulgação de sua existência. Não basta afirmar que um arquivo está aberto à consulta, pois se a sociedade não souber de sua existência ele provavelmente não será pesquisado.

Ainda segundo Antonia Heredia, os documentos de arquivo devem ser pesquisados somente por um público especializado que tenha interesse legítimo e neste grupo compreendemos os historiadores e outros estudiosos. Os chamados curiosos não deveriam, portanto, ter acesso. Certamente que em relação aos documentos de arquivo temos que respeitar as condições de conservação, mas hoje pelas possibilidades de reprodução dos documentos, podemos apresentá-los a toda a sociedade.

Desde o início do funcionamento da Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento, em 1998, foi estabelecido o direito de acesso público e gratuito ao seu acervo arquivístico e desde então a instituição tem trabalhado no sentido de possibilitar este acesso através de ações de conservação dos documentos, da organização arquivística, com adequação do espaço físico para receber os pesquisadores e da elaboração de normas para manuseio dos documentos durante a consulta. Aspectos relacionados direta ou indiretamente à política de acesso aos documentos do acervo.

Percebemos, então, a existência de uma política de acesso ao acervo, entretanto, havia a necessidade de refletir sobre para qual público deveríamos divulgar o acervo, ou seja, para atuar sobre a promoção da utilização do acervo, fazia-se necessário o estabelecimento de um programa de divulgação com objetivos e métodos claros e possíveis.

A Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento⁸, Fundação Energia e Saneamento, foi formada em 1998 com o objetivo de preservar o patrimônio cultural acumulado pelas empresas energéticas paulistas que estavam passando por processo de privatização. A Fundação Energia e Saneamento que nasceu como instituição privada sem fins lucrativos, em 2003 se tornou uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP). Evitando que o patrimônio das empresas fosse desfragmentado entre as diversas empresas privadas que estavam se constituindo, a Fundação Energia e Saneamento estabeleceu a missão de preservar e divulgar o patrimônio cultural dos setores energéticos e de saneamento ambiental.

8 Em 1998, a Fundação Energia e Saneamento nasceu como Fundação Patrimônio Histórico da Energia de São Paulo e somente em 2004 aconteceu uma mudança em sua razão social, quando passou a denominar-se Fundação Patrimônio Histórico da Energia e Saneamento. Neste momento, incorporou a missão de preservar também o acervo das empresas de saneamento.

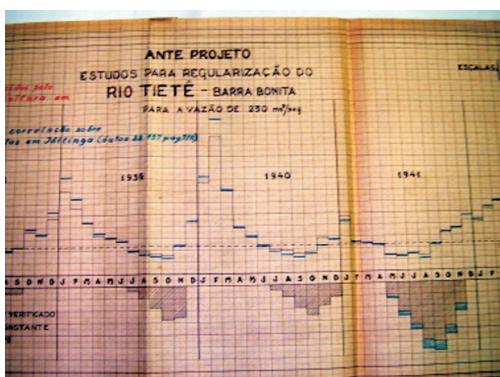
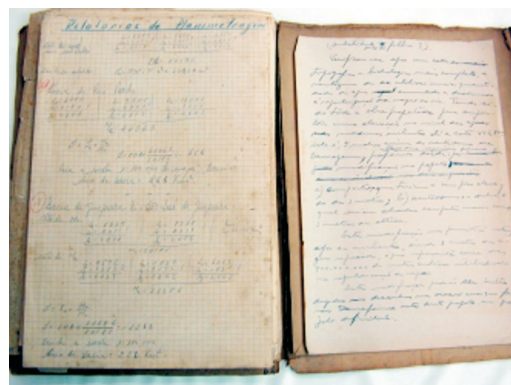
Está sob sua responsabilidade o acervo arquitetônico, arquivístico, bibliográfico e museológico acumulado pelas empresas de energia e de saneamento durante mais de 100 anos de atuação. Estes acervos refletem a transformação urbana e industrial da cidade e do estado de São Paulo. A Fundação mantém três museus de energia abertos à visitação pública e que se localizam em Itu, Jundiaí e em São Paulo e mantém quatro pequenas centrais hidrelétricas nos municípios de Rio Claro, Salesópolis, Brotas e Santa Rita do Passa Quatro, onde são desenvolvidos projetos de educação patrimonial, ambiental e científico-tecnológico com as comunidades locais e com o público escolar.

O acervo arquivístico, recolhido pela Fundação Energia e Saneamento, é composto por 35 conjuntos documentais, sendo 28 fundos e 07 coleções. Constam fundos de empresas como AES Eletropaulo, Companhia de Gás de São Paulo - Comgás e Companhia Energética de São Paulo - CESP. As duas primeiras nasceram, no final do século XIX, como indústrias privadas e são, respectivamente, de origem canadense e inglesa. Em meados do século XX foram nacionalizadas para, no final da década de 1990 voltarem novamente para a iniciativa privada. A CESP, por sua vez, surgiu em 1966 como empresa pública, resultando da fusão de 11 empresas de energia atuantes no estado de São Paulo. Esta empresa permanece pública, mas assistiu à privatização de áreas nas quais possuía usinas hidrelétricas e direito para a distribuição de energia. Além destes três fundos que reúnem documentos acumulados pela administração das empresas e pela atividade das áreas técnicas, constam fundos de outras empresas e também arquivos pessoais de engenheiros que atuaram no desenvolvimento e execução de projetos de usinas hidrelétricas no estado de São Paulo.

O arquivo do engenheiro Catulo Branco (1900-1987) é composto por documentos como plantas, desenhos técnicos, projetos, relatórios, catálogos, folderes, contratos, levantamentos topográficos, panfletos e fotografias que são fruto de sua atividade profissional, política, acadêmica e de vida pessoal. Nestes documentos pode-se perceber o processo de elaboração de obras de engenharia como da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita. O projeto que foi elaborado por Catullo Branco na década de 1940, seria executado somente na década seguinte por uma empresa de engenharia na qual trabalhava Paolo Zingales, engenheiro nascido na Itália em 1920. No arquivo pessoal de Paolo Zingales, também presente na Fundação, temos os projetos que foram executados e, por fim, em outro fundo, mas agora de uma empresa, da CESP, constam documentos referentes à Hidrovia Engenheiro Catullo Branco, que percorre os rios Tietê e o Paraná e que passa pela Usina de Barra Bonita. Há um trecho desta hidrovia que é controlada pela CESP. A hidrovia também fazia parte do projeto de Catullo Branco.

Este é um exemplo de como os diversos conjuntos documentais se complementam e podemos perceber que alguns, como o de Catullo Branco, apresentam mais claramente o caráter de experimentação e de inovação, visíveis nos arquivos dos cientistas. São cadernos de campo, minutas e rascunhos de comunicações, correspondência e projetos que demonstram este caráter de experimentação.

Ante projeto da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita. Dossiê Usina de Barra Bonita. Fundo Catullo Branco:



"The archives of science are any records that document not only the results of scientific endeavor but also the processes of scientific work."⁹

Mas também os documentos das empresas de energia, acumulados pelas áreas técnicas, demonstram as transformações e permanências tecnológicas e que se refletem na utilização de equipamentos, nos materiais utilizados e testados, procedimentos de trabalho e nas especificações técnicas. Percebemos que existe um permanente diálogo entre os arquivos pessoais dos engenheiros e os arquivos das empresas.

O acervo arquivístico da Fundação Energia e Saneamento é composto por documentos públicos e privados, uma vez que, segundo a Lei Nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, "são também públicos os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por instituições de caráter público, por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos no exercício de suas atividades"¹⁰. A mesma Lei, no capítulo V – Do Acesso e do Sigilo dos Documentos Públicos - assegura o direito de acesso pleno aos documentos públicos, desde que a divulgação não coloque em risco

9 AUSTRALIAN SCIENCE ARCHIVES PROJECT. What are archives of science? Disponível em: <http://www.asap.unimelb.edu.au/asap_arc.htm>. Acesso em: 29 ago. 2007.

10 Lei Nº 8.159, de 8 de Janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Artigo 7º, Capítulo II – Dos Arquivos Públicos.

a segurança da sociedade e do estado, e que não viole a intimidade da vida privada, da honra e imagem do indivíduo.

Sobre a pesquisa aos arquivos de empresas públicas ou privadas temos problemas de outra ordem. Primeiramente, a ação de organização de arquivos históricos de empresas ainda é algo relativamente recente e que veio acompanhar e legitimar a imagem de responsabilidade social das empresas. Entre as poucas empresas que organizam seus arquivos, há um número ainda menor das que os disponibilizam para a pesquisa pública, pois geralmente estes arquivos permanecem restritos para a pesquisa interna. Vemos que os arquivos de empresas que estão abertos à consulta pública sofrem com o desconhecimento do público acadêmico que provavelmente estaria entre os primeiros no interesse para pesquisa; que existe a idéia, entre o público, de que os documentos dos arquivos de empresas são selecionados para demonstrar uma imagem positiva do organismo e que, portanto não seria possível apreender os conflitos internos e externos à empresa.

Entretanto, as empresas são organismos construídos e desenvolvidos pelos sujeitos e seus produtos ou serviços são consumidos e contratados também por sujeitos que atuam e convivem em sociedade, ou seja, o limite que define o privado e o público não é tão nítido e nos possibilitam questionar sobre o direito de acesso aos documentos históricos das empresas. Afirmamos que temos direito à memória¹¹, mas os arquivos de empresas também fazem parte desta memória.

Paulo Nassar¹² realizou um estudo intitulado *Relações públicas e história empresarial no Brasil*¹³, quando fez, no ano de 2005, uma pesquisa quantitativa junto a 119 empresas brasileiras, para apreender como as instituições percebem e desenvolvem projetos relacionados à memória institucional. Sobre a possibilidade de disponibilização pública de seus arquivos históricos, dentre as 119 empresas pesquisadas¹⁴, 62% disseram que concordavam em conceder acesso público. Entretanto, apesar desta resposta, Paulo Nassar afirmou que:

“É curioso notar que, mesmo acreditando que a história empresarial é importante para o país, uma parcela significativa dos entrevistados deseja que a informação fique restrita ao âmbito interno. Isto expressa uma divergência em relação à importância de tornar públicos os acervos históricos privados. Outro dado que embasa essa divergência foi revelada pela discordância de 90,3% quanto à opinião de que programas de história devem ficar restritos aos funcionários da empresa.”¹⁵

11 Para esta discussão ver: *Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.

12 NASSAR, Paulo. *Relações Públicas e história empresarial no Brasil: estudo de uma nova abrangência para o campo das relações públicas*. Tese de Doutorado apresentada à Escola de Comunicações e Artes/ECA-USP em 24 de agosto de 2006.

13 Esta pesquisa integra a tese de doutorado intitulada “*Relações públicas e história empresarial no Brasil: estudo de uma nova abrangência para o campo das relações públicas*”, apresentada por Paulo Nassar à Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, em 24 de agosto de 2006.

14 A seleção das empresas que participaram da pesquisa foi realizada a partir da Revista Exame, publicada em 2005, sobre as “500 maiores empresas no Brasil”, da edição do ano de 2004 - o “valor 1000” - do jornal Valor Econômico e, de pesquisa realizada junto à Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), sobre os bancos que operavam no Brasil.

15 NASSAR, Paulo. *Memória Institucional* In: *Jornadas Culturais, 2007, Estação Pinacoteca, São Paulo. Relações Públicas e história empresarial no Brasil*, São Paulo, 2007. p.17.

Das empresas consultadas, 86,6% apresentaram atividades relacionadas à história empresarial e destas 89% disponibilizavam seus acervos aos funcionários e 51% disponibilizavam para a comunidade e público em geral: clientes (23%), imprensa (15%), familiares dos empregados (14%) e estudantes (8%).

Estes números sugerem que ainda precisamos caminhar bastante para mostrarmos à sociedade a importância de acessarmos os arquivos históricos das empresas privadas e públicas.

Desde a formação da Fundação Energia e Saneamento, o acervo arquivístico foi aberto ao público, entretanto, um dos segmentos mais pesquisados no acervo eram as fotografias registradas pela antiga *The São Paulo Tramway, Light and Power Co. Ltd.*, atual Eletropaulo, e que registravam os trabalhos de instalação de iluminação pública, de linhas de bonde, entre outros serviços realizados na cidade de São Paulo e por sua vez, estas fotos datadas do início do século XX registraram as transformações sociais e urbanas. Estes documentos eram requisitados pelos pesquisadores para, sobretudo, ilustrarem seus trabalhos acadêmicos ou comerciais. Entretanto, estas imagens foram feitas para registrar e comprovar o trabalho realizado pelos diversos setores da empresa e compuseram relatórios anuais de atividades. As fotografias estão, portanto, diretamente conectadas aos documentos textuais e cartográficos, mas esta dimensão não era resgatada pelo uso que frequentemente se fazia da imagem como mera ilustração. Mesmo, as pesquisas realizadas na documentação textual permaneciam restritas a algumas séries documentais, como aos relatórios anuais de atividades do fundo Eletropaulo.

Por outro lado, o segmento textual e cartográfico do arquivo das empresas de energia não era tão procurado.

Percebemos, portanto, que não basta ceder acesso ao acervo, é necessário elaborar um programa de divulgação especificando qual público queremos atrair e elaborar ações para atingir o objetivo.

Para ampliar a pesquisa nos segmentos textual e cartográfico do acervo, a Fundação Energia e Saneamento estabeleceu, em 2006, parceria com o Departamento de História da Universidade de São Paulo, quando começamos a receber no Arquivo os alunos do curso de graduação de História da Ciência, da Técnica e do Trabalho. Estes alunos desenvolveram seus trabalhos de pesquisa para o curso, utilizando como fonte primária os documentos administrativos e técnicos acumulados pela Eletropaulo e pela CESP.

Selecionamos, juntamente ao professor doutor responsável pelo curso de História da Ciência, séries documentais do fundo Eletropaulo como relatórios de atividades anuais elaborados pelos diversos departamentos administrativos, processos jurídicos trabalhistas, clippings elaborados pelo departamento de comunicação e documentos do fundo CESP como dossiês sobre a construção de usinas hidrelétricas durante as décadas de 1950 e de 1960. Ressaltamos que muitos destes documentos foram acessados pela primeira vez. Foi nossa intenção, ao sugerir tais séries documentais para a pesquisa, que fossem acessados documentos nunca antes pesquisados ou muito pouco pesquisados, como foi o caso dos processos trabalhistas do fundo Eletropaulo e dos dossiês do fundo CESP.

A partir destas fontes principais, os alunos procuraram por outras séries documentais, no acervo, para que pudessem cruzar as informações e proceder às devidas análises. Este é o segundo ano que recebemos os alunos do curso ao Núcleo de Documentação e Pesquisa e esta prática tem apresentado resultados positivos, pois trazemos ao arquivo um público especializado e que desconhecia a existência do mesmo e que estão produzindo pesquisas de qualidade que podem resultar na posterior produção de trabalhos de pós-graduação e que contribuem para a divulgação das fontes primárias. Neste ano os alunos, em grupos, produziram trabalhos com diferentes temáticas. Muitos destes alunos fizeram pela primeira vez uma pesquisa em arquivo e avaliaram que a experiência superou as expectativas uma vez que não imaginavam que os documentos pudessem apresentar tanta potencialidade de pesquisa. Mas, também ressaltaram a dificuldade em encontrar, na biblioteca da Universidade, bibliografia especializada no tema pesquisado.

No ano de 2007, temos até o momento os seguintes números sobre finalidades de pesquisa realizadas, mensalmente, no Núcleo de Documentação e Pesquisa:

Atividade/período	Total/2006	Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai.	Jun.	Jul.	Ago.	Total parcial/2007
Finalidade de Pesquisa – total	338	29	15	23	27	70	47	31	44	286
Arquitetura / Decoração	13	0	2	2	0	3	1	0	0	8
Editoras/ Produtoras	123	25	9	11	2	2	7	5	5	66
Empresas de Energia	17	0	0	1	0	0	0	1	4	6
Institucional	22	1	1		5	6	2	2	7	24
Meios de Comunicação	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pesquisa Interna (Fundação)	20	0	0	5	1	12	0	1	1	20
Pessoal ou Perícias	17	1	2	1	2	2	0	0	3	11
Trabalho Acadêmico	108	2	1	3	17	45	37	22	24	148

Estes números de trabalhos acadêmicos realizados nos meses de abril, maio, junho, julho e agosto com um circunstancial crescimento de pesquisas representam os alunos do curso de História da Ciência, da Técnica e do Trabalho do Departamento de História da Universidade de São Paulo. Temos como resultado que em um semestre o número de pesquisas acadêmicas já superou as pesquisas realizadas em 2006 para este mesmo fim e já é superior também ao número de pesquisas realizadas pelas editoras e produtoras.

Para receber um maior número de pesquisadores do que estávamos habituados tivemos que rever nossa estrutura de espaço físico, quando aumentamos nossa capacidade de lugares na sala de consulta.

Esta atividade nos permitiu perceber que as possibilidades de pesquisa em história da ciência ainda são pouco difundidas no meio acadêmico, que a pesquisa em arquivos de empresas ainda é fator de estranhamento por parte dos graduandos e, para o ano de 2008, quando repetiremos esta experiência, pretendemos propor aos alunos para que realizem a pesquisa nos arquivos pessoais.

Diante do potencial de pesquisa de nosso arquivo e de sua dimensão, acreditamos que este seja um primeiro passo no sentido de divulgação do acervo e que outras ações devem ocorrer concomitantemente a esta. Mas, com esta atividade temos atingido um de nossos objetivos que se refere a aumentar o número de trabalhos acadêmicos realizados a partir do acervo arquivístico.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

AUSTRALIAN SCIENCE ARCHIVES PROJECT. What are archives of science? Disponível em: <http://www.asap.unimelb.edu.au/asap_arc.htm>. Acesso em: 29 ago. 2007.

BELLOTTO, Heloísa L. *Arquivos Permanentes*. Tratamento documental. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BRASIL. Lei Nº 8.159, de 8 de Janeiro de 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, 9 jan. 1991. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/LEIS/L8159.htm>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

Direito à Memória. Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura /Departamento de Patrimônio Histórico, 1992.

FUGUERAS, Ramón Alberch; CRUZ MUNDET, José Ramón. *¡Archívese! Los documentos del poder*. El poder de los documentos. Madrid: Alianza Editorial AS, 1999.

HEREDIA HERRERA, Antonia. *Arquivística general*. Teoría y práctica. Sevilla: Diputación Provincial de Sevilla, 1993.

NASSAR, Paulo. Memória Institucional In: *Jornadas Culturais. Relações Públicas e história empresarial no Brasil*. São Paulo, Estação Pinacoteca, 2007. p. 1-24.

SHELLENBERG, Theodore. R. *Arquivos Modernos*. Princípios e técnicas. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

SILVA, Maria Celina Soares Mello e (org.). *Arquivos Científicos: referências bibliográficas*. Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2005. Disponível em: <www.mast.br/nav_h03.htm>.

VÁZQUEZ MURILLO, Manuel. *Administración de documentos y archivos: planteos párea el siglo XXI*. Buenos Aires: Alfagrama, 2004.

Maria Blassioli Moraes
Fundação Energia e Saneamento
moraeblassioli@hotmail.com

**Objetos tridimensionais em arquivos científicos:
levantamento preliminar nos arquivos sob custódia
do Departamento de Arquivo e Documentação
da Casa de Oswaldo Cruz**

Renata Silva Borges

Introdução

A Casa de Oswaldo Cruz criada em 1986 é uma unidade de pesquisa da Fiocruz cuja missão é preservar a memória da instituição e da história das ciências e da saúde no Brasil. É composta pelo Departamento de Arquivo e Documentação (DAD), Departamento de Pesquisa (DEPES), Departamento Museu da Vida (DMV) e Departamento de Patrimônio Histórico (DPH).

O DAD tem entre as suas atribuições fazer a gestão de documentos das unidades da Fiocruz; recolher o acervo permanente da instituição; captar e adquirir arquivos pessoais de cientistas e de outras instituições; preservar e organizar os acervos sob sua custódia; divulgar e possibilitar o acesso a estes acervos através dos instrumentos de pesquisa que produz sobre cada arquivo organizado (inventários, guias, base de dados) e da consulta direta às fontes.

Refletir sobre o tratamento documental de arquivos é uma tarefa que não se esgota e que deve fazer parte da rotina dos profissionais que atuam na organização de arquivos: arquivistas, historiadores, documentalistas, entre outros, devem estar atentos ao vasto campo de observação que os cerca, tanto nas questões práticas quanto nas teóricas.

Por meio desse trabalho pretende-se iniciar um estudo sobre os objetos tridimensionais do acervo sob custódia do DAD e de outros departamentos da COC que, ao longo de sua existência, por fatores diversos, entre eles as especificidades do tratamento técnico dispensado aos documentos de arquivo e de museu, levaram a uma separação onde não é possível identificar as relações entre tais objetos e os arquivos. Outros fatores a serem considerados são a ausência de reflexões teóricas e sobre o fazer arquivístico que contribuam para as atividades tanto de recolhimento quando de aquisição de acervos, já estabelecendo uma metodologia de tratamento que permita às duas áreas envolvidas, a referência mútua entre os objetos e os arquivos nos quais estes tenham tido origem. Esta discussão se faz necessária para uma melhor condução das atividades técnicas desenvolvidas por estas áreas, visando à divulgação e à recuperação da informação dos documentos de arquivo e de museu.

O interesse pelo tema surge a partir da constatação de que o DAD possui objetos tridimensionais ainda não identificados ou descritos, dificultando a divulgação, o acesso e mesmo a preservação destes. Estão guardados em função de sua possível relação com o acervo arquivístico, ou em decorrência da preocupação com a sua preservação após deixarem de fazer parte do acervo museológico. Na verdade, as ações que delinearão o início das atividades de preservação da memória institucional conduziram à separação de tais objetos tridimensionais dos outros documentos de arquivo, considerando-se os formatos destes documentos.

A discussão sobre o assunto junto à equipe do DAD revela a necessidade de atenção imediata, sobretudo com relação à realização de um trabalho junto com outros departamentos da COC. É importante considerar que nos laboratórios de uma instituição científica como a Fiocruz, por exemplo, os documentos tridimensionais são adquiridos como equipamentos, objetos pessoais, ou como materiais, tendo inicialmente o valor de uso. Alguma ação conjunta precisa

ser implementada entre os profissionais responsáveis pela gestão de documentos e pela preservação de acervos permanentes da instituição, para que não haja acumulação desordenada e descarte sem avaliação. No caso dos acervos pessoais de cientistas e de outras instituições, recebidos em doação, a situação também não é muito diferente. Deve-se adquirir apenas o que é possível identificar e organizar. Não é possível que se receba mais documentos de arquivo e de museu sem analisar as possibilidades de tratá-los e de torná-los disponíveis aos usuários, grupo que vem se ampliando e diversificando cada vez mais nas salas de consultas de arquivos.

Conceituação

O Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (Arquivo Nacional, 2005) define documento como: "unidade de registro de informações qualquer que seja o suporte ou formato" (p. 73). Esta é uma definição abrangente para atender ao trabalho aqui desenvolvido pode ser analisada em conjunto com a definição de arquivo (1) como "conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte" (idem, p. 27).

Por qualquer suporte entende-se a variedade de gêneros documentais existentes apresentada por Bellotto (2007, p. 35) ao escrever sobre a *co-responsabilidade* dos arquivos, bibliotecas, centros de documentação e museus, no processo de recuperação da informação em prol da divulgação científica, tecnológica, cultural e social afirmando que a recuperação da informação será possível, desde que sejam aplicados os procedimentos técnicos de tratamento documental aos materiais, respeitando-se as suas diferentes origens. E define documento e documento de arquivo:

documento é qualquer elemento gráfico, iconográfico, plástico ou fônico pelo qual o homem se expressa. É o livro, o artigo de revista ou jornal, o relatório, o processo, o dossiê, a carta, a legislação, a estampa, a tela, a escultura, a fotografia, o filme, o disco, a fita magnética, o objeto utilitário etc., enfim, tudo o que seja produzido por motivos funcionais, jurídicos, científicos, técnicos, culturais ou artísticos, pela atividade humana.

A mesma autora (idem, p. 37) considera que os documentos de arquivos são produzidos por pessoas físicas ou jurídicas, em atividades públicas ou privadas, por família ou pessoa, no decorrer das funções por estes desempenhadas. O que distingue estes documentos dos demais é a relação orgânica entre eles. Os motivos pelos quais são produzidos são de ordem administrativa e legal para provar ou testemunhar alguma ação e a forma e suporte é bastante variada.

Na análise dos conceitos não foi possível identificar uma definição isolada de objeto tridimensional (ou documento tridimensional) em arquivo, mas estes são contemplados conceitualmente nas definições aqui apresentadas, na medida em que a variedade de suportes documentais é uma característica do universo arquivístico.

Para Crippa (2005, p. 29-45) os objetos de uma coleção de arquivo, biblioteca ou museu diferem dos objetos acumulados sem nenhum critério porque são peças selecionadas, organizadas e descritas, fazendo com que elas constituam um conjunto informacional:

É uma definição puramente descritiva que leva a diferenciar uma coleção de um simples amontoado de objetos: as peças são selecionadas e organizadas, constituindo, assim, um 'conjunto informacional'. Museus, bibliotecas, arquivos satisfazem essas condições, mas ficam excluídos os conjuntos não expostos aos olhares [...]. Idem, p.33.

Ainda segundo a autora (idem, p. 35), os objetos de uma coleção apresentam um valor definido em função do seu significado. Eles não têm mais valor de uso, porém o contexto histórico no qual se vinculam faz com que sejam escolhidos em detrimento de outros por seu valor secundário. As informações sobre os objetos de uma coleção são fundamentais para que estes apresentem um sentido ao olhar do observador.

Os arquivos científicos são fontes que pela natureza das informações que contém possibilitam o acompanhamento do desenvolvimento das políticas e ensino científico, do avanço das diferentes disciplinas e da contribuição de cientistas para a área em que atuam. Eles são constituídos por conjuntos de documentos produzidos no âmbito das funções e atividades dos cientistas e das instituições em que atuam e se apresentam em vários suportes. Representam um valioso universo a ser explorado pela investigação científica em diferentes campos do conhecimento, para além de seu valor primário, ou seja, o uso institucional ou pessoal por parte dos cientistas. (SILVA, 2006, p. 99).

A existência de objetos tridimensionais em arquivos científicos não é um fenômeno raro, mas ainda carece de estudos sobre sua conceituação e definição de formas de tratamento específicas. Estes objetos (medalhas, objetos pessoais diversos, instrumentos científicos, espécies coletadas em pesquisas, lâminas e muitos outros) são documentos que muitas vezes tiveram a sua origem nas atividades desenvolvidas pelo cientista, por um laboratório ou instituição, e que, portanto, possuem relação orgânica com o acervo arquivístico produzido por instituições ou pessoas.

A separação desses objetos dos arquivos, por serem consideradas peças de coleções museológicas, não inviabiliza a representação dos mesmos no arranjo de um fundo arquivístico, pois é possível preservar a informação sobre a origem e usos dos mesmos nos instrumentos de pesquisa do arquivo e do museu. A discussão sobre o recebimento desses objetos pelo arquivo deve ser iniciada antes dos procedimentos de recolhimento e captação de acervo (nos casos de arquivos pessoais e de outras instituições).

A preservação da memória não seria resolvida simplesmente por ações isoladas de documentação da atividade científica, através da constituição de acervo, como ocorre muitas vezes numa instituição na produção de acervo fotográfico, filmográfico, sonoro, mas sim, através de ações planejadas entre os departamentos que se ocupam de tal tarefa. Deve-se considerar a importância da preservação do contexto arquivístico nesse processo, para além do trabalho de documentar a ciência.

Silva (2006, p. 37-43), em seu artigo intitulado "Documentando a atividade de ciência e tecnologia: principais questões", analisa a questão da preservação da memória científica e tecnológica através de um estudo sobre experiências européias de constituição de acervo como alternativas à preservação de instrumentos

científicos (p. 37). Num desses artigos, é descrita a metodologia empregada em um projeto desenvolvido pelo *Royal Institute of Technology* que incluiu a realização de entrevistas com cientistas e administradores para definir o que deveria ser preservado. Embora o artigo tenha sido publicado há 12 anos, ainda hoje, apresenta informações importantes para a atuação do arquivista em sua atuação na preservação da memória da ciência e tecnologia.

A atividade de documentar a ciência e a tecnologia é diferente do gerenciamento e da preservação de acervos arquivísticos, pois, enquanto a primeira é intencional no sentido de manter algo para a posteridade, tendo a preservação da memória como justificativa, a segunda constitui-se num ciclo sujeito à avaliação e à escolha baseada em critérios bem definidos. Quando uma instituição tem as duas atribuições entre suas atividades finalísticas, nem sempre é possível delimitar as diferenças entre uma e outra. Estas atividades têm em comum a preocupação com a preservação e, na maioria das vezes, a ação de documentar vem suprir a falta de uma política arquivística que contemple a preservação, a gestão de documentos, a aquisição e o descarte. Se não for possível preservar os equipamentos e demais objetos que constituem determinados acervos, é preciso preservar o contexto arquivístico no qual esses documentos se inserem, sinalizando que os registros sobre a existência desses objetos foram produzidos para complementar as lacunas documentais em seu formato original, no caso, através da atividade de documentação.

Levantamento preliminar

Este levantamento foi realizado na reserva técnica do DMV da COC, onde se encontram catalogados os objetos considerados de valor para a preservação da memória da instituição e de alguns cientistas que tiveram suas trajetórias profissionais diretamente ligadas à instituição, ou que se destacaram na história das ciências e da saúde no cenário nacional e internacional, e nos depósitos de arquivo do DAD. De acordo com informações obtidas junto às equipes desses locais, alguns arquivos pessoais sob custódia do DAD possuem objetos que estão sob responsabilidade da reserva técnica, com destaque para o fundo Carlos Chagas, que está em fase de organização¹⁶. No caso deste fundo, pretende-se incluir no novo inventário as referências sobre os objetos tridimensionais, ainda que estes estejam sob custódia do DMV. Ainda segundo as informações obtidas das equipes, alguns objetos foram mantidos pelo DAD depois de serem descartados pela reserva técnica e permaneceram guardados por constituírem peças importantes para a preservação da memória científica e pessoal dos titulares (a maioria pertence a arquivos pessoais doados à instituição).

Este levantamento preliminar abrange inicialmente os arquivos pessoais, e não representa a totalidade destes, pois nem todos possuem objetos tridimensionais. Como não existem informações sobre estes objetos nos instrumentos de controle do acervo, nem referência aos mesmos em instrumentos de pesquisa produzidos pelo arquivo, foram utilizadas informações fornecidas por funcionários e colaboradores do

16 O arquivo está sendo reorganizado em virtude de ter recebido uma nova remessa documental por parte da família, maior quantitativamente em relação à primeira. Tal situação tornou necessária a redefinição do arranjo.

DAD e as que foram obtidas junto à reserva técnica do DMV. As informações sobre a entrada destes na instituição também não são muito consistentes. Sabe-se apenas que assim como os primeiros arquivos pessoais reunidos para serem organizados pelo DAD, desde a criação da COC, tais instrumentos foram guardados com o intuito de serem preservados.

Não se pode afirmar que todos os objetos aqui levantados pertençam aos acervos pessoais dos cientistas porque a documentação pessoal e institucional encontra-se muitas vezes misturada, característica muito comum entre os titulares de arquivos pessoais que costumam misturar aos seus papéis, outros documentos institucionais. Outro fator importante a ser considerado é a forma como os objetos foram adquiridos por estes titulares, pois é comum dizer que este ou aquele objeto pertence a um determinado cientista, sem saber exatamente se determinado objeto foi adquirido pela instituição, para que o cientista na qualidade de pesquisador (funcionário) pudesse realizar o seu trabalho ou pelo próprio cientista.

Quadro de objetos tridimensionais preservados pela reserva técnica do DMV e pelos depósitos de arquivo do DAD:

Objetos que pertenceram a Carlos Chagas localizados no DMV
<p>Estojo com microscópio; Medalha de Professor da Universidade de Bruxelas (1934); Medalha de Comendador da Ordem da Coroa da Bélgica (1923); Medalha do Prêmio Kummel – Universidade de Hamburgo (1925) Comenda da Cruz Vermelha Alemã; Medalha de Professor pela Universidade de Paris (1926); Comenda da Legião de Honra do Governo Francês; Medalha do Prêmio Schaudinn – Hamburgo (1912); Comenda de Cavaleiro da Ordem da Romênia* (1929); Medalha da Academia Nacional de Medicina; Cigarreira de Carlos Chagas contendo os últimos cigarros por ele deixado; Placa de consultório médico; Epítoga da Universidade de Paris; Diploma da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – emoldurado (1904); Microscópio monocular; Diploma da Universidade de Paris – emoldurado (1926); Diploma da Academia Nacional de Medicina – emoldurado (1910).</p> <p>* Romênia.</p>
Objeto localizado no Fundo Francisco Laranja – DAD
Lâminas de vidro contendo sangue contaminado
Objeto localizado no Fundo Cláudio Amaral – DAD
Estátua da deusa indiana da varíola
Objeto localizado no Fundo Vitor Tavares de Moura – DAD
Placa metálica de consultório médico.
Objeto localizado no Fundo Astrogildo Machado – DAD
Máscaras mortuárias de Miguel Ozório de Almeida.
Objeto localizado no Fundo Jose Jurberg – DAD
Lupa e microscópios.

É preciso identificar a totalidade dos objetos tridimensionais presentes nos arquivos da COC, bem como organizar as informações sobre eles, com o objetivo de fazer com que estes sejam considerados de fato, documentos de arquivo. O processamento técnico desses documentos pode ser realizado conforme os procedimentos museológicos, sem prejuízo do tratamento arquivístico. É fundamental que as informações sobre estes objetos sejam anexadas aos inventários ou outros instrumentos de pesquisa dos acervos organizados, quando possível, desde que tenham alguma relação. Os que não pertencerem aos arquivos pessoais, ou não forem identificados como acervo institucional da Fiocruz, devem ser reunidos num único instrumento de pesquisa para facilitar o acesso.

O acesso pode beneficiar os usuários de um modo geral e ainda auxiliar muito nos processos de trabalho voltados para a concepção e montagem de exposições da COC e da Fiocruz, pois muitas vezes as equipes de trabalho envolvidas nessas atividades não têm conhecimento da existência desses documentos.

Considerações finais

Não existem critérios para o recebimento de documentos tridimensionais pelo arquivo da COC, nem diálogo com a equipe da museologia sobre o assunto, mas a necessidade de se estreitarem esses vínculos é percebida na observação do acúmulo desordenado. Este é um ponto importante a ser discutido nos departamentos durante o recolhimento e a captação de acervo. Durante muito tempo, os acervos recebidos no arquivo permanente do DAD foram provenientes das massas documentais acumuladas nos departamentos e laboratórios da instituição, incluindo alguns arquivos pessoais, num período em que ainda não existia uma reflexão maior principalmente sobre aspectos da gestão de documentos. Hoje é preciso estabelecer os critérios para receber, tratar e preservar esses documentos.

É necessário realizar um trabalho de identificação destes objetos já acumulados e incluir entre as atividades de preservação, a conscientização nos laboratórios da Fiocruz, sobre a relevância para a história da instituição e das ciências da saúde, de se preservar equipamentos, modelos desenvolvidos para experimentos, e de discutir quais objetos seriam interessantes de se preservar em caráter permanente. Criar um fórum de discussão para aprofundar esta reflexão entre as áreas de documentação e de patrimônio. Na impossibilidade de preservar estes documentos, é importante realizar um trabalho de documentação através da fotografia, ou outros processos preservando-se estas informações e a sua relação com o contexto arquivístico.

O tema deve ser desenvolvido num projeto de pesquisa que contemple entre outras coisas uma rigorosa revisão de literatura, para buscar experiências e reflexões de autores, sobretudo os que seguem as correntes arquivísticas européias e norte-americanas, onde a literatura sobre arquivos científicos é significativa. Merece ainda ser contemplado por profissionais que se defrontam com o tratamento documental de documentos de arquivo em suportes que, embora consagrados arquivisticamente considerando as definições clássicas de arquivo e de documento de arquivo, no relato de suas experiências.

Pretende-se avançar neste estudo através da realização de um levantamento bibliográfico sobre o tema; do avanço no levantamento dos objetos tanto os localizados no arquivo do DAD quanto na reserva técnica do DMV, para buscar estabelecer as relações entre estes objetos, o acervo arquivístico e vice-versa; da identificação e descrição dos objetos custodiados pelos departamentos; da definição de critérios de seleção para o recebimento desses acervos, seja por recolhimento, doação ou outros meios; da pesquisa sobre formas de descrição documental para objetos tridimensionais; e da elaboração de instrumentos de divulgação desses objetos.

Referências

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. 232p.; 30 cm. Publicações Técnicas, n. 51.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. *Arquivos permanentes: tratamento documental*. Reimpressão. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2007.

CPDOC. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC / CPDOC*. 4ª ed. Ver. e atual. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998. 104p.

CRIPPA, Giulia. Entre paixão e necessidade: a arte de colecionar os espaços da memória e do conhecimento na história. In: FURNIVAL, Ariadne Chloé; COSTA, Luzia Sigoli Fernandes (Org.). *Informação e Conhecimento: aproximando áreas de saber*. São Carlos: EDUFSCar, 2005. cap. 1, p. 29-48.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. *Arquivos de Cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2005. 82p.

_____. A arquivística e os arquivos pessoais de cientistas. *Registro*, Ano V/VI, n.5/6, jul. 2006/maio 2007, p. 44-53.

ILVA, Maria Celina Soares de Mello e. *Avaliação de documentos de interesse para a história da ciência*. In: Encontro de Arquivos Científicos, 1, 2003, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2006. p. 99-108.

_____. *Arquivos científicos: análise da produção e da preservação dos registros da C&T no Rio de Janeiro*. In: Encontro de Arquivos Científicos, 2, 2006, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006. p. 37-44.

_____. Documentando a atividade de ciência e tecnologia: principais questões. *Registro*, Ano V/VI, n.5/6, jul. 2006/maio 2007, p. 37-43.

Renata Silva Borges
Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz
renatab@fiocruz.br

**O que mudou em relação ao usuário e ao uso da
informação após a página WEB: o cenário de uma
instituição de pesquisa e cultura brasileira**

Lúcia Maria Velloso de Oliveira

Este trabalho apresenta dados referentes aos novos usos e novos usuários, observados no Serviço de Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa¹⁷ – FCRB, a partir da divulgação do WEB *site* da instituição em 1997.

Os resultados que serão apresentados foram obtidos no decorrer do desenvolvimento do trabalho de pesquisa para elaboração da dissertação de mestrado *O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos*, apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência da Informação – Convênio IBICT – UFF, sob a orientação do professor doutor Jose Maria Jardim.

A FCRB, inaugurada em 1930, é uma instituição voltada para área de Ciências Humanas e Sociais, congrega um variado conjunto de tipos documentais, reúne distintas linhas de acervos e possibilita o contato com usuários com demandas diversificadas. A Fundação é também caracterizada como um lugar de memória, com relevante papel social de preservação de parte da história de país.

Inicialmente, o Setor de Arquivo Histórico surge com o próprio arquivo de Rui Barbosa, pois foram seus 60.000 documentos que constituíram o primeiro conjunto arquivístico da instituição.

Outras coleções pessoais foram incorporadas ao Arquivo, ao longo dos anos, visando resgatar o período da História do Brasil (do final do Império à República Velha) que retratasse o cenário político e social em que Rui Barbosa viveu, como João Pandiá Calógeras, Família Catramby, Eduardo Prado e Ubaldino do Amaral. Posteriormente, essa linha de arquivos privados pessoais se ampliou, e hoje o Arquivo tem também, sob sua guarda, os arquivos pessoais de Antônio Gontijo de Carvalho, Francisco Assis Barbosa e Américo Lourenço Jacobina Lacombe, e a coleção Família Barbosa de Oliveira, com documentos do século XVIII ao século XX.

Atualmente o Serviço de Arquivo Histórico e Institucional é responsável pela gestão documental dos documentos produzidos e recebidos pela Fundação, bem como pela preservação e difusão de arquivos pessoais e coleções familiares sob sua custódia.

Para o desenvolvimento do trabalho foi necessário definir alguns conceitos para fundamentar a pesquisa:

O primeiro é o conceito de *Le Coadic*, usuário fora do *site*: que significa o usuário que entra em contato com os serviços de informação por meio de telefone, correio tradicional ou se dirige pessoalmente ao serviço; e os usuários *on site* que entram em contato com os serviços utilizando as bases de dados, e-mails e a WEB.

Foi considerado usuário freqüente aquele que utiliza os nossos serviços repetidamente, tanto o usuário interno (as pessoas que trabalham na instituição), quanto aquele que é mencionado na literatura, como o historiador e o genealogista.

17 Político, jurista, jornalista e estadista republicano.

O usuário considerado ocasional é aquele que raramente procura os nossos serviços em busca de uma informação, pode ser o cidadão comum, o jornalista, o advogado, ou o profissional da indústria cultural. Eles não desenvolvem um trabalho contínuo de pesquisa. Buscam algo para ilustrar uma publicação, ou uma resposta para uma pergunta pontual, como:

“Rui Barbosa realmente queimou os documentos sobre a escravidão no Brasil?”

Tradicionalmente, ao longo dos anos, os funcionários da Fundação foram considerados os principais usuários do fundo institucional, em suas fases corrente, intermediária e permanente. E os historiadores considerados o usuário mais freqüente dos arquivos pessoais.

Os documentos do fundo arquivístico institucional são utilizados para subsidiar as iniciativas futuras e desenvolvimento de projetos e atividades. Também são utilizados nas ações administrativas contínuas da instituição, ou para a realização de eventos culturais e científicos, edições de livros, cessão de espaço cultural, celebração de contratos, dentre outras.

Até o ano de 1997, o quadro estava definido: usuários internos buscavam documentos para o desenvolvimento de suas atividades e projetos, e os usuários externos (principalmente os historiadores) buscavam por documentos para trabalhos acadêmicos.

Tanto o usuário interno e o externo se dirigiam ao Serviço de Arquivo de modo presencial. Telefone e correio tradicional eram raramente usados.

Em 1997, a Fundação Casa de Rui Barbosa lançou seu Website, disponibilizando textos sobre os arquivos e coleções na Internet, assim como o endereço eletrônico do Serviço. E então uma nova história começa.

A metodologia

A metodologia empregada para a realização da pesquisa se centrou na revisão de literatura e na análise de documentos arquivísticos produzidos e arquivados no Serviço de Arquivo, referentes ao processo de consulta aos seus acervos.

O levantamento bibliográfico foi realizado, de agosto de 2004 a maio de 2006, a partir de publicações disponíveis nas Bibliotecas especializadas, e material passível de acesso pela Internet. Foi priorizada a produção científica nacional e internacional nos últimos dez anos.

O enfoque foi dado ao usuário como agente informacional; foi analisado o estado da arte da produção da literatura da área, projetos realizados em instituições de referência no Canadá, Austrália, e Estados Unidos para identificar o usuário e suas necessidades; narrativas de pesquisadores, quanto às suas experiências, consultando os arquivos; o usuário como eixo central do processo de comunicação do conteúdo informacional arquivístico; e as categorias de usuários.

Ainda incipiente, a discussão sobre o usuário da informação arquivística, a partir do final dos anos 90, começa a ter um lugar mais destacado no conjunto de trabalhos de pesquisa da Arquivologia, sendo que usualmente centrados na relação do usuário com os recursos tecnológicos.

A metodologia empregada para a comprovação das hipóteses de pesquisa seguiu duas linhas empíricas. A primeira implicou no levantamento e análise de documentos arquivísticos do período de 1997 a 2004, referentes às consultas ao acervo. Como, os requerimentos de acesso aos documentos, os termos de cessão de uso do documento, solicitações de reprodução de documentos, formulários utilizados para o registro da realização de pesquisa pela equipe para o usuário, o registro de solicitações por telefone, correio eletrônico e tradicional, e formulário utilizado para a comunicação interna entre os membros do staff da instituição.

Também foram considerados os relatórios anuais de atividades do Serviço de Arquivo e os relatórios gerais da instituição. Essa análise complementou as informações obtidas nos formulários e registros citados anteriormente.

Foi possível identificar como o processo de comunicação entre o usuário e o serviço de Arquivo se dava, se o atendimento era local ou remoto e quais os arquivos mais consultados. No caso do atendimento remoto foi considerado relevante identificar o meio tecnológico utilizado.

As fontes primárias mencionadas foram separadas por ano, cobrindo o período de 1997 a 2004, permitindo uma visão geral dos processos de consulta ao Serviço. A definição do período cronológico para o trabalho de pesquisa está diretamente relacionada ao período em que a página WEB da instituição foi tornada pública e com os anos seguintes em que novas relações entre o Serviço e os usuários, bem como entre os usuários e os arquivos começaram a se construir.

A segunda linha empírica foi baseada em entrevistas. De modo a enriquecer a análise quatro representantes das principais categorias de usuários foram entrevistados, e um, representante de outra categoria, a de profissional da indústria cultural, recebeu um questionário por e-mail para ser respondido remotamente.

Para o acompanhamento das entrevistas foi elaborado um roteiro de perguntas para facilitar o processo de coleta de dados.

Foram selecionados dois membros do staff da instituição que atuam na área meio (um da área financeira e outro da procuradoria); dois pesquisadores do staff que atuam na área fim (um pesquisador em História do Brasil e outro especialista em Rui Barbosa).

Em relação ao usuário externo, foi selecionado um profissional da área de indústria cultural, uma vez que essa categoria ao longo da pesquisa se destacou quantitativamente.

A identidade dos entrevistados foi preservada para assegurar uma relação de confiança entre entrevistador e entrevistado.

Quem é o usuário? O que ele pergunta?

Foi possível identificar que o usuário com maior incidência de solicitações ao Serviço é o usuário interno, que busca informações para o desenvolvimento de suas atividades técnicas e para o processo de tomada de decisão.

Devemos salientar, contudo que durante o período analisado ocorreu um significativo aumento de demanda do usuário externo. Esse aumento pode ser interpretado como resultado direto da maior visibilidade dos arquivos na WEB.

A informação arquivística passou a ser consultada para fins de produções culturais de forma cada vez mais recorrente.

Os documentos pertencentes ao fundo arquivístico institucional, antes consultados apenas para atender ao processo de tomada de decisão, passaram a ser considerados como fontes para a pesquisa acadêmica, para fins probatórios e para fins culturais, pela sociedade. O cidadão comum passou a consultar o Serviço de Arquivo em busca de respostas sobre curiosidades a respeito de Rui Barbosa e do bairro de Botafogo.

Aparecem indicações relevantes de mudanças em relação ao usuário externo com a introdução e fortalecimento do profissional da indústria cultural e do arquiteto como usuários das informações arquivísticas.

O primeiro considerado pela literatura da área como ocasional, se fortalece e disputa com o historiador o espaço no Serviço de Arquivo. Esse usuário busca os arquivos visando obter cópias de documentos para utilizá-los em exposições, filmes, novelas, teatro e publicações.

O seu perfil pode ser definido como: funcionário de agência de marketing ou um produtor cultural graduado, que busca dados ou cópias de documentos para a realização de seus projetos culturais. Normalmente apresentam interesse pelos arquivos pessoais, sua pesquisa é rápida e focam as imagens, não se interessam muito pelos documentos textuais.

O arquiteto procura por documentos escritos, fotografias ou desenhos arquitetônicos que se refiram ao estilo da casa onde morou Rui Barbosa, além dos documentos que representam as sucessivas intervenções que a casa e o jardim podem ter sofrido ao longo dos anos.

É relevante assinalar que o fundo arquivístico institucional, até então apenas utilizado para o processo de tomada de decisão, passa a ser consultado para a elaboração de trabalhos acadêmicos.

A ampliação do espectro de usuários e de utilização da informação arquivística indica a necessidade de revermos processos, de modo que possamos atender às novas necessidades de informação.

Esses novos usuários freqüentes, o profissional da indústria cultural e o arquiteto, e suas demandas trouxeram mudanças ao Serviço de Arquivo.

Desenvolvemos dois projetos de forma a oferecer uma assistência específica voltada para o tipo de pesquisa que realizam, e ao mesmo tempo preservar os originais, agora submetidos a um manuseio mais freqüente com o aumento da demanda. O Banco de Imagens da FCRB, priorizando o conjunto iconográfico do Fundo Rui Barbosa, e o projeto de digitalização dos desenhos de arquitetura do fundo arquivístico institucional.

O cidadão comum procura o Serviço de Arquivo para ter acesso aos documentos do fundo de Rui Barbosa, em razão de sua admiração pelo patrono da instituição. Também se interessam por documentos sobre o bairro de Botafogo onde a Fundação está localizada.

Na categoria de outros encontramos vários usuários com distintas demandas: estudantes de Pedagogia; de Arquivologia; de História da Arte; negociantes de objetos de arte; sanitaristas; especialistas em lingüística e literatura; pedagogos, biólogos; filólogos. Diplomatas e servidores de outras instituições públicas também se encaixam nesse rol. Procuram usualmente documentos para a realização de produtos culturais, como a ilustração de WEBSites.

É relevante ressaltar que duas categorias de usuários identificados na literatura da área como usuários típicos dos arquivos não figuram como usuários do Serviço de Arquivo no período da pesquisa: o genealogista e o jornalista.

E quais os usos da informação?

O principal usuário, o usuário interno, procura no Serviço documentos para subsidiar o processo de tomada de decisão, as exposições, livros e relatórios da instituição, bem como ilustrar a página WEB da Fundação.

Os documentos textuais são os mais utilizados pelo usuário interno. Entretanto, durante o trabalho de pesquisa foi possível identificar que outros tipos documentais, em diferentes suportes e formatos, passaram a ser mais consultados: os desenhos de arquitetura, plantas, fotografias, fitas de áudio etc.

Como, por exemplo, podemos mencionar a crescente solicitação dos usuários (internos e externos) das fitas de áudio de material gravado durante os eventos científicos.

Em seguida ao uso dos documentos para o processo de tomada de decisão, o segundo maior uso está relacionado à elaboração de trabalhos acadêmicos.

Dentro da categoria de outros usos da informação, ou seja, os usos diversos e não recorrentes na literatura da área, encontramos em nossa pesquisa: a utilização da reprodução de documentos para elaboração de material pedagógico; como fonte de inspiração para criação de trabalho de arte; para suprir a curiosidade em relação a Rui Barbosa ou sobre o bairro de Botafogo; e para auxiliar no processo de organização ou complementação de dados sobre outros arquivos.

No contexto do uso da informação, observamos que o fundo arquivístico institucional além de ser consultado para subsidiar o processo de tomada de decisão,

passa efetivamente a ser objeto de interesse por parte do usuário externo para fins acadêmicos.

Os arquivos e coleções pessoais e familiares são consultados para fins acadêmicos e para fins de produção cultural, pelos usuários.

Como o usuário entra em contato com o Serviço?

A consulta local continua como a principal forma do usuário realizar sua pesquisa. , e a remota gradativamente adquire um espaço no processo de pesquisa aos acervos. É interessante notar que, no ano de 2002, a maior demanda à distância coube ao usuário externo, mas em 2003, o quadro inverteu: os usuários internos foram responsáveis por 15 consultas remotas, enquanto apenas um usuário externo (nesse caso, um cidadão comum) fez uma consulta remota.

O e-mail se destaca como o principal recurso tecnológico de comunicação com o Serviço, e foi utilizado pela primeira vez em 2000, três anos após o lançamento da página WEB da Fundação Casa de Rui Barbosa.

A fala dos usuários

Os resultados das entrevistas demonstraram que estamos lidando com um cenário híbrido em que os tradicionais meios de pesquisa convivem com os sofisticados sistemas de informação informatizados.

Os pesquisadores ainda utilizam os "velhos" inventários e índices, e já fazem uso das bases de dados dos Arquivos para fins de pesquisa.

Dentre as tradicionais fontes para pesquisa os pesquisadores utilizam as referências bibliográficas, os instrumentos de busca das instituições, bem como, dentre os inventários, preferem os analíticos. Apenas o profissional da indústria cultural mencionou utilizar buscadores como *Google* como ferramenta *on-line* de pesquisa.

A descrição arquivística também foi considerada pelos entrevistados como elemento valioso no trabalho de pesquisa. Um dos pesquisadores entrevistados ainda sugeriu que os inventários analíticos (em seu formato original), do fundo Rui Barbosa, fossem mais detalhados, com informações mais específicas, e que com a possibilidade de busca por assunto. E isso é exatamente o que o Serviço está fazendo no contexto das bases de dados.

Conforme o historiador entrevistado, com trinta anos de experiência em pesquisa, o contato com os documentos não pode ser substituído. A digitalização dos acervos é um facilitador, mas esse contato com o original fornece informações muito importantes para o trabalho de pesquisa. Ainda, em sua opinião, o arquivista é um aliado do pesquisador.

Mas o que está mudando no cenário em relação ao usuário, o arquivista e o conteúdo arquivístico no contexto tecnológico?

Como resposta a essa pergunta sugerimos a seguinte abordagem:

1. O arquivista não deve mais considerar que está se relacionando com um perfil único de usuário. Uma vez a informação na WEB, a porta está aberta e o convite feito para que vários perfis de usuários entrem em contato com as informações sobre os acervos e com os Serviços.

2. Essa nova perspectiva indica a necessidade de elaboração de instrumentos de pesquisa flexíveis e afáveis ao usuário.

3. Os instrumentos de pesquisa *on-line* devem promover a autonomia ao usuário, de modo que os mesmos consigam estabelecer as relações entre os documentos, as temáticas e as coleções.

4. Devemos tornar o trabalho do arquivista mais conhecido para o usuário e para a sociedade. Os arquivistas são pesquisadores também: os arquivistas reconstróem as relações entre os documentos; tornam visíveis as representações das funções e atividades do produtor do arquivo; pesquisam o contexto social e político no qual o acervo, objeto de arranjo e descrição, foi produzido; identificam as relações de negócios vinculadas aos documentos; re-escrevem, à luz dos documentos, a história do produtor. De fato são os arquivistas os primeiros pesquisadores dos arquivos.

Como chamar o usuário para o jogo?

O primeiro fator é reconhecer o usuário como agente no processo, em muitos casos um especialista em determinada área de conhecimento e que em muito pode colaborar com o arquivista.

Devemos procurar a interação com o usuário, mantendo avaliação dos serviços, do uso da informação e acompanhar o perfil do usuário. Tais medidas podem nos fornecer elementos importantes para o aprimoramento dos serviços de forma a atender as reais expectativas dos usuários.

Devemos, ainda, acompanhar a produção de conhecimento a partir do uso dos arquivos e a demanda dos usuários em determinadas temáticas. Esses dados podem orientar a política de organização de arquivos e coleções e de acesso.

A pesquisa realizada indicou que o processo de transferência da informação deve ser objeto de estudo por parte da comunidade. Apontamos pontos que são relevantes como a produção de formatos e/ou *softwares* para atender às necessidades típicas do material arquivístico; o uso de linguagem artificial no contexto de bases de dados representando o conteúdo do material arquivístico e o papel do arquivista na elaboração do programa descritivo.

O uso dos acervos arquivísticos ganhou novas perspectivas e usuários que nunca haviam consultado um serviço arquivístico, agora nos fazem perguntas.

O aprendizado ocorre no cotidiano para os usuários, para os arquivistas e para os Serviços.

Mas cabe a nós arquivistas, encarar o usuário como um elemento fundamental no processo.

Referências

AUBIN, Danielle. La mondialisation et la diffusion des archives: entre continuité et rupture. *Archives*, v. 31, n, 3, p. 7-19, 1999-2000.

BLAIS, Gabrielle. *Accès aux documents d'archives: état des lieux. Étude RAMP*. Paris: UNESCO, 1995. 34p.

CHABIN, Marie-Anne. Exigences numériques et besoins documentaires. *Revue Solaris*. dez. 1999-jan. 2000. Disponível em: <<http://biblio-fr.info.unicaen.fr/bnum/jelec/solaris/d06/6chabin.html>>. Acesso em: 8 mar. 2005.

COOK, Terry . What is past is prologue: a History of Archival ideas since 1898, and the future paradigm shift. *Archivaria*, v. 43, Spring, p. 17-68, 1997.

_____. Archival Science and Postmodernism: new formulations for old concepts. *Archival Science*, v. 1, p. 13-24, 2000.

_____. Fashionable nonsense or professional rebirth: postmodernism and the practice of archives. *Archivaria*, n. 51 , spring, 2001.

COUTURE, Carol; DUCHARME, Daniel. La recherche en archivistique: un état de la question. *Archives*, v. 30, n. 3 e 4, p. 11-38, 1998-1999.

CRAIG, Barbara L. Old Myths in new clothes: expectations of archives users. *Archivaria*, v. 45, spring, p. 118-126, 1998.

DELMAS, Bruno. Archival science facing the informatiom society. *Archival Science*, v. 1, p. 25-37, 2001.

DUFF, Wendy M.; STOYANOVA, Penka. Transforming the crazy quiltarchival displays from a user 's point of view. *Archivaria*, v. 45, Spring, p. 44-79, 1998.

DUFF, Wendy M.; JOHNSON, Catherine A. A virtual expression of need: an analysis of e-mail reference questions. *The American Archivists*, v. 64, Spring/ Summer, p. 43-60, 2001.

FONSECA, Maria Odila. Informação e direitos humanos: acesso às informações arquivísticas. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 28, n. 2, p. 146-154, maio/ago. 1999.

_____. Estudios de usuarios de archivos: en busca de un estado de la cuestión. *International Journal on Archives*, Londres, v. 1, n. 1. 2001.

_____.; JARDIM, Jose Maria. Os arquivos como fontes de informações. In: FORMAS e expressões do conhecimento. Belo Horizonte: Escola de Biblioteconomia da UFMG. 1998.

_____; _____. Estudos de usuários em arquivos: em busca de um estado da arte. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, Brasília, v. 5, n. 5, out. 2004.

FOX, Michael. *Structure and meaning in tools for resource discovery*. 2003. Disponível em: <www.naa.gov.au/recordkeeping/rkpubs/fora/ICA_oct03/resource_discovery.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2005.

GAGNON-ARGUIN, Louise. Les questions de recherche comme matériau d'études des usagers. *Archivaria*, v. 46, p. 86-102, Fall, 1998.

GROGAN, Denis Joseph. *A prática do serviço de referência*. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2001. 196p.

JARDIM, José Maria. O acesso à informação arquivística no Brasil: problemas de acessibilidade e disseminação. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1999. Caderno de Textos. Mesa Redonda Nacional de Arquivos, 1999.

_____. O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas. In: MATTAR, Eliana (Org.). *Acesso à informação e política de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003. 136p.

LAMBERT, James. L'archivistique au service des chercheurs: le respect des fonds et l'accès à l'information dans les services d'archives. *Archivaria*, v. 45, Spring, p. 112-117, 1998.

LANCASTER, F.W. Avaliação de serviços de bibliotecas. Tradução de Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Briquet de Lemos Livros, 1996. 356p.

LE COADIC, Yves-François. Usages et usagers de l'information. Paris : ADBS, 1997.

MARTIN, Kristin E. Analysis of remote reference correspondence at a large academic manuscripts collection. *The American Archivist*, v. 64, p. 17-42, Spring/Summer, 2001.

MC LAUGHLIN, Derina. *Because that's the sort of thing that users do: a paper on rules for successful on line access systems*. 2003. Disponível em: <www.naa.gov.au/recordkeeping/rkpubs/fora/ICA_oct03/what_users_do.pdf>. Acesso em: 25 mar. 2005.

MACNEIL, Heather. Metadata strategies and archival description: comparing apples to oranges. *Archivaria*, v. 39, p. 22-32, Spring, 1995.

MENOU, Michel J. Impacto da Internet: algumas questões conceituais e metodológicas, ou como aceitar um alvo em movimento atrás da cortina de fumaça. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, Brasília, n. zero, dez. 1999.

MUNN, Edwidge; RIOUX, Denise. La référence: une fonction archivistique à part entière. *Archivaria*, v. 45, Spring, p.104-111, 1998.

OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. *O usuário como agente no processo de transferência dos conteúdos informacionais arquivísticos*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia e Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. 146f.

PROM, Christopher J. User interections with electronic finding aids in a controlled setting. *The American Archivist*, v. 67, n. 2, p.234-268, Fall/Winter, 2004.

HOMASSEN, Theo. Making archives accessible: increasing pluriformity in pursuing illusions. *Arkistoyndistyksen Julkaisuja*, Helsing, 9, p. 31-68, 2004.

TIBBO, Helen, R.; MEHO, Lokman I. Finding Finding Aids on the World Wide Web. *The American Archivist*, v. 64, p. 61-77, Spring/Summer, 2001.

YAKEL, Elizabeth; TORRES, Deborah A. AI: Archival intelligence and user expertise. *The American Archivist*, v. 66, p. 51-78, Spring/Summer, 2003.

Lúcia Maria Velloso de Oliveira
Fundação Casa de Rui Barbosa
luciamaria@rb.gov.br

**Five archival issues and their international
implications**

Susanne Bellovari

Introductory Comments

Bom dia. It is a pleasure to be participating in this conference, to be in Rio de Janeiro and in Brazil, to be able to visit your archives, and to talk with you about your archival traditions and practices. I am indebted to all of you and in particular to Lucia Maria Veloso de Oliveira for inviting me and giving me an opportunity to meet you all here and hopefully also individually. Juliane Mikoletzky, the president of ICA-SUV, is sending her heartfelt greetings to all of you. She had looked forward to coming personally. However, as we speak, she is teaching at the first archival education week organized in Austria. So I stand here in her stead as a member of the ICA-SUV Section Board of which she is the head and as a member of the so-called 'science committee' and I will try to make a creditable effort to represent her and ICA-SUV.

I have long wanted to come to Brazil, in fact, for over ten years. When I thought about doing so and began studying Portuguese, I did not realize that I would eventually come to Brazil for reasons that would reflect my original research interests but take on a different tack. Instead of arriving as a historian working with and searching for archival sources as I originally intended, I am here today as an archivist. And while I am addressing some of the same archival issues that had affected my research, I am now addressing them from the other side of the archival table.¹⁸

Outline of Talk

For good reasons, Brazilian archivists have been active in and have been leading a number of international archival forums: ADAI, ALA,¹⁹ the Forum de Dirigentes de Arquivos de Mercosul, COLUSO, AAB are a few of those. Additionally, your government and you have started numerous projects to advance the history of science and technology and its archives. Take your 2003 Comissão de Política de Pesquisa, Preservação, Recuperação e Disseminação da História da Ciência e Tecnologia Brasileiras to your Encontros de Arquivos Científicos in the form of conferences and publications throughout the last four years.

Now, ICA-SUV is the only international organization and forum for having discussions and cooperation between archivists of university and research institutions (i.e., archives of science broadly defined) across the globe. Given your international professional involvement in the field, I have been trying to figure out what I should talk to you about that would be meaningful to you and that would go beyond merely summarizing ICA-SUV and what it stands for. For the latter, we have our new webpage and I encourage you to look at it.²⁰ In the online conference proceedings, for example, you will see ICA-SUV discuss significant archival issues of the day and how these might differ across continents. Recent topics include users, technology, collection policies, hiring, funding, or to dealing with requests by television companies, for instance. So you do not need me to talk about this, and I, in turn, do not want to bore you with organizational details.

18 To clarify my use of terms: I use the term 'records' when Brazilian archivists use the term 'archives.'

19 Jaime Antunes da Silva, Director-General of the National Archives of Brazil.

20 <http://www.library.uiuc.edu/ica-suv/>.

Instead, I thought it would be more relevant for all of us to talk about a number of broader, more content and even theory related archival topics. These are topics that, as I would argue, ICA-SUV projects are beginning to address. Or they are issues that are not yet addressed adequately at the international level precisely because we need more members and their active participation from as many nations as possible.

As behooves our profession, I will use history to frame my archival examples. I will use five historical vignettes to sketch five international archival issues (among many). The five vignettes not only exemplify how your and my country, Austria, and the rest of the globe have been linked over the centuries and have been linked archivally. They also involve records of science broadly defined: certain indigenous knowledge, philology, philosophy and theology, contemporary and political history, physics, chemistry and mathematics. Drawing from these historical tales, I will discuss five of their archival implications for our international community of archivists: (1) definition of science as a discipline, (2) history and actors of science, (3) larger political, economic and cultural contexts and their impact on archival work, (4) international archival users, and (5) contemporary changes in scientific work and future archival practices and theories.

History — Historical Vignette Number One²¹

In my post-doctoral research on the history of polymers I ultimately focused on the indigenous history of rubber as well as the history of synthetic rubber production at Auschwitz.²²

For the history of rubber, I was trying to research the 'scientific knowledge' by South American and therefore also Brazilian Indians regarding rubber and how they processed rubber into functional tools and toys. Indigenous pre-colonial knowledge was first reported in early colonial texts. In 16th century Europe, we have scattered, early reports of and trade with rubber balls and clumps that were treated as curios, traded as dragon dung, and used in alchemy and apparently medicines. By the 18th century, general European knowledge about the material had vanished to the point that Charles Marie de la Condamine and Francois Fresneau were celebrated for 'discovering' the tree and its zap in 1751 when la Condamine presented Fresneau's findings to the French Academy of Science. Peruvian, Brazilian, and French Guayana Indians had pointed out the tree, its properties, its sap, and its potential uses to Fresneau and la Condamine.

Europe's tradition of scientific inquiry, that means painstaking observation of and experimentation on nature, only began to take off in the 17th century. Concurrent with colonial and imperial expansion, the age of exploration and science (including the development of race theories) has long been seen as driven by unique European

21 The first two vignettes relate to my original research projects involving Brazil; the other three illustrate different incidences of science and scientists over the centuries.

22 For my postdoctoral research I worked with Professor Tim Osswald, Dept. of Mechanical Engineering, University of Wisconsin, Madison. We also received additional funding through a Graduate College Grant from the University of Wisconsin, Madison, and through a Society of Polymer Engineers Grant, both 1998/1999.

or American heroes, independent as it were of any input by indigenous peoples. Such views and the attitudes they epitomize might explain why it took European scientists until the mid nineteenth century to figure out vulcanization, a process that the various Indian tribes must have invented much earlier in order to use rubber in highly variable and also hot and humid weather conditions without it turning sticky and non-elastic.

Francois Fresneau, in particular, had relied on the assistance of refugee Indians from Brazilian Jesuit missions to 'discover' the hevea or rubber tree. Without available archival records created by these Indian artisans — either because such reports had never been written or because they had been destroyed — I decided to research Jesuit mission letters as a possible alternative however biased source about indigenous use of rubber. At the time, the Jesuit order was a supra-national order founded in 1540 to missionize the Indies or what was later called the West and the East Indies. Jesuits used letters to inform their European public about new colonial, economic, and other matters and to report missionizing successes across the globe. From the beginning, Ignatius of Loyola, one of the founders of the Jesuit order, realized the essential control and propaganda value of letters. Letters had to be written according to strict rules, they were then censored, rewritten, and frequently printed into hybrid letter books to be read and read aloud.²³

Knowledge of Brazilian affairs through European eyes was generally not available in Brazil itself. Usually, Jesuits working in the area did not receive letters from other Jesuits in Brazil as the colonial transportation infrastructure only provided for relatively good shipping routes to the colonial centers — while the Portuguese Crown prohibited any establishment of the printing press rather successfully in Brazil until the mid 18th century.²⁴

For all these reasons, locating original, handwritten and uncensored letters proved to be rather difficult. Letters by Jesuits in Brazil were dispersed in various colonial and religious centers and archives across Europe. Quite likely many had been destroyed in the Lisbon earthquake of 1755, while some might have been kept in the

23 See for example: Leite, Serafim, S. I., *Cartas dos Primeiros Jesuítas do Brasil, vol. 1: 1538 – 1553* (Rome: E Vicariatu Urbis, 1956); vol. 2: 1553 – 1558 and vol. 1 (1538-1553), p. 27-28: letter by Xavier from Lisboa written on March 18th 1541. While Coimbra became a focal point for Jesuit education and correspondence, Jesuit letters from Spanish America went via various routes to the Procura de Indias in Madrid. There they were copied, one copy stayed at the Procura, and the letters were then sent on to their final destinations. Many of these letters were ultimately stored at the Archivo de las Temporalidades; much Jesuit material including letters (also from Brazil) are at the Archivo Historico Nacional, see here *Documentos de la Compania de Jesus en el Archivo Historico Nacional*, inventory by Araceli Guglieri Navarro, introduction by Francisco Mateos SJ (Madrid: Editorial Razon y Fe S.A. 1967), p. xxxix and lxxv. See also letters by Ignatius, e.g. pages 649-650 and 606-607, in *Monumenta Ignatiana* (Madrid, 1903-11), 12 vol.; *Series prima. Epistolae et Instructiones* as well as Correia-Afonso, John, S. J., *Jesuit Letters and Indian History 1542-1773*, 2nd ed., (Bombay: Oxford University Press, 1969; first edition 1955).

24 See for example Taunay, Affonso de E., *De Brasiliae Rebus Pluribus* (1933). The author briefly outlines the history of printing in Brazil where the Portuguese crown followed a policy different from that in its other colonies. The crown did not even allow the printing press to facilitate the work of the Jesuits. In contrast, the Portuguese crown authorized printing in Goa already in 1561 and in Macau in 1590. João Maurício de Nassau had planned to introduce the printing press to Brazil but the first printer, Pieter Janszoon, died in 1643 shortly after having arrived in Recife. The Portuguese crown was not interested in following Nassau's plans. Taunay argues that there was a clandestine printing press in Recife in 1706 restricting their printing however to bills of exchange and prayers. A royal letter from July of 1703 in fact reaffirmed the prohibition to print books or sheets (possibly broad sheets) in Brazil. Taunay reports that although he still lacks precise information, he knows of one printing press in Rio de Janeiro before 1750 that had brought out at least 3 folios and was presumed to be of Portuguese origin.

original missions or countries of origin. Hence, my interest in doing research in Brazil.

History — Historical Vignette Number Two

At the same time as I was looking for Jesuit letters reporting on rubber processes by indigenous people, I was researching the production of synthetic rubber at the Auschwitz concentration camp in the early 1940s. Hitler and others believed that Germany had lost World War I partly due to rubber shortages, because rubber was essential for weaponry and vehicles. To avoid similar shortages, the National Socialist regime was therefore pushing the production of synthetic rubber throughout the nineteen thirties and forties. As part of my research, I was searching for former concentration camp inmates who would be willing to talk to me about working at the Auschwitz synthetic rubber site called BUNA.

In the course of my search, I met a Hungarian orthodox rabbi in Brooklyn, New York, and when he asked me, I offered to help him in locating his two sisters. Anna and Roszi Laufer appear to have survived Bergen Belsen but then their traces vanished. Over the years, I searched in dozens and dozens of archives, remnants of archives destroyed by National Socialists or the post-war chaos and neglect, and in research institutions across the globe. One clue turned out to be a largely undecipherable cataloging card found in the archives of the American Jewish Joint Distribution Committee in New York. That card indicated that one Anna Laufer was planning to board a ship from Le Havre, France, in early spring of 1948. Two years later, I had located the ship's log. Among the harbors that Anne Laufer might have gone ashore was Rio de Janeiro.²⁵

History — Historical Vignette Number Three

As you all know, Brazilian president Getúlio Vargas experimented with a fascist Estado Novo during his reign from 1930-1945. As part of his anti-communist campaign, Vargas for instance delivered Olga Benário Prestes to the Gestapo in Germany where she was eventually assassinated in a National Socialist extermination camp. That same Getúlio Vargas — in an ironic literary twist — paid for the funeral of Stefan Zweig, a Jewish refugee from National Socialism. In 1942, the Austrian writer and biographer had committed suicide near Rio de Janeiro desperate over National Socialist military victories in Singapore.

Stefan Zweig is particularly famous for his well-researched biographies of writers, scientists, monarchs, and artists in addition to his book *Brasil, País de Futuro*. Let me read you a quote from his biography about Erasmus of Rotterdam, the founder of modern philology in the 1500s, a philosopher, theologian, and humanist albeit with anti-Semitic tendencies. In this quote, we get a, by now, well worn image of the lone scientist/researcher, his work place and processes.

25 In fact, Lucia Maria Velloso de Oliveira and numerous others in Rio de Janeiro have assisted me generously in trying to obtain new information about at least Anna Laufer.

“Three to four hours’ sleep sufficed for recuperation; the remaining twenty hours were passed in ceaseless toil, writing, reading, arguing, collating, correcting. On his journeys he wrote; in the jolting postchaise he wrote; in every inn parlour the table was cleared for his work. To be awake was for him synonymous with being occupied with literary work, and his quill was as though it were a sixth finger to his hand. Enconced behind his books and his papers, he looked upon events as from a camera obscura, keenly and inquisitively, so that not a pamphlet or an occurrence in the field of politics escaped his notice. Through the medium of books and letters he learned of all that was happening outside the walls of his study.”²⁶

History — Historical Vignette Number Four

400 years later, we encounter two French physicists and mathematicians, Marie and Pierre Curie. The two substantively changed our view of what makes up our physical world by having discovered new, radiating and luminescent elements: radium and polonium. They, thus, helped shape modern science in the 20th century.

In her biography of Pierre Curie, Marie Curie, who lectured in Brazil in the early 1920s, describes a prototypical, even if makeshift science laboratory in which the couple managed to extract radium.

“We had been obliged to start ‘our chemical treatments’ in an abandoned storeroom across from the workroom where we had our electrometric installation. This was a wooden shed with a bituminous floor and a glass roof which did not keep the rain out, and without any interior arrangements. The only objects it contained were some worn pine tables, a cast iron stove, which worked badly, and the blackboard which Pierre Curie loved to use. There were no hoods to carry away the poisonous gases thrown off in our chemical treatments, so that it was necessary to carry them on outside in the court, but when the weather was unfavorable we went on with them inside, leaving the window open.”²⁷

History — Historical Vignette Number Five

For my last example, let us fast-forward to contemporary and high-energy physics. My university’s High Energy Physics Group around Professor Jacob Schneps and Brazilian scientists participate in research projects at Fermilab, Illinois and Minnesota, both USA, and at CERN, Switzerland.²⁸ But their work, workplaces, and processes are beginning to look less and less like science of the old days about which we just read two descriptions. I venture that these transformations are prototypical for changes happening in many if not all scientific disciplines.

Doing off and onsite research and analysis, Professor Schneps, Tufts University’s longest serving professor and now in his late 70s, was part of a team of

26 Stefan Zweig, *Erasmus of Rotterdam*, translated by Eden and Cedar Paul, (New York: Viking Press 1934), p. 71.

27 Marie Curie, *Pierre Curie*, (New York: The MacMillan Company 1932), p. 100.

28 See for instance, http://home.fnal.gov/~rafael/Brazil_500_page.html.

54 international scientists confirming the existence of the tau neutrino at Fermi Lab in 2000. The tau neutrino was the last missing link of the *Standard Model of Elementary Particles*. Even more of a departure from science as usual is Professor Schneps' participation at CERN: here modern technology and information sciences, size of experiments, and other factors are creating a radically different practice of science.

Some 6,500 visiting scientists, half of the world's particle physicists, do research at CERN representing 500 universities and over 80 nationalities. Egil Lillestol, a Norwegian particle physicist, briefly wrote about working at CERN.²⁹ In some cases, he writes, experimental facilities were built at CERN such as the bubble-chamber experiments, while analysis of the data is done in a physicist's home institution. In more recent larger experiments involving electronic detectors, most funds come from participating institutions and "more of the detector components are developed, tested and built by the outside groups." In such a case, universities across the globe can combine research, teaching and detector development at their respective homes. "University scientists can spend more time at their home institutions, and more research students can be involved in the advanced technology." One example is the ATLAS, a mass of particle detectors, for the Large Hadron Collider. The ATLAS is being constructed by 1700 collaborators from 144 institutes in thirty-three countries including Brazil.³⁰

Five Archival Issues and their International Implications

Let me now briefly touch upon five archival issues and their international implications that are raised by these vignettes, at least in my mind. The interconnected issues have to do with (1) what is science, (2) who is doing science and who, in turn, is being represented in our archives of science, (3) the effects of the larger political, economic and cultural contexts on archival work, (4) international archives users, and (5) contemporary changes in scientific work and what these might mean for archival practices and theories.

(1) Definition of Science as a Discipline

Oversimplifying grossly, I would summarize the history of science definitions as follows: what was to be science in the European and then in the Anglo-Saxon realm was heavily discussed and disagreed upon for a long time. But by the 1800s science was settling into an image of quantifiable sciences done by a male genius, alone or eventually in small groups; typical tools being paper and ink and laboratory set ups. A science research project had a clear beginning and an end. Its hypotheses and theories were of course rule driven and verifiable. Results and processes had to be expressed in writing in one form or another: lab reports, data lists, research notes, publications, diaries, etc, and eventually through other methods of apparently engraving reality such as photographs or sound recordings. Oral traditions and oral knowledge, by definition, were not scientific. Archives in whatever shape or form and

²⁹ <http://public.web.cern.ch/public/en/People/UniqueExperience-en.html>.

³⁰ Participating countries include: Armenia, Australia, Austria, Azerbaijan, Belarus, Brazil, Canada, Czech Republic, Denmark, Finland, France, Georgia, Germany, Greece, Israel, Italy, Japan, Kazakhstan, Morocco, Netherlands, Norway, Poland, Portugal, Romania, Russian Federation, Slovak Republic, Slovenia, Spain, Sweden, Switzerland, Turkey, UK and USA.

be it lab reports in a laboratory broom closet were *essential authenticating handmaidens of science*.

In the Anglo Saxon world, the word 'science' over time came to refer solely to the so-called hard sciences. With the increasing global significance of the United States this definition has influenced funding, prestige, conferences, organizations, publications, and employment possibilities among others.

How does a particular definition of science affect us archivists? In recent years, a few ICA-SUV members were uncertain whether ICA-SUV, in effect, was representing its global community of archivists. Part and parcel of this uncertainty was also a growing discontent with a traditional definition of science that largely reflected Anglo-Saxon traditions and that perhaps did not reflect realities faced by archivists of science across the globe nor the types of science records they traditionally kept.

As a consequence, Juliane Mikoletzky, ICA-SUV's president and archives director of the Technology University of Vienna, Austria, and Renata Arovelius, current ICA-SUV Vice-Chair and archivist at the Swedish University of Agricultural Sciences in Uppsala, Sweden, undertook a cross-national survey about records of science sent to all SUV members in 2003/04. Its results illuminate divergences among archives of science and were presented at the ICA Congress in Vienna, Austria, in 2004.³¹ Here, I only want to raise its findings regarding definitions of science, of research, and of records of science.

Of 18 archivists responding from 12 countries, two thirds define 'science' as including all sciences – the other third being Anglo-Saxon countries. For most, the term 'research,' in turn means a detailed study of a subject, be it academic or not. 'Records of science' preserved by archives ran the gamut from only those created during a scientific project to those of a particular scientist, to his or her private papers, to records of a scientific organization, to scientific results to those documenting broader cultural contexts.

To reflect this broad definition of science in most countries including CEDIC's input from Brazil, ICA-SUV changed its former subcommittee this year. *The Subcommittee on Science Technology and Medicine Archives* became *The Committee on the Preservation and Access of Science and Research Data*. From the onset, the term 'research' is to make it obvious that ICA-SUV endorses a broader definition of science – as demonstrated by the membership in your organization, for instance. ICA-SUV's definition of records of science is as broad as indicated by many of its members.

I would go a step further. I argue that it might be time to explicitly question the Eurocentric definition of science over the last few centuries as verifiable, authored, particular, and recorded knowledge. Who benefits when we exclude certain native/indigenous knowledge from our definition? Take the example of rubber

31 Renata Arovelius and Juliane Mikoletzky, Archives of Science: An International Perspective and Comparison on Best Practices for Handling Scientific Practices, ICA 2004: Archive, Gedächtnis und Wissen, Vienna, Austria.

processing in pre-colonial South America. The knowledge of this process was an oral knowledge accumulated, preserved, and handed by word of mouth over long periods of time. To discover ways to make the rubber tree zap stable and useful in local climates required extensive trial, error, and comparison, i.e. experiments over time. Our answer to the question of 'what is science' will affect archival collection policies but also archival practices to capture multitudes of verifiable, albeit still oral, knowledge across the globe. Moreover, whatever answer archivists chose will likely influence what 'scientific' knowledge will be available for future generations and what standing such indigenous knowledge will have in intellectual property rights debates, legislation and law suits. I surmise that the discussion over what constitutes science might very well develop into a major archival issue if and when more archives from newly industrialized countries will join ICA-SUV.

In fact, ICA-SUV's *Committee on the Preservation and Access of Science and Research Data* is presently planning a redesigned survey that will hopefully be sent to many more institutions. Perhaps results will also inform us about what is happening with the question of native knowledge production.³²

(2) *History and Actors of Science*

Discussing definitions of science as archivists also means discussing our responsibility with regards to the history of science. Archives of science profess to exist in order to adequately represent and archive the history of science and research. So even if we stay within the traditional confines of science and records for the moment, we archivists always need to ask ourselves the following question regarding the actors of science: who has and who has not been represented (adequately) in our archives in the past?

You know from your country's experience that the history of science still tends to overlook scientists and researchers from the perceived geo-political peripheries. Recall the first Encontro de Arquivos Científicos in 2003 in which Manuel Domingos Neto quotes the example of Alberto Santos Dumont.³³ A French Brazilian aviator, Dumont's achievements in the history of aviation are largely ignored in the biographical dictionary of France and other histories. Most history of science overlooks women regardless of nationality as well as minority researchers. Marie Curie, whom I mentioned above, is an outstanding exception, but what about all the others?³⁴

32 WIPO, Intergovernmental Committee on Intellectual Property and Genetic Resources, Traditional Knowledge and Folklore, Sixth Session, Geneva March 15-19, 2004: Traditional Cultural Expressions/Expressions of Folklore Legal and Policy Options, Document prepared by the Secretariat, Dec 1, 2003; UNESCO, Convention for the Safeguarding of the Intangible Cultural Heritage, Paris, October 17, 2003.

33 Manuel Domingos Neto, Vice-presente de CNPq, Mesa de Abertura: Preservação da memória da C&T no Brasil, p. 17, Encontro de Arquivos Científicos, 20-21 de outubro de 2003 (Edição Casa de Rui Barbosa e Museu de Astronomia e Ciências Afins, Rio de Janeiro: 2003).

34 By the way: Marie Curie's laboratory books are so radiation contaminated that they are not safe for use. Think about what that means for archivally preserving them.

What are the implications here for archives? If archivists do not want hermetically closed archives that delude users into conventional views about histories of science, we archivists need each other's assistance. We need archivists from other corners of the globe to tell us from the so-called North what is missing in our collections. If you do not help us find out, unearth and share sources, if we do not assist each other in adapting our collection strategies and finding aids to point out to users what is not in the archives or where else to look, and if we archivists do not keep up with more inclusive historical sub-disciplines, the history of science and our archives will stay conventional and poorer for it. It is not just the responsibility of historians and writers to get the story right. It is also ours, the archivists' responsibility, as we are one of the main gate-keepers of history.

(3) Larger Political, Economic and Cultural Contexts and Their Effect on Archival Work

None of the archival aspects raised in my vignettes are independent of larger contexts be they colonialism, imperialism, oppressive regimes, war, or simply globalization among many others. If my own and your country's experiences with genocidal and military regimes have taught us anything it is that these contexts turn into everyday matters for archivist and archives.

In what follows, I will here solely focus on destructive regimes; for the purpose of my discussion, I will treat overall effects of larger structural and cultural contexts as given. Globalization, in its more innocuous consequences, is implicitly present in section four and five.

Over centuries, colonial control over *what* was to be recorded, *by whom*, and where documents were to be stored, resulted in unprecedented consensual historical source material and lead to an unprecedented dispersal of national heritage to the colonial centers. As shown by my indigenous rubber research, this makes it very difficult to rewrite history and the history of science. In the case of fascism, the National Socialists destroyed most Jewish archives. This and the ensuing post-World War II chaos and dispersal, rendered document-based searches for victims and survivors but also for perpetrators difficult if not impossible, just as it complicated efforts to establish historical accountability. As shown by my search for both Laufer sisters, survivor and victim records were kept by exhausted lay people and by overwhelmed non-government organizations, and not by professionals. As a consequence, records are cryptic, often indecipherable, and frequently incorrect. In addition: even decades after the event, records are being destroyed, 'lost,' altered, or restricted by governments and agents who dislike or have a disdain for historical accountability or restitution. And this is *not* a unique experience to Austria or Germany. Rather, it is indicative of how many regimes treat troublesome records including — as you all know — what appears to have been happening in Brazil over the last few decades.

There is a thought provoking and frightening parallel, in my mind at least, between a people being oppressed, killed, or otherwise persecuted as part of public

policy or strategy and the likelihood that their records are in danger of meeting a similar fate.

There are some steps archivists can take after but not exclusively so such cataclysmic events. All solutions, however, rely on and need lively debate and international cooperation of the kind I am trying to encourage in this presentation. To give you an example: when I worked as restitution historian and archivist for the Holocaust Center of the Jewish Community of Vienna, Austria, I processed newly discovered records, about two thirds of which were from the National Socialist period. These papers in Vienna are remnants of the former quite renown Jewish Community archives whose remaining records had been transferred to Israel after World War II. Given that, the Jewish Community decided to reunite the papers in Vienna and Israel at least on film. We microfilmed both sets of archival records, and they are currently being made available on three continents. A genocide intent on annihilating a people *and* its history had taught Jewish archivists that records and copies are best stored at multiple locations across the globe – a worthwhile and deeply sad lesson for many of us. The Jewish Community of Vienna was fortunate to forge an alliance with the Central Archives for the History of Jewish Peoples in Jerusalem and to secure funding largely through the generous assistance of the United States Holocaust Memorial Museum in Washington, D.C. In almost all cases, however, there will be no event-based institution sponsoring international archival rescue missions on which archivists could rely. I would therefore propose that initiating and supporting such projects – of reunification, reproduction, sharing of archival material, or protective relocation, for example – is an appropriate field for an international organization like the ICA and ICA-SUV. And where else than at ICA-SUV conferences will we have a global archivist audience to share and learn from each others' experiences working with threatened and marginal records.³⁵ In addition, ICA, regional ICA branches, and members of ICA-SUV have repeatedly initiated protests and pressures on governments either to safeguard records and archivists or to make papers public.³⁶

Three ICA-SUV Section Board members recently began a long-term, cross-national project to determine how university and science/research archives differ across the globe and what their problems, issues, and needs are also in regards to the points I just raised.³⁷ To start off the project, I organized an international panel of four analytical case studies for our annual conference in Dundee in the summer of 2007. Included in the archival topics discussed there was for example the relationship between war and archives.³⁸ The handout I brought for you about our project includes

35 Here, the term 'marginal records' has at least two meanings: records that were marginalized themselves or that document people who were marginalized.

36 Consider here for instance the protest by the Arab Regional Branch of ICA (ARBICA) against looting and destruction of Iraqi museum and archival records in 2003 which ARBICA concluded with the following plea: "We, in the Arab Regional Branch of the International Council of Archives, beseech the leaders of the United States of America, the United Kingdom and the allied countries, as well as their respective organizations, institutions, universities and centers of research to take the wise decision and prompt initiative to strictly enforce the preservation of the great heritage of Iraq until it is vested in the trustful hands of the Iraqi scholars and intellectuals." ARBICA: *Statement Regarding Protection of the Iraqi Museums and Archives*, April 14, 2003, signed by Dr. Abdullah El Reyes, President of ARBICA, <http://www.ica.org/en/node/584>.

37 The three ICA-SUV section members are Susanne Belovari, Gatis Karlson, and Juliane Mikoletzky.

38 Susanne Belovari (editor and chair of panel), Gatis Karlson, Samar Mikati, Juliane Mikoletzky, and Lucia Maria Velloso de Oliveira, *University and Research Archives Across Nations*, Proceedings of ICA-SUV

a summary of how war has been affecting archival work at a university archives in Lebanon. Over the long term we hope to continue collecting information internationally, to formulate a survey to be sent to archivists across the globe, and to then analyze the answers which we trust will lead to new programs and foci.³⁹

(4) Archival Users from Across the Globe

This user related issue has to do with archives users' increasing distance - geographical, historical, cultural, and experiential - from the context of record creation and storage. Dispersal of records and people, new information technologies, and other developments are creating increasing numbers of potential international users for archives. Former isolated cases of researchers such as Erasmus of Rotterdam and Stefan Zweig who in fact used archival documents in various countries have become a global phenomenon. However, most international users will and do lack the specialized knowledge of a historian or writer focusing on a particular person, event, country, or time period.

Now one of the outstanding and defining features of archival work is that archivists not only treat records in context - processing by provenance and original order for instance - but they also describe them in context. Hence our findings aids include scope notes, historical and biographical notes as well as subject headings among others. The further away a user is geographically, historically, culturally, and experientially from the original context in which a record was created, the larger is a user's need for and it can be argued our responsibility to provide sufficient contextual information. This is particularly true again for historical settings (e.g. the colonial and military regimes in Brazil or the National Socialist regime in Austria) from which only a few or inaccurate, inauthentic, and overly homogenous and biased records have survived.

How will we deal with this as archivists and how will we collaborate internationally in order to succeed in these descriptive efforts and pay attention to language related issues? Here again, international conversations, workshops, and sharing of ideas in a forum such as ICA-SUV will be essential to get the work done. Let me give you one example: because of my geographic and academic background, I was able to provide in-depth, bilingual descriptive notes about National Socialists programs, offices, policies, and language inversions for the Austrian Holocaust records knowing full well that most users of these documents will neither be German

Annual Conference, Dundee, Scotland 2007 (publication forthcoming). The case studies were from Vienna (Austria), Rio de Janeiro (Brazil), Riga (Latvia), and Beirut (Lebanon).

39 Stages of the project as currently planned are: (1) solicitation of analytical case studies and input from archives internationally. (2) Creation/execution of cross-national survey. (3) Evaluation /analysis of survey and proposing - or rejecting - general models for documenting international differences between university and research archives. (4) New programs or perhaps workshops, also in order to improve ICA-SUV's capacity to represent, serve, and increase its international constituency. Encouragement of collaborations between archivists internationally because they will feel accurately represented in their particular concerns. (5) Monograph by this author tracing and analyzing issues, archival traditions, practices, and situations for university/research archives across the globe and time.

speakers nor subject experts.⁴⁰ For your records or Brazilian colonial records held in our archives, you will have to provide equivalent information.

Keep this kind of modern contextual challenge in mind when we now turn to my last argument relating to modern science.

(5) Contemporary Changes in Scientific Work and Future Archival Practices and Theories

Remember the transformations in 'doing science' that I highlighted in my three examples covering five centuries: Erasmus of Rotterdam, the Curies, and high-energy physics. Note here that some of these changes are exemplified through my manner of listing, first, an individual researcher, then a science team, and finally an anonymous science field. How do you propose that records of 6,500 scientists involved with CERN will accurately portray their scientific work, their participation, and inventions even if we assume that they are all preserved at their 500 home institutions? Or, alternatively, how would CERN and its archives be able to do this? Responses here will likely lead to a different conceptualization of the kind of history of science and research questions that will be possible in the future and what kind of archives of science will be necessary for that future.

At my university, Tufts University, Medford, Massachusetts, USA, in your country, and in most others we are seeing a true internationalization and decentralization of scientific endeavors in many if not all scientific disciplines. Laboratories are becoming computer terminals linked internationally; experimental stations are becoming collaborations among dozens if not thousands of scientists working in innumerable countries.

When dozens or even hundreds of countries *and* public, private, and corporate institutions are collaborating, there will be different collection policies and different groups of appraisers with their distinct appraisal rules. Are there even archives of science everywhere given for example that Lebanon currently only has one university archives? – because the existence of archives elsewhere and what they do will now effect our archival collection strategies and practices at home. Optimistically, there will be methods but different methods of digital preservation across the globe as there certainly are and will be vastly different terms of access and copyright. Since almost all Swedish universities are public institutions, for example, scientific records are generally considered public access records in Sweden. In the USA, in contrast, some universities define scientific records as their property but most consider them as the professors' property. Now add archival traditions that differ by nation states to the mix.

40 For example: the National Socialists called the registration/emigration card index of all Jews innocuously the 'wandering around/hiking' card index. Given the nature of these documents, I also kept copious notes about how the documents were processed, microfilmed, and access provided to them.

More substantively: who is the author or inventor in modern science? What is the laboratory? What is even the appropriate locale to study? What is a collection in this regard? What does a finding aid have to look like and include? In one sense, modern science is perhaps approaching a communal mode of knowledge creation akin to former indigenous or native modes given their lack of a clearly defined author or inventor, a lack of precise locale, and a difficulty to track processes and describe them. And perhaps in response, modern archival practice will also have to turn to an international communal mode of working: collaborating in collection policies, in descriptive efforts, and in reconciling, harmonizing, and adjusting access, appraisal, preservation, and other essentials across the globe.⁴¹

We are truly at the beginning here: ICA-SUV has just received some limited funding to do a couple of case studies with scientists, archivists, and in collaboration with CODATA, the Committee on Data for Science and Technology, which is an interdisciplinary scientific committee of the International Council for Science (ICSU). The project's goal is to establish recommended practices for long-term preservation of digital science data and to figure out how to juggle different appraisal and legal policies of various institutions for international science projects.

I do not have any authoritative answers to this recent phenomenon – I am still thinking about it. Personally, I have not yet documented Professor Schneps at Tufts University and his and his team's work at CERN and FERMI. Nor do I have any idea yet how your Brazilian scientists and archives will come into this picture. But what I do know is that we will have to find answers to these qualitative changes in how science is done collaboratively and internationally. We archivists will have to find corresponding, collaborative and international ways in which to fulfill our obligation: leaving sufficient residues of these activities to allow later generations to analyze and depict the history of science in all its flavors - be it through histories of tools, biographies, histories of discoveries, of institutions, or of work processes.

And I suggest that ICA-SUV will and can serve as *the* international arena to begin this global project.

Susanne Bellovari
Tufts University
belovari@illinoisalumni.org

41 In this regard, archivists will have to become and stay familiar with current sociology and history of science research.

**Usos e usuários de arquivos de C&T:
variáveis dependentes**

Johanna Smit

Uma das importantes conclusões da minha presente tese sobre a natureza da Ciência é que a literatura sobre um determinado assunto é tão importante quanto o trabalho de pesquisa a que ele dá origem (Ziman, 1979, p.116).

Com o objetivo de melhor delimitar esta fala, eu iniciaria distinguindo, no universo da memória científica e tecnológica,

- Os *produtores* de documentos – prioritariamente, os cientistas e pesquisadores;
- Os *acumuladores* de documentos – os arquivos;
- Os *usuários* da memória científica – cientistas, pesquisadores ou gestores de C&T.

A complementaridade entre os três pólos acima enumerados é evidente e, por vezes, pode apontar para uma única pessoa: o pesquisador, que produz documentos no desenvolvimento de suas pesquisas, os acumula e organiza e posteriormente os consulta. No entanto, para organizar a argumentação, priorizarei a função do *usuário institucional* excluindo, portanto, os arquivos pessoais de pesquisadores e cientistas. Proponho, em outras palavras, um exercício de releitura da bibliografia sobre os “arquivos de C&T”, ou “arquivos científicos” institucionalizados, colocando-me no lugar do usuário desses arquivos e levantando algumas hipóteses sobre as variáveis que podem potencializar seu “uso”.

Os arquivos institucionais de C&T podem ser subdivididos em dois grupos, complementares:

- os arquivos **DE** C&T, ou seja, aqueles que são acumulados nos espaços em que a ciência e a tecnologia são efetivamente desenvolvidas (cf. item 1);
- os arquivos **SOBRE** C&T, ou seja, aqueles que são reunidos nas agências de fomento, órgãos de planejamento, seja internacionais, nacionais (federais, estaduais, municipais, regionais), públicos ou privados (cf. item 2).

Posso imaginar espaços/arquivos nos quais os dois tipos de documentos convivem, mas esta não é a questão: a questão é que os arquivos DE e SOBRE C&T reúnem documentos distintos, produzidos e acumulados com objetivos diferentes, razão pela qual me parece interessante discuti-los separadamente, enfatizando sempre o ponto de vista do usuário.

1. Os Arquivos de C&T

A acumulação de documentos resultantes do desenvolvimento de C&T ocorre em dois momentos complementares:

- o momento da produção dos documentos (aspecto desenvolvido no item 1.1);
- o momento da institucionalização destes documentos no arquivo (discutido no item 1.2).

1.1 A produção de documentos de C&T

Não retomarei aqui tudo o que foi dito por e sobre Bruno Latour, e sua pesquisa sobre o trabalho do cientista no laboratório, pois a bibliografia é farta a respeito. Mas deste conjunto de reflexões, eu salientaria algumas que me parecem pertinentes para melhor dimensionar questões que estão no âmago dos arquivos de C&T.

Embora qualquer discussão deste tipo seja redutora, excessivamente simplificadora, ainda assim, é possível começar dizendo: quem é o produtor dos documentos de C&T? O que caracteriza um "cientista" e um "pesquisador"? O cientista produz ciência e o pesquisador pesquisa⁴². Resposta simples, mas que não nos ajuda entender a especificidade deste produtor de documentos, pois parto do princípio segundo o qual este produtor tem sua especificidade, decorrente do tipo de trabalho que ele desenvolve.

Por definição, o pesquisador é alguém que não se conforma com o que já sabe, é alguém curioso, que considera que aquilo que ele ainda não sabe é mais interessante do que aquilo que ele já sabe: resumo aqui uma questão de postura, de vivência do tempo presente e de olhar sobre o mundo. Pode-se aprender a ser curioso, a gostar de pesquisa (é o que tentamos incessantemente fazer com nossos alunos de graduação), mas a postura pressupõe uma carga de genética ou de predisposição inata. Se assim não fosse, todos os alunos de Iniciação Científica (IC) se dirigiriam naturalmente para o mestrado e o doutorado. Aliás, uma das grandes virtudes da IC reside justamente na identificação dos alunos "que levam jeito para a pesquisa" ao mesmo tempo em que os alunos podem vivenciar esse "modo de vida" tão peculiar para descobrir se a atividade os atrai. Enquanto ser curioso, insatisfeito com seu próprio conhecimento, o pesquisador é por definição um ser em constante ebulição, que dedica uma imensa parcela de sua vida a superar o que já sabe. Em outras palavras, ele tem que se manter informado sobre o que já é conhecido e ao mesmo tempo tenta incessantemente ultrapassar esse estágio do conhecimento.

Há pesquisadores muito mais metódicos e outros mais caóticos, há os mais geniais e outros menos brilhantes, e eu diria que todos estes perfis são necessários quando se pensa no avanço do conhecimento, assim como há pesquisadores mais combativos, mais exigentes, mais orgulhosos, mais excêntricos, mais auto-centrados, mais agressivos, mais determinados, mais ambiciosos, mais.... e outros menos.... – de todo modo, forçoso é constatar que o pesquisador é um ser especial, que não produz documentos do mesmo modo, impulsionado pelos mesmos desejos e pulsões, que outras categorias de produtores de documentos. Esta afirmação não insere um julgamento, não estou querendo dizer que o pesquisador é mais importante que o escritor, o administrador ou o político, simplesmente estou tentando dizer que o pesquisador tem sua dinâmica própria, que o distingue de outros produtores de documentos.

Este pesquisador pode trabalhar isoladamente ou em rede (situação cada vez mais freqüente), mas não deixa de se caracterizar pela curiosidade e pela

42 Considerando o termo "pesquisador" mais amplo, mais abrangente, este será doravante adotado neste texto.

insatisfação com o estado de conhecimento no qual se encontra. Ou seja: ele reúne informações sobre o que já sabe para tentar superá-las, através de seu detalhamento, do aprofundamento, da negação, da comparação, etc. Exagerando um pouco, pode-se dizer que a produção de conhecimento se alimenta do conhecimento anterior⁴³: as conseqüências deste estado de espírito e deste modo de funcionamento são muito grandes para os arquivos, pois o "passado", o "já conhecido", tem "utilidade" para ser superado e, portanto, "serve" enquanto está sendo superado. Uma vez superado, alimenta a história das idéias e das ciências, torna-se muito importante para o historiador das ciências e quase que totalmente desinteressante para o pesquisador. Assumo que estou simplificando uma discussão que é bem mais complexa, mas não creio que meu resumo se distancie excessivamente da cultura do ambiente de pesquisa.

Um parêntese deve ser aberto aqui, que também traz suas conseqüências para os arquivos de C&T: as diferentes áreas de conhecimento não têm a mesma compreensão do que seja "superar" o estado da arte, aquilo que já é conhecido. Assim pode-se afirmar, simplificando mais uma vez, que as áreas mais tecnológicas apresentam uma rápida obsolescência de pesquisas e respectivos documentos gerados pelas pesquisas: o conhecimento novo torna o anterior inútil (a não ser do ponto de vista histórico ou da evolução das idéias e conceitos). Áreas básicas continuam se preocupando com a mesma questão por séculos a fio (a conjectura de Goldbach continua desafiando os matemáticos desde 7 de junho de 1742, quando Goldbach a enunciou numa carta para Euler), mas sempre objetivando chegar a um momento em que a questão possa ser, literalmente, "arquivada" pois "resolvida". Nas ciências humanas e sociais o conhecimento não se constrói por superação, mas por acumulação e comparação, a partir dos mais diversos pontos de vista (Briet). Este rápido percurso nos mostra que há áreas do conhecimento que com mais tranqüilidade consideram que documentos perdem utilidade, ao passo que outras consideram que todo e qualquer documento, com qualquer "idade", pode continuar sendo útil... No entanto, qualquer que seja a área do conhecimento, é natural supor que o pesquisador queira manter os "documentos úteis" em seu gabinete de trabalho, seu computador, seu laboratório, em suma, ao alcance da mão e da vista: afinal, os mesmos ainda se encontram na fase corrente.

O pesquisador, além de constantemente tentar superar o conhecimento acumulado e, portanto, também se superar, normalmente trabalha dentro de condições institucionais que também introduzem no ambiente da pesquisa algumas variáveis.

A indução da pesquisa, através da qual o governo ou órgãos que planejam o desenvolvimento da C&T priorizam determinadas temáticas ou regiões, certamente constitui uma variável importante na discussão em tela. O pesquisador, imerso num ambiente que é concorrencial ao extremo, não ignora esse quadro de referência e traça uma estratégia para se manter e, se possível, ampliar, seu raio de ação. Assim sendo, além de brigar consigo mesmo, no afã de ampliar seu conhecimento, ele briga com o meio-ambiente que determina prioridades, condições de sucesso e

43 O tema do "pesquisador-antropofágico" mereceria uma discussão mais apurada, mas que não será desenvolvida neste texto para não desviá-lo de seu foco: os arquivos de C&T na ótica do usuário.

visibilidade. Não há porque ignorar que este pesquisador nutre uma vaidade "acadêmica", troca favores e informações com colegas (seus "pares"), participa de instâncias decisórias, busca ampliar seu raio de ação através de recursos financeiros e humanos, justifica incessantemente a importância de sua pesquisa para se justificar, etc. O pesquisador olha constantemente para frente, até para garantir sua sobrevivência, nutrindo-se do passado. Excetuados os historiadores da ciência, os demais investem o conhecimento passado de um valor diferenciado, valor este determinado pelas condições de sua superação. Todos os passos, rascunhos, tentativas, realizadas para tentar ultrapassar o conhecimento estabelecido não são muito importantes, em sua percepção, face aos resultados alcançados. Digamos que a discussão dos meios só se justifica face aos resultados alcançados e uma vez estes resultados bem estabelecidos, os meios perdem, para o pesquisador, muito de seu interesse.

Neste ponto é fácil detectar uma diferença gritante entre dois universos: o universo do pesquisador e o universo arquivístico. Os arquivos se propõem a preservar o histórico dos meios empregados, das dificuldades encontradas, dos cadernos de campo, dos registros de laboratório, das tentativas frustradas.... justamente tudo aquilo que, para o pesquisador, perde quase todo interesse, uma vez a pesquisa encerrada. Ao pesquisador interessa preservar as provas de seu sucesso, ou seja, os resultados finais da pesquisa, sendo que os resultados intermediários, os rascunhos, os ensaios, não se revestem de tanto interesse, justamente porque foram superados pelos resultados finais.

Neste tópico, eu gostaria de abrir um último parêntese. O pesquisador tem seu orgulho de pesquisador, razão adicional pela qual ele tem orgulho dos resultados finais das pesquisas que chegaram a um resultado feliz, ou seja, a publicação. Há muito sentido na valorização da publicação, pois esta é a maneira pela qual o conhecimento recém-elaborado pode circular socialmente, ser submetido a leituras e discussões, ser reconhecido enquanto informação, além de ter sua autoria registrada. Conhecimento que não é tornado público não tem visibilidade e, portanto, tampouco utilidade (Ziman), deixando de se justificar. Os manuscritos guardados na gaveta não existem, de um ponto de vista social. Assim sendo, o pesquisador tem especial carinho pelas suas publicações e recebe muitas publicações de colegas: esta é a forma pela qual a ciência circula. As publicações constituem a "parte nobre" da produção científica e tecnológica, freqüentemente encaminhadas à biblioteca, o que garante sua preservação enquanto informação, mas não garante a manutenção de seu contexto de produção. Se a separação dos documentos produzidos pela pesquisa em "publicados" e os "outros" tem fortes justificativas em muitos ambientes e situações, ela não deixa de apontar para problemas que nos ocupam aqui. O que esta separação significa, além da reificação⁴⁴ dos resultados da pesquisa? Ela acarreta a ignorância ou o apagamento do processo da pesquisa, das etapas intermediárias, das trocas de informações entre pesquisadores, das situações em que a mesma foi

44 "Reificação" dos resultados da pesquisa, me parece ser o termo adequado: segundo o dicionário Houaiss, reificação significa "qualquer processo em que uma realidade social ou subjetiva de natureza dinâmica e criativa passa a apresentar determinadas características – fixidez, automatismo, passividade – de um objeto inorgânico, perdendo sua autonomia e autoconsciência". O verbete remete também ao termo "coisificação", donde se pode concluir que a publicação "coisifica" o processo da pesquisa, fixando-o.

divulgada. Não faria sentido ignorar a importância das publicações ou então determinar, de forma totalmente casuística, sua manutenção nos arquivos em detrimento de sua disponibilização nas bibliotecas, mas a questão merece a elaboração de políticas de tratamento da informação que mantenham os resultados finais da pesquisa no contexto de sua produção, através da manutenção física das publicações no arquivo (e a organização do indispensável acesso físico e intelectual aos documentos) ou da introdução de remissivas no material que se encontra na biblioteca, mas cuja existência resulta de um processo de pesquisa presente nos documentos custodiados pelo arquivo.

As publicações ainda ensejam um último comentário: trata-se do sigilo. Há pesquisas que não podem ou devem ser tornadas públicas, por injunção dos protocolos da pesquisa, condições de financiamento ou então por se tratar de resultados intermediários para os quais o pesquisador não quer chamar a atenção. Ou seja, há resultados que não são tornados públicos e qualquer projeto de arquivo de C&T tem que ter sensibilidade para estas questões, contemplando-as na discussão dos critérios que devem presidir a consulta aos documentos, publicados ou não.

Finalmente, na tensão criada entre os dois universos (o do pesquisador e o do arquivo), e em função do que foi acima afirmado, cabe ainda alertar para a imperiosa necessidade da adoção de uma política de recolhimento que:

- evite preservar todos os documentos, objetivo desprovido de sustentação teórica, além de irrealizável na prática;
- evite preservar somente os “restos”, ou seja aqueles documentos que não foram encaminhados à biblioteca, vendidos ou eliminados, em função de outros critérios ou até da ausência de critérios.

A questão que se coloca é a da função do arquivo de C&T, ou seja, de guardiã de uma memória realmente capaz de representar tanto os processos quanto os produtos da atividade de pesquisa, memória essa que não pode se restringir aos processos e produtos que “deram certo”. Dito de outra maneira, para exercer sua função, o arquivo deve preservar tanto documentos de projetos que receberam financiamento (reconhecimento público de sua pertinência) e cujos resultados corresponderam ao esperado, quanto projetos que não obtiveram reconhecimento público ou cujos resultados demonstraram que suas hipóteses estavam equivocadas.

Para sintetizar a discussão neste ponto, é forçoso constatar que estamos diante de duas visões de mundo antagônicas – a função do arquivo e os interesses do pesquisador. Não me parece possível superar este impasse de outra forma a não ser pelo diálogo, colocando o arquivista dentro do laboratório, como preconiza Odile Welfelé, condição imprescindível para entender as peculiaridades do ambiente da pesquisa.

Vencidas as questões acima pontuadas, os documentos de C&T são conseqüentemente depositados ou recolhidos ao arquivo, de acordo com uma política desenvolvida no diálogo com os pesquisadores, visando selecionar os documentos

julgados importantes⁴⁵. Chegamos assim ao segundo tópico da discussão: os documentos de C&T dentro do arquivo.

1.2 A institucionalização de documentos de C&T no arquivo

Supondo os documentos selecionados, preservando sua condição de representantes do processo de pesquisa, cabe agora discutir o trabalho do arquivista na organização deste material, mas continuando o exercício anteriormente proposto, a saber, a discussão a partir do lócus do pesquisador.

Em função do que foi dito antes, os documentos de C&T, em fase corrente, permanecem nos laboratórios, gabinetes ou computadores dos pesquisadores. Não me parece que uma discussão sobre arquivos correntes de C&T faça muito sentido, não porque os mesmos não existem, mas porque eles são considerados "propriedade" do pesquisador⁴⁶, que supostamente os organiza de acordo com suas necessidades. Passemos, portanto, a discutir documentos oriundos de pesquisas encerradas, ou provenientes de laboratórios extintos, pesquisadores aposentados ou falecidos, etc., em resumo, documentos de projetos de pesquisa que representam um passado mais próximo ou mais distante.

Estes documentos representam a memória da C&T, foram selecionados tendo em vista esse objetivo, são preservados por esta razão e sua guarda se justifica pelo seu potencial de memória.

Neste ponto parece-me que lidamos freqüentemente com um mito, a saber, o mito da disponibilização da documentação. Documentação fisicamente disponível não equivale a documentação de fato disponível para a pesquisa e que revele a memória da C&T. Para que a documentação presente no arquivo possa exercer seu papel de memória outras variáveis devem ser introduzidas em nossa discussão. Estas variáveis dizem respeito às opções adotadas para organizar a documentação e, mais particularmente, como estas opções se traduzem em nomeações.

Parece-me que uma fonte de dúvidas, e conseqüentemente de decisões, reside nos critérios que presidem a organização⁴⁷ dos arquivos de C&T. A série⁴⁸ "correspondência" fornece um exemplo para ilustrar a afirmação. Não imagino um pesquisador escrevendo cartas⁴⁹ pelo simples prazer de escrever: esta correspondência pode ser produzida para informar algo, solicitar uma opinião ou informação, encaminhar uma discussão, recomendar um aluno, discordar de um

45 A política de seleção, obviamente indispensável, não será discutida aqui, remetendo-se às discussões presentes na bibliografia (Santos, Welfel, etc.), pois esta política deve contemplar tanto a representatividade dos documentos quanto sua diversidade, abrangendo desde equipamentos e máquinas utilizadas nos experimentos, até bases de dados informatizadas, filmes, fotografias, registros sonoros, lâminas de microscópio, blocos de parafina com fragmentos de tecidos humanos, coleções de objetos, etc.

46 Fruto de trabalho intelectual, a propriedade – institucional – dos documentos, originários de processos de pesquisa, não é sempre reconhecida pelos próprios pesquisadores. Essa questão remete a um debate da maior importância e atualidade, insuficientemente discutido, por ora, a meu ver.

47 Refiro-me à organização lógica do arquivo.

48 Ou outra denominação adotada para designar o agrupamento de documentos resultantes da mesma atividade.

49 Neste ponto da discussão, não importa discutir se a correspondência ainda foi produzida de forma tradicional, envelopada e postada, ou se se trata de correspondência eletrônica (e-mail), produzida e encaminhada pela internet.

colega, divulgar um evento para um público mais amplo, comentar bastidores de uma decisão polêmica, e assim por diante. Esta correspondência é, portanto, produzida no contexto de atividades muito diferentes e suscita, inevitavelmente, a dúvida: mantê-la reunida em sua condição de correspondência ou distribuí-la pelas diferentes atividades? A discussão é tão mais complicada porque é possível pensar em vantagens e desvantagens para cada opção. Mantê-la reunida constitui certamente uma decisão mais simples, evitando interpretações. Acresce que certamente os pesquisadores também vivenciam a mesma dúvida e certamente alguns mantêm toda a correspondência unida ao passo que outros a guardam distribuída pelos projetos de pesquisa, nomes de interlocutores ou instituições etc.

Assim como não creio que qualquer opção de organização possa ser considerada consensual, ou mais acertada, não creio que uma decisão caso a caso (adotando critérios diferentes para organizar fundos ou grupos diferentes) seja recomendável no contexto do arquivo. Por quê? Colocando-me agora no papel de usuário de um arquivo de C&T, pergunto: em quais condições posso tirar o maior proveito desse arquivo? Como saber o que ele contém, se o mesmo contempla o que busco, se os princípios de organização são muito variados? Para o usuário é imprescindível ter informações sobre as opções adotadas para organizar o arquivo. No limite, é possível dizer que por mais estranha que a opção possa parecer, se claramente explicitada, ela fornece ao usuário uma previsibilidade sobre o que é possível esperar do arquivo e, portanto, condições também para avaliar o resultado da busca. "Previsibilidade", neste caso, leva a uma noção de "confiabilidade", não entendida como uma confiança a ser depositada na veracidade inserida nos documentos presentes no arquivo, mas produzindo segurança em relação ao resultado da busca. Todo pesquisador em sistemas de informação necessita saber se aquilo que ele encontrou representa o que ele procurou, se outra resposta seria mais adequada ou possível, em função de uma pergunta formulada em outros termos. Preconiza-se, portanto, que a organização do arquivo gere previsibilidade na resposta da pesquisa, previsibilidade esta alcançada pela explicitação de critérios e pela reflexão acerca das nomeações adotadas na organização dos conjuntos documentais.

O que significa nomear um conjunto documental de "correspondência"? Ou "pesquisa"? Qual grau de previsibilidade decorre de tal nomeação? Como o pesquisador-produtor dos documentos segmenta seu universo documental? Como o pesquisador em arquivos de C&T procura?

No embate entre a segmentação do universo de atividades - e respectivos documentos - concebida pelo produtor dos documentos, pelo arquivo e pelo pesquisador, pode-se vislumbrar uma grande "Torre de Babel", na qual diferentes linguagens convivem, sem que forçosamente a tradução de uma para a outra esteja disponível. De fato, convivem no arquivo de C&T diferentes linguagens:

- a linguagem utilizada pelo *produtor* da documentação. No caso de uma documentação gerada há mais tempo, é provável que os termos utilizados à época já tenham caído em desuso ou então tenham sido substituídos por outros. Em se tratando de arquivos de C&T a linguagem utilizada pelo produtor, e presente nos documentos (e talvez até na organização dada ao arquivo enquanto o mesmo estava em fase corrente), não recorre à linguagem do dia-a-dia, mas a uma linguagem de especialidade. Não

imagino um pesquisador, que durante décadas se dedicou a classificar determinados insetos, usando termos genéricos e, portanto, muito pouco específicos, para designar justamente aquilo contra o qual ele se bateu durante suas pesquisas: a precisão na nomeação que sintetiza o resultado de seu trabalho.

- a linguagem utilizada pelo *pesquisador* que recorre ao arquivo, ou seja, o *usuário* do arquivo. Também neste caso uma variedade de ocorrências pode ocorrer, em função tanto do lapso de tempo entre a produção e a pesquisa (atualização terminológica) como dos objetivos particulares que movem cada pesquisador: história das idéias ou das técnicas? Historiografia das correntes de pensamento em determinada área do conhecimento? Biografia de determinado pesquisador? Origem de determinado conceito ou técnica? Em função dos objetivos, particulares e individuais, o uso do arquivo será diferenciado e a busca pelos documentos enunciada de formas igualmente diferenciadas.
- a linguagem adotada pelo *arquivo* ao nomear as opções de organização dos documentos nos instrumentos de pesquisa ou outros recursos desenvolvidos para dar acesso à documentação. Se o arquivo iniciou suas atividades há tempos, também a terminologia adotada pode estar defasada, ou então propositadamente mantida fiel “à linguagem da época”.

Pode-se concluir que, sem sombra de dúvida, a “Torre de Babel” está presente nos arquivos de C&T, geralmente não reconhecida enquanto tal e, conseqüentemente, naturalizada. Pode-se ainda concluir que o problema gerado pela “Torre de Babel” não fica forçosamente visível para o arquivista, mas ele se manifesta com certeza no momento do uso do arquivo, ou seja, quando um usuário procura por informações e documentos no arquivo. Pensando no usuário, torna-se importante adotar uma linguagem **DO** arquivo, que funcione como interface entre as diferentes linguagens presentes **NO** arquivo.

A busca pela compatibilidade entre a linguagem do arquivo e as diferentes linguagens presentes nos documentos, ou às quais recorre quem pesquisa no arquivo, aponta para uma agenda de pesquisas muito atual e relevante, a meu ver.

2. Os Arquivos sobre C&T

Os arquivos sobre C&T serão aqui rapidamente discutidos, na mesma ótica adotada para falar sobre os arquivos de C&T. Estes arquivos sobre C&T encontram-se nos órgãos incumbidos do planejamento da pesquisa, ou ainda em órgãos que a fomentam e, portanto, detêm documentos de outra natureza, mas que também retraçam e reconstituem a memória da C&T. Nestes arquivos encontraremos documentos gerenciais, de planejamentos e prioridades, orçamentos e prestação de contas, além de relatórios de atividades dos próprios órgãos ou de instituições ou grupos de pesquisa que solicitaram e/ou receberam apoio. Assim sendo, os arquivos sobre C&T são produzidos pelos quadros dos órgãos ou agências de fomento, mas outras tantas informações, recebidas por esses órgãos, são captados junto à comunidade, que preenche formulários e os encaminha em cumprimento de deveres ou na busca de apoios. A tendência recorrente na atualidade, e particularmente

perceptível nos órgãos de fomento que recebem demandas da comunidade, de captação de informações através de formulários eletrônicos, deve ser aqui rapidamente analisada na medida em que muita informação importante sobre as tendências e prioridades de C&T são reunidas nas bases de dados assim compiladas.

2.1 A coleta de informações para arquivos sobre C&T

A descentralização na alimentação de muitas bases de dados sobre C&T representa uma solução rápida e pouco onerosa para captar informações que, uma vez consolidadas, fornecem indicadores para que as agências possam acompanhar, planejar e induzir a pesquisa nas temáticas consideradas prioritárias em determinado momento ou região.

Assim sendo, e a título de exemplo, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) recebe muitas informações, geradas pela comunidade científica, através da Plataforma Lattes, informações essas de valor estratégico evidente para uma agência que tem por missão o acompanhamento, o planejamento e a indução da pesquisa. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), órgão ligado ao Ministério da Educação, que se dedica ao acompanhamento do Sistema Nacional de Pós-Graduação, recebe igualmente demandas e informações enviadas pelos Programas de Pós-Graduação e por membros da comunidade científica. A mesma captação de informações se verifica nas Fundações de Apoio à Pesquisa e demais órgãos de apoio e indução da pesquisa.

Para discussão, comentarei rapidamente um único exemplo para apontar os limites desta lógica de captação de informações: a plataforma Lattes, organizada pelo CNPq e que reúne um impressionante volume de currículos de pesquisadores⁵⁰, estabelecendo um formato padrão e meios informáticos para otimizar o preenchimento dos currículos. A plataforma Lattes é hoje reconhecida como uma fonte de informação importante em C&T. No entanto, seu preenchimento não previu alguns cuidados básicos que, se adotados, confeririam ao conjunto das informações uma consistência muito maior, fornecendo assim dados mais confiáveis aos planejadores ou historiadores da C&T brasileira. Nestes casos a relativa liberdade no preenchimento das informações facilita sua captação, tornando-a menos fastidiosa, mas compromete a consistência dos dados coletados: refiro-me ao preenchimento de nomes próprios, títulos de eventos e publicações, atribuição de palavras-chave e inserção da atividade científica ou tecnológica em áreas de conhecimento e campos de atuação. Os estudos bibliométricos feitos com base na Plataforma Lattes apontam claramente para a dificuldade de extração de significado de dados muito pouco padronizados.

Sem querer me estender nesta questão, os arquivos eletrônicos sobre C&T não podem e não devem ficar alheios a uma discussão sobre o uso e os usuários de arquivos científicos, uma vez que representam a outra face da mesma moeda, a

50 Em agosto de 2007 a Plataforma Lattes ultrapassou um milhão de currículos. Ver: <http://www.cnpq.br/saladeimprensa/noticias/2007/0820c.htm>.

saber, o aspecto da gestão de uma pesquisa que, na outra face da moeda, é cotidianamente desenvolvida.

3. Algumas observações finais

É imprescindível discutir, e discutir detalhadamente, os arquivos científicos, tanto pelo apoio que estes podem dar para a gestão da C&T quanto pelo ângulo de preservação da memória da C&T, custodiada pelos arquivos. No entanto, os produtores de documentos – os pesquisadores – apresentam algumas características próprias do labor de pesquisa e que, até certo ponto, parecem conflitantes com os objetivos arquivísticos, razão pela qual o diálogo entre as partes se impõe. Quando a informação é captada junto à comunidade, alguns procedimentos de padronização no registro da informação se impõem, de modo a aumentar a consistência das informações assim recolhidas. A comunidade de produtores de C&T, nesta ótica, produz tanto documentos específicos, com tipologias documentais bastante variadas, quanto registros de suas atividades numa base de currículos que descontextualiza uma série de atividades, conflitando com a lógica arquivística e a função de um currículo (qual seja, apresentar de forma sucinta o percurso de um pesquisador, mostrando as atividades desenvolvidas e a relação que pode ser estabelecida entre essas).

Sugiro, finalmente, que os arquivos devem incorporar a existência daquilo que metaforicamente denominei a “Torre de Babel”, ou seja, a coexistência de linguagens diferentes que, em sua heterogeneidade, comprometem a recuperação da informação e, por extensão, o potencial de utilização dos arquivos pelos seus usuários, sejam estes pesquisadores, administradores ou historiadores.

Referências

BRIET, S. *Qu'est-ce que la documentation?* Paris: EDIT, 1951.

CAMARGO, A. M. de A. Conceituação e características dos arquivos científicos. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 2, 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006. p. 11-16.

HARPER, P. Thirty years experience preserving and making accessible scientists' personal archives. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 2, 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006. p. 55-66.

KAPLAN, E. Science and technology institutions in the 21st century: lessons learned at the Charles Babbage Institute. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 2, 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006. p. 45-54.

OLIVEIRA, L. M. V. de. Tratamento da informação arquivística no âmbito de instituição de memória e de ciência. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 2,

2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006. p. 85-92.

SANTOS, P. R. E. dos. *Arquivos de cientistas: gênese documental e procedimentos de organização*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo, 2005.

SAYÃO, F. Bases de dados: a metáfora da memória científica. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 25, n. 3, p. 314-318, 1996.

SILVA, M. C. S. de M. e. Arquivos científicos: análise da produção e da preservação dos registros da C&T no Rio de Janeiro. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS, 2, 2005, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Museu de Astronomia e Ciências Afins, 2006. p. 37-43.

SILVA, M. C. S. de M. e. *Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documentos*. Tese (doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007. 211f.

WELFELÉ, O. A proveta arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica contemporânea. *Revista da SBHC*, Rio de Janeiro, v. 2, n.1, p. 65-72, jun. 2004.

ZIMAN, J. *Conhecimento público*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1979.

Johanna Smit
Universidade de São Paulo
cbdjoke@usp.br

Breves reflexões sobre o uso de arquivos históricos

Eduardo Silva

Quero agradecer a Lúcia Maria Velloso de Oliveira, da Casa de Rui Barbosa, e Maria Celina Soares de Mello e Silva, do Museu de Astronomia, o honroso convite para participar desta mesa-redonda. É muito bom estar aqui e poder prestar meu depoimento, não como especialista em “arquivos científicos”, mas como um simples usuário deles. Na verdade, velho usuário, porque comecei a pesquisar ainda estudante de graduação, no século passado. Não estou preocupado com datas, mas, contando por alto, lá se vão trinta e tantos anos de pesquisa e, portanto, de contínuo e proveitoso relacionamento com arquivos e arquivistas.

Arquivistas e historiadores são apenas dois lados da pesquisa científica. É claro que temos competências técnicas diferentes e ocupamos lugares opostos no espaço institucional da pesquisa, cada qual de um lado do balcão de atendimento ou da sala de leitura. Mas, se pensarmos bem, não há nada mais parecido que historiador e arquivista. Seria quase impensável a existência de um sem o outro. Penso que o historiador moderno deve estar razoavelmente informado sobre o trabalho do arquivista e, da mesma forma, o arquivista sobre os propósitos do pesquisador. Como o historiador não é o único que busca informação nos arquivos, talvez o arquivista possa viver sem o historiador, mas devo confessar que os historiadores certamente teriam muitos problemas de sobrevivência num mundo sem bons arquivos e arquivistas.

A relação do pesquisador com seu objeto de pesquisa tem aspectos interessantes e até misteriosos. A gente sempre fica curiosa para saber, por exemplo, como um pesquisador, digamos, “descobriu” esse ou aquele objeto de pesquisa. Sabemos todos que a escolha de um objeto de pesquisa é um problema extremamente delicado e complexo que não pode ser abordado assim em poucas linhas. Mas, sem dúvida, um dos primeiros passos para quem quiser “descobrir” alguma coisa é freqüentar os bons arquivos e ficar amigo dos bons arquivistas. Do contrário, a boa idéia não vem ou não se desenvolve como devia. E a dialética não anda.

Sinto e defendo que é da boa relação entre historiadores e arquivistas que podem nascer os melhores trabalhos. É por isso que toda pesquisa acadêmica, invariavelmente, tem aquela página clássica de agradecimentos aos pais, aos namorados e, por fim, aos bibliotecários e arquivistas. Isso pode parecer uma simples formalidade, mas não é. Na verdade, faz parte da realidade mais profunda da pesquisa.

O que vemos é determinado pelo lugar de onde vemos. Pesquisadores e arquivistas, exatamente por estarem um de frente para o outro no balcão de atendimento e na sala de consulta, podem apreender realidades diferentes e, ao mesmo tempo, complementares. O arquivista, como o cientista da informação em geral, pode ver o que o historiador – ou o pesquisador em geral – não pode ver (o próprio historiador e tudo que está por detrás dele). Da mesma forma, o historiador pode ver tudo o que o arquivista não pode ver, ou seja, o próprio arquivista e tudo o que está por detrás dele. Para usar a expressão clássica de Mikhail Bakhtin, podemos dizer que historiadores e arquivistas não são vozes em coro, mas vozes que se

complementam na diferença e, portanto, que precisam manter um diálogo permanente.⁵¹

É claro que as boas idéias não ocorrem apenas nos arquivos. Mas, depois de uma boa idéia, você tem que correr atrás do arquivo e trabalhar duro, senão a idéia escapa e não volta mais. Muita gente pensa em pesquisa científica de maneira romântica. Pensamos que os cientistas vivem uma vida fantástica, cheia de aventuras incríveis, simplesmente porque tiveram a sorte de “descobrir” alguma coisa. Às vezes tudo ocorre meio por acaso, sem que possamos explicar todos os detalhes. Eu mesmo “deparei” com o quilombo do Leblon enquanto atravessava o jardim da casa de Rui Barbosa. Eu já contei o caso inúmeras vezes. Um belo dia, atravessando o jardim da Casa, acabei notando, pela primeira vez, a presença de três pés de camélia estrategicamente plantados. Dois pés bem em frente à casa e um terceiro na entrada principal, bem embaixo da janela do quarto de dormir de Rui Barbosa. Fiquei realmente impressionado ao perceber que também o jardim de Rui “arquivava” indícios fortíssimos de sua participação na rede de apoio ao quilombo do Leblon, um quilombo especializado na produção de camélias e que teve um papel fundamental na luta pela Abolição da escravatura no Brasil⁵².

Tudo isso é verdade, mas ninguém pode escrever um livro simplesmente “passeando” pelo jardim da Casa de Rui Barbosa. Depois de atravessar o jardim e formular a hipótese inicial, depois de acender aquela Luzinha de desenho animado, o verdadeiro trabalho foi feito pacientemente no Arquivo, Biblioteca e Museu da FCRB. Costumo dizer que trabalhar nesta Casa marca profundamente minha produção e mesmo minha visão teórica da História do Brasil. Aqui temos, para ser breve, num mesmo espaço carregado de memória e simbolismo, “as palavras e as cousas de Rui Barbosa”, seus papéis, correspondência, anotações íntimas, livros, objetos de uso diário, toda a infra-estrutura doméstica, inclusive um jardim histórico extremamente carregado de informações, definições e sentidos os mais diversos⁵³.

Proponho um exercício prático. Vamos supor um pesquisador especializado em história cultural que descesse a Rua São Clemente, passando pela calçada de Rui Barbosa. Ele veria imediatamente dois pés de camélia ladeando a escultura de uma águia poderosa estrangulando a serpente do mal. Já aí saberia tratar-se da casa de um abolicionista radical. Ao dar o primeiro passo, entrando na propriedade pelo portão principal, veria imediatamente um dos raros pés de (como está escrito) “azeitona”, ou melhor, uma simbólica “oliveira”. E saberia imediatamente tratar-se da casa do abolicionista Rui Barbosa de Oliveira.

Entrando pelo portão principal e caminhando em direção à casa, comprovaria nosso hipotético pesquisador que os sentimentos abolicionistas do proprietário não se limitavam a uma exibição exterior, feita apenas para os passantes da rua São Clemente, mas era também um sentimento profundo, íntimo, como mostra o terceiro

51 Para uma boa introdução ao pensamento dialógico, ver: Robert Stam, Bakhtin; da teoria literária à cultura de massa. Trad. Heloísa Jahn. São Paulo, Ática, 1992.

52 Eduardo Silva, As camélias do Leblon e a abolição da escravatura: uma investigação de história cultural. São Paulo, Companhia das Letras, 2003.

53 Idem, “As Palavras e as Coisas de Rui Barbosa”. In: Anais do IV Seminário sobre Museus-Casas: Pesquisa e documentação. Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 59-67. Para um estudo específico sobre o jardim, ver: Claudia Barbosa Reis, Memória de um jardim. Rio de Janeiro, Edições Casa de Rui Barbosa, 2007.

pé de camélia plantado exatamente embaixo do quarto de dormir de Rui Barbosa, não para exibição pública, mas para deleite íntimo.

Neste ponto, aliás, não precisamos mais procurar por pequenos indícios, podemos levantar os olhos e simplesmente ler a identificação do lar: "Vila Maria Augusta". Somos informados, portanto, mesmo antes de entrar na casa, que seu habitante principal pertence à nobre casta dos Oliveiras, é abolicionista radical e ama profundamente sua companheira e esposa. É importante lembrar esses "pequenos" detalhes porque os homens, mesmo os grandes homens, não fazem a História sozinhos. Para bem compreender os bastidores da luta pela Abolição da escravatura precisamos ainda aprofundar o estudo da participação feminina na História do Brasil. Precisamos incluir os negros e também as mulheres. Num país em que os homens são acusados dos mais primitivo machismo, é preciso lembrar que hoje nós falamos "Casa de Rui Barbosa", mas no tempo de Rui Barbosa, por decisão dele mesmo, a casa era de Maria Augusta: "Villa Maria Augusta".

E quando falarmos do abolicionismo de Rui, devemos falar também do abolicionismo de dona Maria Augusta. A harmonia e cumplicidade do casal, neste ponto, é mais que evidente. Em uma de suas conferências de propaganda abolicionista, em 1885, com o Teatro Politeama Fluminense superlotado, Rui Barbosa chega a ponto de afirmar, com toda ênfase, que abandonaria dona Maria Augusta se ela não compartilhasse de suas idéias radicais e não o apoiasse em suas idéias abolicionistas e em seu propósito de dar ajuda e abrigo aos escravos que fugissem da dominação escravista.

"De mim vos digo: eu aborreceria meus filhos, e rejeitaria de minha alma a cara companheira de minha vida, se eles e ela não fossem os primeiros a estender sobre a cabeça do perseguido as asas tutelares dessa simpatia onipotente, de que têm o segredo as mulheres e os anjos. E se a lei, essa lei nefanda, batesse à minha porta para arrancar-me o foragido, e restituí-lo aos seus torturadores, eu diria ao escravo: 'Resisti!', e os cães da lei perversa não penetrariam no meu domicílio senão como salteadores, pelo arrombamento e pelo sangue"⁵⁴.

Tudo isso o nosso hipotético pesquisador poderia descobrir simplesmente descendo a Rua São Clemente e entrando no jardim pela alameda principal. Podemos imaginar o que não descobriria se entrasse mesmo na casa e pudesse ter acesso aos arquivos, livros e objetos do proprietário.

Além da participação do negro e da mulher, um outro ponto importante é a questão das fontes. Ou seja, quando nos reunimos na Fundação Casa de Rui Barbosa para discutir "usos e usuários de arquivos científicos", não podemos esquecer a questão da chamada queima dos arquivos da escravidão, crime praticado, segundo entenderam alguns, na vã tentativa de apagar nossas raízes africanas ou uma pretensa "mancha negra" na história do Brasil. Na verdade, Rui pode ser acusado de tudo, menos, certamente, de ser ingênuo a ponto de imaginar que seria possível

54

Rui Barbosa, *Abolicionismo*. Rio de Janeiro, FCRB, 1988, p. 162-3.

apagar, dois anos depois da Abolição, uma mancha de quatro séculos. É claro que a questão era outra. A questão era saber quem pagaria pela liberdade dos escravos⁵⁵.

Na verdade, a grita dos proprietários pela indenização aparece desde os primeiros debates sobre a Lei do Ventre Livre, em 1871. Depois da Abolição final, que veio sem indenização, as pressões "indenizistas" atingiram o ponto máximo. Contra isso é que se levantam alguns abolicionistas, deputado Joaquim Nabuco à frente, e propõem a destruição dos livros de matrícula existentes no Ministério da Fazenda. Poucos dias depois da Abolição, na sessão de 24 de julho, apresentou Joaquim Nabuco uma representação de seus constituintes, distintos abolicionistas da cidade de Recife, "solicitando que os livros da matrícula geral dos escravos do Império sejam cancelados ou inutilizados, de modo que não possam mais ter lugar pedidos de indenização"⁵⁶. A idéia recebe apoio incondicional e torna-se rapidamente um ponto de honra de todo o movimento abolicionista.

Com a Proclamação da República as pressões "indenizistas" não diminuem, ao contrário, os interessados se organizam e tentam exatamente a criação de um banco, com apoio oficial, para a indenização dos antigos senhores e seus herdeiros. A iniciativa foi encabeçada por algumas lideranças importantes, sobretudo os poderosos "republicanos de 14 de maio". O resultado, todos conhecemos. O Ministro da Fazenda Rui Barbosa, com o apoio em peso do movimento abolicionista, negou autorização para esse banco com o seguinte despacho: "Mais justo seria, e melhor se consultaria o sentimento nacional, se se pudesse descobrir meio de indenizar os ex-escravos, não onerando o Tesouro. Indeferido"⁵⁷.

O despacho, que é de 11 de novembro de 1890, provocou reações raivosas, por um lado, e de apoio total e inteira compreensão, por outro. A Confederação Abolicionista, o centro motor da campanha e, digamos, braço político do quilombo do Leblon, realizou, poucos dias depois, uma grande manifestação em apoio a Rui Barbosa. João Clapp, em nome dos abolicionistas, fez entrega solene de um diploma impresso em papel de Hollanda, reproduzindo – como motivo de glória - a negativa de Rui Barbosa em indenizar os ex-proprietários de escravos⁵⁸.

As pressões "indenizistas" , como podemos imaginar, não eram nada desprezíveis. Não devemos esquecer que escravidão fazia parte da própria formação do país. Gostemos ou não, era uma instituição legal, consagrada pelos costumes, e que recolhia imposto anualmente. Visto por esse lado, "corrigir" a Lei Áurea e pagar indenização aos ex-proprietários de escravos parecia apenas uma questão de tempo. E pouco tempo. Onze dias depois da Abolição, na sessão de 24 de maio, o deputado Coelho Rodrigues apresentou um projeto de lei propondo exatamente a indenização

55 O tema tem produzido discussões bastante interessantes. Cf. especialmente: José Honório Rodrigues, *A pesquisa histórica no Brasil*. 3ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1978, pp. 203-4; Robert W. Slenes, "O que Rui Barbosa não Queimou: Novas Fontes para o Estudo da Escravidão no Século XIX". *Estudos Econômicos*, São Paulo, 13 (1): 117-149, jan.-abr. 1983; Américo Jacobina Lacombe, Eduardo Silva e Francisco de Assis Barbosa, *Rui Barbosa e a queima dos arquivos*. Brasília, Ministério da Justiça; Rio de Janeiro, Fundação Casa de Rui Barbosa, 1988.

56 *Anais da Câmara dos Deputados*, sessão de 24 de julho de 1888, p. 262.

57 *Diário Oficial*. Rio de Janeiro, 12 nov. 1890, p. 5216.

58 *Arquivo Histórico da FCRB*. Série Ministério da Fazenda, doc. 111.

dos “prejuízos resultantes da extinção do elemento servil”. No Senado, poucos dias depois, o barão de Cotejipe apresentou outro projeto semelhante⁵⁹.

Projetos não faltam. Por toda parte, ex-proprietários se reúnem em torno de lideranças regionais para discutir seus problemas e recolher assinaturas pedindo o ressarcimento dos prejuízos. Nos primeiros meses da liberdade, de maio até novembro de 1888, foram enviadas à Câmara dos Deputados nada menos que 79 representações dessa natureza, todas pedindo ou exigindo compensação monetária pela Abolição⁶⁰.

Fortemente pressionado pelos ex-proprietários, Rui assina o despacho ordenando a queima imediata das provas de propriedade “em homenagem aos nossos deveres de fraternidade e solidariedade com a grande massa de cidadãos que, pela abolição do elemento servil, entrava na comunhão brasileira”⁶¹. Trata-se, como se pode perceber, de pura retórica para encobrir a finalidade verdadeira: enterrar as pretensões de escravocratas impenitentes.

É claro que queimar documentos não é uma atitude louvável, principalmente numa reunião de pesquisadores e arquivistas. Mas podemos perfeitamente entender o ato de Rui, apoiado pela unanimidade do movimento abolicionista, como uma decorrência natural da luta pela “abolição imediata e incondicional”. O ato de Rui, antes de ser um golpe contra os historiadores ou contra os arquivistas, foi um golpe (1) contra a própria idéia de propriedade escrava e (2) contra o que já chamamos “socialização das perdas da escravidão”.

Por último, tendo em vista o dinamismo da produção acadêmica dos últimos 30 anos, podemos dizer tranquilamente que o gesto de Rui Barbosa não impossibilitou, nem de longe, as pesquisas sobre a escravidão. Para apagar essa mancha, no caso do Brasil, seria necessário não apenas a queima dos arquivos, mas uma hecatombe verdadeiramente planetária.

Eduardo Silva
Fundação Casa de Rui Barbosa
esilva@rb.gov.br

59 Cf. Anais da Câmara dos Deputados, sessão de 24 de maio de 1888, p. 113-14; Anais do Senado, sessão de 19 de junho de 1888, p. 107-17.

60 Américo Jacobina Lacombe, Eduardo Silva e Francisco de Assis, op. cit. p. 43.

61 Diário Oficial. Rio de Janeiro, 18 nov. de 1890. p. 5845.

**A análise da tipologia documental como parâmetro
para temporalidade do prontuário médico: a
experiência do Instituto Nacional de Cardiologia**

Jacilene Alves Brejo

1. Introdução

A discussão acerca da temporalidade dos prontuários do paciente sempre esteve dentro das instituições hospitalares, sejam elas públicas ou privadas, detentoras de milhões de prontuários que não dispõem de procedimentos e instrumentos que garantam a produção racional, a organização, o controle eficaz da tramitação, a avaliação e sua destinação final.

O crescente aumento no número de atendimentos e o desenvolvimento de novos tratamentos e medicamentos têm gerado um elevado número de prontuários novos, e também um aumento do volume interno do prontuário com novos formulários e internações mais prolongadas, ocasionando assim aumento nos custos de manutenção e também na ocupação de espaço físico, que poderia ser melhor utilizado.

Este quadro tende a melhorar após a aprovação, em 2005, da Resolução nº 22 do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), que dispõe sobre as diretrizes para avaliação de documentos em instituições de saúde e no art. 3 atribui à Comissão Permanente de Avaliação de Documentos a competência de estabelecer a temporalidade e destinação final dos prontuários de pacientes, independente da forma ou suporte. A Comissão poderá estabelecer normas de gestão documental específicas para o prontuário do paciente, que pressupõe sua gestão desde a produção até a destinação final.

A prática da avaliação documental em instituições médico-hospitalares é recente e pouco disseminada. São poucas as instituições que elaboram a sua tabela de temporalidade de documentos. Tal deficiência resulta no armazenamento de documentos sem critérios definidos de avaliação.

Este artigo tem como finalidade apresentar uma reflexão a partir da sistematização dos procedimentos metodológicos e técnicos desenvolvidos no decorrer do trabalho de determinar a temporalidade do prontuário médico do Instituto Nacional de Cardiologia (INC), que vem sendo realizado em conjunto com a Comissão Permanente de Avaliação de Documentos.

2. Campo empírico: prontuário médico

O prontuário médico, fonte primária e objeto de estudo deste artigo, é definido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) como:

“documento único constituído de um conjunto de informações, sinais e imagens registradas, geradas a partir de fatos, acontecimentos e situações sobre a saúde do paciente e assistência a ele prestada, de caráter legal, sigiloso e científico, que possibilita a comunicação entre membros da equipe multiprofissional e a continuidade da assistência prestada ao indivíduo”. (art. 1 resolução CFM nº 1638/2002)

O Arquivo de prontuários de pacientes do Instituto Nacional de Cardiologia (INC) teve sua origem no Hospital Nossa Senhora das Vitórias (HNSV), pertencente ao extinto Instituto de Aposentadorias e Pensão dos Comerciantes (IAPC), órgão criado na década de 1930 para beneficiar algumas categorias profissionais, e que,

após 1945, expandiu sua área de atuação incluindo serviços de saúde. Em 1966, todos os institutos que atendiam aos trabalhadores foram unificados no Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), passando o HNSV a se chamar Hospital de Clínicas Laranjeiras e, posteriormente, de Hospital de Cardiologia Laranjeiras. Em 1974, o INPS foi desmembrado em três institutos e o hospital passou a ser administrado pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), responsável pelo sistema de saúde previdenciário. Com a extinção do INAMPS em 1993, o hospital passa a ser vinculado ao Ministério da Saúde. Na década de 1990, houve mais uma mudança em sua administração e o hospital passou a ser gerido pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro, recebendo o nome de Instituto Estadual de Doenças do Coração Nelson Botelho Reis (IEDOC). Após 1994, a gestão voltou a ser do Ministério da Saúde, com o nome de Hospital de Cardiologia Laranjeiras.

Em 2001, torna-se Instituto Nacional de Cardiologia (INC), centro de referência do Ministério da Saúde para realização de treinamento, pesquisa e formulação de políticas de saúde.

Com esta série de transições e mudanças de administração que ocorreram no INC, o fundo arquivístico de prontuários do instituto é um "caso misto de transferência de competência", pois apresenta variações de competências dos organismos produtores. É quando "a atribuição passa de uma divisão para outra no interior do próprio organismo". (Duchain, 1986, p.21). Exemplo desta variação está nos documentos, formulários e nas numerações dos prontuários que eram reaproveitadas na continuidade das novas administrações. Segundo Duchain:

"o fundo de um organismo que experimentou, sucessivamente, adições, supressões ou transferências de competência, constituir-se-á de documentos que reflitam todas essas variações, tornando difícil a reconstrução da continuidade administrativa ou mesmo, simplesmente da seqüência cronológica e lógica dos assuntos, por parte dos pesquisadores". (1986, p.21)

Para Duchain, pouco importa as variações de competência que ocorram:

"(...) o fundo se compõe de todos os papéis produzidos por um organismo no curso de suas atividades, qualquer que seja seu objeto. Do ponto de vista arquivístico, o problema das variações de competência que carregam em si variações no conteúdo é, pois, um falso problema. Quando uma atribuição de um organismo é suprida (sem ser transferida a outro organismo) o crescimento do fundo de arquivo deste organismo fica, simplesmente, privado dos documentos correspondentes a essa atribuição; a natureza do fundo, porém, não modifica. O mesmo sucede quando nova competência é criada dentro de um organismo". (1986, p.22)

A riqueza do acervo do INC está nas informações contidas nos prontuários que datam da década de 1940 e que retratam a memória e a evolução dos atendimentos médicos realizados na sociedade da época.

A partir dos registros escritos, das práticas e procedimentos médicos e de outros profissionais de saúde envolvidos no tratamento do paciente, o prontuário do paciente do INC constitui-se uma fonte de estudo e de conhecimento científico para história da cardiologia no Rio de Janeiro.

3. Marco teórico: Arquivologia e Diplomática

O marco teórico baseia-se em uma revisão bibliográfica pertinente das metodologias e técnicas de avaliação e temporalidade de documentos e também em uma revisão da legislação existente sobre o (ou relacionada ao) prazo de guarda e destinação de prontuários.

Ao analisar os documentos que compõem arquivos de prontuários de pacientes, sua especificidade deverá ser considerada. Tais arquivos podem ser considerados, como quaisquer outros, "(...) evidências das transações da vida humana" (COOK, 1998, p.142), porque possuem características específicas que os tornam fonte para estudos médico-científicos, históricos e sociais.

Durante a avaliação do prontuário do paciente, ou de qualquer outro documento de arquivo, deverão ser aplicados os conceitos e princípios da Arquivologia e da Diplomática, considerando-se o uso para quais foram produzidos, os valores primário ou secundário, para fins probatórios, legais ou científicos.

De acordo com a Arquivologia Contemporânea, estamos num período em que:

"Assistimos a uma revisão da diplomática, cujas bases teórico-metodológicas passaram a serem utilizadas para compreensão dos documentos contemporâneos, aplicadas aos programas de gestão de documentos e de tratamento de fundos acumulados em arquivos". (RODRIGUES, 2003.)

Segundo alguns autores, os conceitos e métodos da Diplomática são aplicados em qualquer tipo de documento contemporâneo.

A análise tipológica empregada no trabalho do arquivista é recente, iniciou-se na década de 1980 por um grupo de trabalho da Espanha, e que, segundo Heloisa Bellotto, é uma metodologia vantajosa em vários aspectos para o tratamento documental, principalmente "na avaliação, porque as tabelas de temporalidade partem da identificação das funções refletidas nas séries documentais que se quer avaliar para estabelecer o destino dos documentos". (2002, p.94)

A integração dos princípios e conceitos da Arquivologia e a Diplomática é vista como um caminho seguro para o tratamento arquivístico dos documentos. Por meio desta percepção, e, principalmente por se tratar de um conjunto de documentos que compõe um prontuário de paciente, a análise e o tratamento documental serão feitas por completo.

"No sentido moderno da Diplomática, os documentos são analisados na direção de seu contexto de produção, nas relações entre as competências/funções/atividades do órgão produtor e neste sentido, apresentam suas profundas relações com a arquivística" (RODRIGUES, 2003, p. 4).

4. Análise da tipologia documental do prontuário médico do INC

O Arquivo Médico do Instituto Nacional de Cardiologia (INC) é responsável pela guarda dos prontuários médicos produzidos pela instituição e também pela guarda dos prontuários dos hospitais precursores do instituto. No organograma da instituição, o Arquivo Médico está subordinado à Coordenação de Planejamento da instituição.

O Prontuário médico, objeto desta análise tipológica, é um “documento não-diplomático informativo” (BELLOTTO, 2002, p. 81), em que os profissionais de saúde registram todas as informações referentes à história médico-social do paciente, sua enfermidade ou problema e também o tratamento aplicado.

Sob o ponto de vista do contexto de criação, o prontuário médico é produzido pelo corpo clínico do instituto, que é formado por médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais, nutricionistas, dentre outros profissionais que compartilham o atendimento ao paciente. É também uma unidade documental são reunidos formulários elaborados pela equipe multidisciplinar e também de outras espécies documentais que complementam o atendimento ao paciente.

Segundo o Conselho Federal de Medicina (CFM), alguns itens são obrigatórios no prontuário:

- a) Identificação do paciente – nome completo, data de nascimento (dia, mês e ano com quatro dígitos), sexo, nome da mãe, naturalidade (indicando o município e o Estado de nascimento), endereço completo (nome da via pública, número, complemento, bairro/distrito, município, Estado e CEP);
- b) Anamnese, exame físico, exames complementares solicitados e seus respectivos resultados, hipóteses diagnósticas, diagnóstico definitivo e tratamento efetuado;
- c) evolução diária do paciente, com data, discriminação de todos os procedimentos aos quais o mesmo foi submetido e identificação dos profissionais que os realizaram, assinados eletronicamente quando elaborados e/ou armazenados em meio eletrônico” (Resolução CFM, nº1638/98, art.5).

A função do prontuário médico, ou seja, a razão para sua criação sob o ponto de vista administrativo-organizacional é fornecer informações sobre os cuidados prestados ao paciente, quer seja em casos de internação, no atendimento ambulatorial, ou em situações de emergência. Sob o ponto de vista jurídico-administrativo, o prontuário é um documento probatório usado para comprovação de atos e fatos ocorridos durante o atendimento ao paciente.

Na análise tipológica documental do INC, foram analisados os prontuários ativos, ou seja, os que estão em movimentação corrente, e os prontuários inativos, abrangendo um período de 1949 a 1990.

Nos prontuários inativos foram identificadas 38 espécies documentais, e nos prontuários ativos foram identificadas 51 espécies documentais. As espécies documentais encontradas foram: formulário, resultado de exame, declaração, requisição, ficha, laudo, parecer, etc. Sendo que o formulário é a espécie documental que predomina no prontuário.

De acordo com o glossário de espécies documentais de Heloisa Bellotto, formulário é definido como:

“Documento não-diplomático informativo. Compilação de modelos de atos jurídicos. Folha contendo dados fixos impressos e espaços a serem acrescentados com os dados variáveis, usada para registrar informações sintéticas e pontuais” (2002, p. 69).

Ao fazer o cotejo das espécies documentais existentes nos prontuários ativos e inativos, verificou-se que alguns mantiveram seus nomes atribuídos anteriormente, mas mudaram seus conteúdos ou formatação dos dados. Por exemplo, o formulário de Anamnese do prontuário ativo apresenta espaços para cada item especificado. Já no prontuário inativo é apresentado um roteiro horizontal no meio da página, onde o médico descreve livremente. Já outros formulários mudaram as terminologias e alguns dados foram transferidos para outra especialidade.

Nos últimos anos, houve um aumento de novos formulários e resultados de exames, sendo este aumento devido ao desenvolvimento de novos tratamentos e exames mais complexos. Exames como Tomografia, holter, ergometria, entre outros não existiam anteriormente.

Os documentos que compõem os prontuários ativos são: ficha de identificação; anamnese; evolução; boletim de atendimento ambulatorial; laudo de ecocardiograma; laudo hemodinâmica; FIA (Ficha de Internação e Alta); AIH (Autorização de Internação Hospitalar); laudo de alta; termo de responsabilidade; pareceres; pré-anestesia; registro de anestesia; evolução de enfermagem do centro cirúrgico; descrição cirúrgica; planos e cuidados de enfermagem; balanço hídrico; admissão de enfermagem; prescrição; ficha de pré e pós-operatório; relatório de operação; folha admissional - pós operatório; sistematização da assistência de enfermagem POA; evolução de enfermagem diária - UTCIC; admissão UTCIC; sistematização da assistência de enfermagem - UTCIC; resultado de gasometria; exames laboratoriais; exames complementares (resumo de resultados dos exames laboratoriais); folha de controle de infecção hospitalar; plano terapêutico e tratamentos; exames laboratoriais; teste de ergometria; exame de cintilografia; exame de holter; exame de eletrocardiograma; mapa; requisição de transfusão - RT; evolução de enfermagem UTI neonatal e pós-operatório infantil; anamnese neonatal; prescrição - nutricionista; ficha de avaliação nutricional; solicitação/requisição de exames; declaração de óbitos; clínica renal - serviço de diálise móvel; consentimento informado; laudo de tomografia; filme de tomografia; filme de raio x.

Os documentos que compõem os prontuários inativos são: ficha de identificação; relatório de operação; guia de encaminhamento; ficha de identificação com história da doença patológica e sócia; carta de encaminhamento; controles - graves e operados; arritmias; laudo de estudos hemodinâmicos e angiográficos; ficha de anamnese e exame físico; termo de responsabilidade; requisição de parecer; exame complementar; folha de prescrição e relatório de enfermagem; exame de eletrocardiograma; exame de ecocardiograma; requisição de exame; declaração; laudo médico; resultado de exame de laboratório; diagnóstico; gráfico TPR; folha de sumário; receituário; formulário de pronto atendimento; exames de outro local; folha de anestesia; eletroencefalograma; sumário de alta; formulário da hemodinâmica; boletim de emergência; plano terapêutico e tratamentos; serviço de terapia

intensiva; sumário de internação para preenchimento de AIH; AIH (Autorização de Internação Hospitalar); prescrição de enfermagem; ficha de serviço social; filme de raio x.

Sobre as condições de conservação do prontuário dentro da instituição, o Arquivo Médico de prontuários possui duas salas no instituto. No 3º andar ficam os prontuários ativos (corrente), no 7º andar ficam os prontuários com mais de três anos sem movimentação (intermediário) e em uma empresa de guarda externa ficam os prontuários inativos dos hospitais precursores do Instituto.

É necessário comentar a dimensão de toda a documentação, que é de aproximadamente 1.135 metros lineares. Quanto ao aspecto do suporte, os prontuários ativos e inativos variam quanto aos tamanhos e aos materiais de impressão, com preponderância da tinta esferográfica, constituindo-se de documentos textuais e especiais, variando no gênero e espécies, com a preponderância da forma manuscrita, ocorrendo ainda as formas datilografada e impressa.

A legislação que normaliza a existência e/ou conservação do prontuário médico são: Código Civil - Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002; Estatuto da criança e do adolescente - Lei nº 8.069/90; Lei nº 8.159 de 08 de janeiro de 1991 - Dispõe sobre a política de arquivos públicos e privados; Decreto nº 4.073 de 3 de janeiro de 2002 - regulamenta a Lei nº 8.159, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados; Resolução nº 22 de 30 de junho de 2005 - Dispõe sobre as diretrizes para avaliação de documentos em instituições de saúde; Resolução nº 5 de 30 de setembro de 1996 - Dispõe sobre a publicação de editais para eliminação de documentos; Resolução nº 7 de 20 de maio de 1997 - Dispõe sobre os procedimentos para eliminação de documentos; Resolução CFM nº 1.639/2002 - Dispõe sobre o tempo de guarda dos prontuários; Resolução CFM nº 1.246/88 - Aprova o Código de Ética Médica; Resolução CFM nº 1.638/2002 - Define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas instituições de saúde.

5. Considerações finais

A análise tipológica acima apresentada foi utilizada como parâmetro para elaboração da proposta de temporalidade do prontuário médico do INC aprovada em 14 de junho de 2007 pela Comissão Permanente de Avaliação de Documentos do INC.

A Temporalidade do Prontuário do Instituto Nacional de Cardiologia está sendo encaminhada ao Arquivo Nacional para aprovação e divulgação.

A análise tipológica documental aplicada neste trabalho foi baseada nas metodologias do grupo de trabalho dos Arquivos Municipais de Madri, na Espanha, juntamente com o modelo de Gagnon-Arguim da Universidade de Quebec, no Canadá. São metodologias perfeitamente aplicáveis e adaptadas ao prontuário médico, que, além de ser um documento arquivístico, é também documento médico-científico.

Referências

BLOTTO, Heloisa Liberalli. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica em arquivística; reconhecendo e utilizando o documento de arquivo*. São Paulo: Associação de Arquivistas de São Paulo / Arquivo do Estado, 2000. (Projeto Como Fazer).

BLOTTO, Heloisa Liberalli. Diplomática e Tipologia documental. In: _____. *Arquivos Permanentes: tratamento documental*. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2004. p. 45-63.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Resolução CFM nº 1638*: Define prontuário médico e torna obrigatória a criação da Comissão de Revisão de Prontuários nas instituições de saúde. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.portalmedico.org.Br/resoluções/cfm>>. Acesso em: 13 set. 2006.

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA. *Resolução CFM nº 1639*: Dispõe sobre o tempo de guarda dos prontuários, estabelece critérios para certificação dos sistemas de informação e dá outras providências. Brasília, 2002. Disponível em: <<http://www.portalmedico.org.Br/resoluções/cfm>>. Acesso em: 13 set. 2006.

COOK, Terry. Arquivos pessoais e arquivos institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 11. n. 21, p.128-149, 1998.

DUCHEIN, M. O respeito aos fundos em arquivística: princípios teóricos e problemas práticos. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v. 10-14, n. 1, abr. 1982/ago.1986, p. 14-33.

GOMES, Márcio Arnaldo da Silva. Arquivo em fotos INCL 2001 a 2003. *Editorial Laranjeiras*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 4, ago. 2004.

MUNCK, Sérgio (Org.). *Textos de Apoio em Registros de Saúde*, Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999.

OLIVEIRA, Lucia Maria Veloso de; MOURA, Leila Estephanio de. *Temporalidade e Destinação dos documentos Arquivísticos da Fundação Casa de Rui Barbosa*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2003. 44 p.

RODRIGUES, Ana Célia. Da abordagem clássica da Diplomática a moderna tipologia: a trajetória de um referencial metodológico para a identificação de documentos de arquivo. Disponível em: <www.aargs.com.br/cna/anais/ana_celia_rodrigues.pdf>. Acesso em: 30 maio 2007.

SHELLENBERG, T. R. *Arquivos Modernos: princípios e técnicas*. Trad. Nilza Teixeira Soares. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2002.

Jacilene Alves Brejo
Instituto Nacional de Cardiologia
jacilenealves@yahoo.com.br

A importância da preservação dos arquivos de laboratórios científicos e tecnológicos ⁶²

Maria Celina Soares de Mello e Silva

Arquivistas já estão acostumados com o freqüente uso que os historiadores fazem da documentação de caráter permanente depositada nos arquivos, sejam de que natureza for. O contato dos arquivistas com os historiadores é mais tradicional e usual. Assim, no decorrer de sua profissão, os arquivistas acabam construindo uma relação profissional mais estreita com os historiadores e familiarizando-se com suas necessidades.

Por outro lado, o contato entre arquivistas e cientistas já é mais raro. Normalmente, os documentos oriundos da prática científica somente chegam às mãos dos arquivistas porque o cientista já não os utiliza mais. É comum verificar que o que chega ao arquivista é o que escapou da destruição, é o que foi abandonado pelo cientista, ou então aquilo que alguém julgou digno de preservação e, para salvá-lo de um destino incerto, encaminhou para o arquivo, ou deixou em uma sala, geralmente chamada de "arquivo morto". Os documentos, quando chegam aos cuidados dos arquivistas, não têm mais qualquer interação com os cientistas. E, assim, os arquivistas se perguntam: por que preservar esses documentos? Eles são importantes? Qual sua importância?

Para o historiador, especialmente o da ciência, os documentos podem oferecer elementos importantes a serem considerados. No entanto, é preciso relativizar, porque não há possibilidade de se preservar tudo, é preciso uma seleção. Mas para haver critérios consistentes e bem fundamentados para a seleção e a avaliação, é necessário entender sua importância. Para isso, torna-se fundamental a participação do cientista nesse processo. Ele produz os documentos por certos motivos e para determinados fins. Portanto, é preciso entender o que a documentação representa e qual sua importância sob o ponto de vista de seus produtores.

A importância dos documentos produzidos nos laboratórios para a memória científica foi objeto de estudo de um projeto desenvolvido pelo Museu de Astronomia e Ciências Afins em alguns laboratórios dos institutos do Ministério da Ciência e Tecnologia no Rio de Janeiro⁶³. Neste trabalho, apresento uma síntese da análise de pergunta: "Qual sua opinião a respeito da importância da preservação desta documentação para a memória científica?", feita aos responsáveis pelos laboratórios.

Tendo sido variadas as respostas, foi possível verificar que existe a noção da importância da preservação, em maior ou menor intensidade. Por ser uma questão totalmente aberta, a variedade de respostas foi ampla e diversificada. Algumas fugiram da pergunta e foram consideradas irrelevantes para nosso estudo. As respostas foram analisadas e agrupadas em 15 categorias, conforme apresentado no Quadro 1. Do total de 95 questionários, foram obtidas 115 abordagens relevantes, 12

⁶³ A pesquisa foi realizada por meio de entrevista com aplicação de questionário.

respostas irrelevantes, num total de 127 abordagens para a importância da preservação dos documentos dos laboratórios.

Quadro 1 – Justificativas para a importância dos documentos	
Categorias	Nº respostas
1. Para continuidade do trabalho, conhecendo o caminho percorrido.	31
2. Para conhecer o passado, a história ou a memória da instituição ou da área científica.	24
3. Para não haver perdas.	8
4. Para mostrar a importância da ciência no país e no contexto mundial.	7
5. Para funcionamento da instituição, com transparência do sistema e da pesquisa.	6
6. Para comprovação e rastreabilidade da pesquisa.	6
7. Para conhecimento do trabalho.	6
8. Para evitar ou não repetir erros.	5
9. Para reprodução e análise da metodologia.	3
10. Porque a documentação é o produto, sem ela não há ciência.	3
11. Para mostrar o trabalho em equipe.	2
12. Outras razões.	3
13. Nunca pensou ou não sabe responder.	8
14. Não é importante.	1
15. Respostas irrelevantes para a pesquisa.	12
Total de abordagens	127

Das respostas relevantes para a pesquisa, a maioria respondeu que a importância da preservação é para a continuidade do trabalho. Existe a preocupação com equipes futuras que poderão assumir o laboratório e dar prosseguimento às pesquisas e atividades.

Os argumentos referem-se à preocupação que os responsáveis pelos laboratórios têm com relação ao aproveitamento máximo que os dados e os documentos podem oferecer. Para eles, é importante que os dados sejam aproveitados da melhor maneira possível e sirvam de base para novas explorações e utilizações. Não começar uma pesquisa do início, ou do ponto zero, é ganhar tempo e não desperdiçar recursos. Significa um aprendizado e um conhecimento valiosos para outras equipes ou equipes futuras que virão substituir as atuais, evitando-se qualquer perda de tempo ou esforços desnecessários.

Esses cientistas demonstraram que os documentos, em primeiro lugar, servem a eles mesmos, ao trabalho científico e tecnológico. A pesquisa não pode ser descontinuada. O medo de que a pesquisa seja interrompida com a ausência do responsável também foi fator determinante para as respostas.

Outro ponto importante abordado por um dos entrevistados diz respeito não apenas à continuidade do trabalho, como da equipe. Ele enfatiza que a documentação é importante também para a interação dos profissionais que têm o conhecimento. A continuidade da pesquisa também depende da garantia de que haverá uma equipe para realizá-la. Os entrevistados mostraram, de forma muito explícita, sua preocupação com a falta de formação de pessoal para os laboratórios, a defasagem quantitativa de pessoal e a não política para formação de equipe ou de reposição de quadros, de maneira que não haja interrupção com a aposentadoria de um pesquisador.

Resumindo, para os entrevistados a importância está voltada para:

- a) Reutilizar os dados;
- b) Ter referência do trabalho anterior;
- c) Não começar o trabalho do zero;
- d) Não desperdiçar esforços nem tempo;
- e) Deixar discípulos;
- f) Treinar grupos/ formar equipes.

Outras respostas reconhecem o valor dos documentos para a história do laboratório, da instituição ou da área científica na qual o laboratório está inserido. Elas mencionam palavras como: memória, história, passado e futuro, que reforçam a idéia de contexto. Isto mostra que os entrevistados têm noção do valor do documento como testemunho de ações e atividades e de sua importância para além da pesquisa científica e tecnológica.

Deste grupo de respostas é importante destacar as idéias principais citadas pelos entrevistados:

1) Sem documentação não se tem história – a história dos laboratórios, da instituição e das pesquisas realizadas somente poderá ser feita com a preservação dos registros e dos documentos. Se a documentação se perder, será pouco provável que se possa resgatar o trabalho realizado, as rotinas e os caminhos percorridos pelas pesquisas e a atuação dos profissionais. Sem a documentação, não será possível reconstruir a trajetória da instituição, ou da pesquisa ou até mesmo do laboratório, porque os documentos são os registros, os testemunhos, são eles que dão credibilidade às pesquisas e a comprovam. Sem a comprovação, a história não terá vestígios, não poderá ser verificada e poderá, portanto, ser facilmente questionada. A ciência não se faz sem os registros que a corroborem.

2) A história é importante – algumas respostas ressaltaram a importância da história para a instituição e para o trabalho científico, que está na possibilidade de saber o que já foi feito anteriormente e de que modo foi feito. E, segundo os entrevistados, se foi feito certo ou errado. É importante esta informação para o andamento e o sucesso da pesquisa. Conhecer a história da pesquisa significa, para eles, evitar que os mesmos erros sejam cometidos e concentrar os esforços nos acertos. Conhecer a história e o passado permite conhecer melhor o presente e isto serve de base para trabalhos futuros, como uma garantia de que os erros não serão repetidos e servirão de experiência. Os cientistas demonstraram ter uma visão pragmática da história, quase uma visão de senso comum, de que a história é capaz

de ensinar. Porém, apontaram para uma história que serve, também, para uma análise da instituição e para uma avaliação institucional.

3) A documentação reflete a história da instituição – algumas respostas se encaminharam no sentido de mostrar que a documentação é importante porque ela reflete a instituição, sua atuação, seu desempenho e até mesmo sua evolução política. A questão é essencial na área arquivística e, mesmo que inconscientemente, os cientistas, ao expressá-la, tocaram em uma das características fundamentais do documento de arquivo. Refletir as atividades de uma instituição, ou ela própria, é um atributo do arquivo institucional. Os cientistas que deram tais respostas aproximam-se do cerne da questão arquivística, apesar de não se darem conta disto. De fato, sem documentação, sua trajetória está comprometida. Os entrevistados reconhecem que a história da instituição também é feita com o conjunto dos trabalhos realizados durante os anos de pesquisas e atividades. A documentação reflete, ainda, a trajetória de seus profissionais, porque a cultura científica também passa pelo reconhecimento tanto da atuação institucional, como da autoria dos trabalhos, do esforço e desempenho de seus cientistas e do quadro funcional como um todo.

4) A memória está se perdendo – os entrevistados alertaram para o fato de a memória da instituição estar se perdendo e alguns alertaram que também a memória oral. A memória dos que já passaram pela instituição, e não estão mais atuantes, serve como orientação para os profissionais de hoje. Mas ela não está sendo registrada e a experiência dos antigos cientistas não é aproveitada; daí um dos entrevistados ter citado a história oral, como uma tentativa de resgate de informações preciosas e que podem não estar registradas em nenhum documento, apenas na memória de antigos profissionais que não estão mais na ativa. Citaram, também, casos de pesquisadores que já se foram e levaram consigo muitas informações não registradas, que morreram junto com muitos cientistas. A história carece de depoimentos que registrem, senão a história comprovada dos laboratórios, pelo menos a experiência individual de cientistas e pesquisadores que atuaram e produziram conhecimentos nos laboratórios. Outra história que se perde e foi mencionada nas entrevistas é a que registra a relação entre a história da instituição e os equipamentos e instrumentos científicos utilizados e produzidos pela instituição. Esta história está por ser escrita, é muito pouco explorada ou abordada, tanto por cientistas quanto por historiadores da ciência. A história da ciência poderia produzir muita pesquisa e reflexão acerca da utilização e funcionamento dos instrumentos científicos nos laboratórios, mas talvez pouco material esteja sendo preservado para contá-la. O entendimento dos cientistas pesquisados é o de que os relatórios e artigos contariam a história, mas o funcionamento e o papel dos instrumentos nem sempre, ou quase nunca, são especificados nos documentos, que são sucintos ou pouco exploram a questão.

5) Não existe a cultura da preservação – Para os entrevistados, a documentação representa a memória e ela não está sendo preservada de maneira adequada. Isto quer dizer que a documentação pode até estar guardada, mas nada indica que sua preservação esteja garantida, como bem destacou o entrevistado. É mencionado, ainda, que não existe uma cultura de preservação dos documentos dos laboratórios, a preservação da documentação fica a critério do cientista, de sua

decisão pessoal. Não há políticas e normativas efetivas para a preservação da documentação dos laboratórios no sentido de seu reconhecimento como fonte para a história.

Alguns cientistas defendem que é possível evitar perdas de documentos independentemente de a pesquisa continuar. O que já foi feito até o momento não deve ser descartado, mesmo que a pesquisa seja interrompida ou que tenha sido concluída. A documentação da pesquisa deve ser preservada como um patrimônio e como testemunho do conhecimento produzido, independente do uso que terá. Alguns argumentos para isto são:

a) Perdas de documento (passadas e futuras) – os entrevistados citaram que já houve perda de documentos que hoje fazem falta à pesquisa. Foram perdidos métodos e até projetos. Foi citado, também, que isto ocorreu porque não se tinha o hábito de preservar os documentos e porque não há grupos preocupados com sua preservação. Segundo alguns cientistas, existem documentos que são considerados pessoais e que, por isso, podem escapar da preservação e se perder – como a correspondência – demonstrando preocupação em preservá-la, reconhecendo que ela poderá se perder no futuro.

b) Perda de conhecimento – independente de o tempo ser passado ou futuro, foi mencionado o medo da perda de conhecimento, e não apenas a perda da documentação. Podem ou não ter o mesmo significado. Mas, segundo os cientistas, perder o conhecimento é uma perda muito maior em termos científicos, porque o trabalho precisará ser todo refeito, terá que ser começado do zero, e tudo o mais que os cientistas temem, conforme já foi visto. Os entrevistados alegam que a instituição não pode perder todo o conhecimento adquirido, os recursos e investimentos de anos de pesquisa por causa da saída de um pesquisador ou qualquer outro contratempo. A decisão pode significar perdas para a instituição que investiu na pesquisa.

Pode-se verificar, ainda, que algumas respostas apresentam uma visão que extrapola o âmbito do laboratório e até mesmo da instituição. A questão é vista de uma forma mais ampla e a ciência que é produzida no país está inserida no contexto mundial. Há o reconhecimento de que o trabalho é feito em função do desenvolvimento do país, porém o reconhecimento nacional e principalmente o internacional é um objetivo almejado pelos cientistas. O reconhecimento é importante para a continuidade do seu trabalho, da pesquisa e para valorização, tanto da instituição quanto do profissional. As respostas revelam que a pesquisa realizada tem relevância internacional: em uma, a comparação de dados entre laboratórios pode indicar a posição do laboratório brasileiro perante os demais e, conseqüentemente, vem o reconhecimento institucional e profissional; em outra, o entrevistado afirmou que poucos cientistas no mundo fazem o que ele faz.

Sintetizando:

- A importância está no número reduzido de pesquisas em determinadas áreas, no contexto mundial;

- A documentação respalda o trabalho e traz reconhecimento internacional;
- A documentação é importante para mostrar o trabalho científico do país.

Um grupo de respostas direcionou para a instituição a importância da documentação e seu papel, não apenas para o laboratório. Os entrevistados reconhecem o valor da documentação para a instituição como um todo e apontaram as vantagens institucionais de preservá-la. Tais vantagens são:

1) Fazer assumir um compromisso – a preocupação do cientista é com a pesquisa, e o fato dela estar formalizada por meio de um documento fornece mais garantias do que simplesmente um compromisso verbal. Para o cientista, o que se refere à pesquisa não pode ficar só na palavra, é preciso se comprometer formalmente e o documento tem este valor de prova. O compromisso com a pesquisa leva o cientista a querer garantias de que ela vai ser realizada e a documentação fornece essa garantia.

2) Força a organização – a resposta refere-se a laboratório com Sistema da Qualidade implantado. O entrevistado afirma que o sistema prevê a maneira como a documentação será guardada e o prazo, obrigando a equipe a se organizar. Ele considera que a implantação da Qualidade significou um passo à frente em termos de organização.

3) Força a transparência – para um dos entrevistados, a documentação mostra a situação real, favorece a transparência dos processos e procedimentos, evitando vários tipos de problemas pessoais que possam ocorrer. A preservação da documentação é importante para tornar o processo transparente e institucional, não permitindo julgamentos pessoais.

4) Facilita auditar a instituição – com todas as atividades documentadas, ficará mais fácil a verificação dos fatos, dos procedimentos, de todas as etapas da pesquisa, permitindo uma auditoria. A noção está em perfeita consonância com a de transparência, citada no item anterior, porque a preservação da documentação permite transparência do sistema, facilita a auditoria da instituição e o rastreamento dos dados, comprovando as pesquisas e os resultados. Aqui surge a noção do valor de prova do documento arquivístico.

5) Permite reavaliar o sistema – a documentação permite a transparência do sistema, a auditoria e o rastreamento da pesquisa. O Sistema da Qualidade possibilita a reavaliação de todo o sistema, o qual preconiza que as pessoas devam repensar continuamente. Esta reavaliação começa a provocar nas pessoas um repensar não só da atividade no trabalho, como a atividade da própria vida pessoal. Quando isto acontece, começa a amedrontar e a afetar o Sistema, e as pessoas passam a não querer mudanças.

6) Mostra o funcionamento da instituição – a documentação permite que se enxergue todo o funcionamento da instituição, principalmente no que se refere às atividades experimentais. De fato, todo documento de arquivo, pelo seu caráter de testemunho de uma atividade, comprova ações e, organizados de maneira eficiente, mostrará todo o funcionamento da instituição, permitindo uma avaliação constante

de sua eficiência e produtividade, não apenas no que diz respeito à área administrativa, como também à condução das pesquisas científicas.

7) Mostra a infra-estrutura da instituição – a infra-estrutura para o desenvolvimento das pesquisas é fundamental em qualquer instituição. Ela é a base para o sucesso da pesquisa científica. A documentação permite a avaliação, a verificação das condições institucionais para as atividades, os recursos utilizados e a ocorrência de possíveis problemas. Possibilita, também, traçar um histórico da infra-estrutura desde o início da pesquisa. A documentação dá condições de visualizar o avanço das pesquisas em termos estruturais.

A documentação produzida pelos laboratórios é vista como documentação de arquivo, porque tem o valor de prova, é o comprovante das pesquisas e atividades realizadas, o testemunho que irá permitir, ainda, a rastreabilidade do processo de pesquisa. O termo “rastrear” é muito utilizado pelas equipes que atuam em laboratórios com Sistema da Qualidade ou que são certificados. Os cientistas costumam dizer que a documentação serve para rastrear a pesquisa, quer dizer, comprova o passo a passo das atividades do processo. As etapas podem ser identificadas e comprovadas pelos documentos que estão disponíveis para um exame. A pesquisa pode ser recapitulada e todos os passos poderão ser checados até se atingir o resultado final. Somente com os documentos em ordem se poderá chegar à verificação das conclusões e à rastreabilidade, que pode ser dos procedimentos e da análise executada.

Em algumas áreas científicas, a análise dos dados tanto pode ser uma atividade intermediária, que resultará em algum documento de caráter finalístico, quanto pode ser ela própria o resultado final. Assim, tanto os procedimentos adotados no desenvolvimento de uma pesquisa, quanto as análises realizadas, podem fazer parte das atividades intermediárias de um processo de pesquisa. E os documentos dessas etapas são justamente aqueles que precisam ser conhecidos e estar disponíveis para verificação, ou seja, para a rastreabilidade da pesquisa. Eles precisam ser preservados.

A comprovação também está relacionada às atividades intermediárias e os exemplos citados dizem respeito aos documentos que:

- Comprovam a aquisição de instrumentos;
- Permitem o resgate de metodologia;
- Comprovam um projeto;
- Testemunham monitorações realizadas.

Poder comprovar uma pesquisa ou um processo realizado com a metodologia, a análise, os procedimentos adotados, todas as etapas que resultam em um conhecimento ou produto no final de uma pesquisa devem ser preservadas.

A documentação também possibilita o reconhecimento dos cientistas, a autoria dos trabalhos e os esforços empreendidos para o desenvolvimento das pesquisas. A preservação da documentação permite que a qualquer momento as

peças tenham a oportunidade de se verem, de enxergarem a sua colaboração para o progresso da instituição.

São três âmbitos de reconhecimento a se destacar:

1) Reconhecimento do trabalho do cientista – É importante que a instituição promova o reconhecimento da obra do cientista e o estimule a continuar produzindo conhecimento. Também é importante, segundo os entrevistados, que a instituição reconheça não apenas os trabalhos e os pesquisadores atuais, mas também todos aqueles que contribuíram para a instituição.

2) Reconhecimento da área de conhecimento – é importante não apenas o trabalho do cientista deve ser reconhecido, mas a própria área de conhecimento.

3) Reconhecimento da instituição – a importância da documentação para o reconhecimento da instituição, do seu esforço para o bom andamento das pesquisas, seu desempenho em termos de produção de conhecimento, as prioridades institucionais guiando as pesquisas e a busca pelo conhecimento ao longo dos anos.

O medo de cometer erros por falta de informação é grave para os cientistas. Erros que poderiam ser evitados se houvesse o conhecimento de que aquilo já fora tentado antes, que alguém já passou por esta mesma experiência e constatou que não produzia bons resultados.

A importância da documentação para a reprodução de análises realizadas ou da metodologia de trabalho empregada na pesquisa também é reconhecida. Preservar o método é uma ação fundamental para a comprovação em ciência e tecnologia, para a reprodução e seriedade da pesquisa. Sem a reprodução do método, não pode haver confirmação científica.

A documentação é o próprio produto do laboratório, segundo alguns entrevistados. Para eles, deve haver o máximo possível de esforço para que todas as ações sejam documentadas, porque o documento é a alma do trabalho científico, é fundamental que tudo seja registrado.

Os documentos devem ser preservados, pois reforçam a idéia de que o trabalho é fruto da participação e colaboração coletivas e não de uma tarefa individual. Em algumas áreas, o trabalho do cientista é solitário; em outras, a atuação de uma equipe é fundamental. A documentação também revelará a futuros pesquisadores a preocupação dos atuais cientistas na otimização da atuação limitada do corpo profissional diante dos desafios que se apresentam para a pesquisa científica.

Um grupo de entrevistados reconheceu que o tema não é sua especialidade, que não havia pensado sobre ele anteriormente. Outros afirmaram que guardam porque sabem que é importante para o seu trabalho, por várias razões, mas não sabem se também é importante para a memória científica. Alguns entrevistados confessaram que nunca pensaram no assunto ou que não é sua área e que, portanto, não sabem avaliar.

As principais questões sobre a importância, podem ser sintetizadas quatro:

- Preservar os documentos para o próprio trabalho científico
- Preservar os documentos para a história
- Preservar os documentos para o funcionamento da instituição
- Preservar os documentos para mostrar o trabalho em equipe

Conclusões

Como contribuições gerais, cientistas e engenheiros devem entender a importância de seus documentos para a pesquisa histórica, e não apenas de sua vida e trabalho, mas para a história da instituição dentro da qual sua pesquisa científica foi desempenhada. Da análise, destacam-se quatro valores a serem considerados na avaliação dos documentos de ciência e tecnologia:

1) Valor científico – foi o mais citado pelos cientistas e deve ser o primeiro a ser avaliado. O valor científico, numa abordagem arquivística, corresponde ao valor para o qual os documentos foram produzidos. Dito de outra maneira: os documentos são produzidos no decorrer de uma pesquisa científica e são, portanto, de uso corrente enquanto a pesquisa não for concluída. Porém, se os dados forem reutilizados para outras pesquisas científicas, significam que continuarão sendo utilizados para os mesmos fins com que foram criados. Continuarão sendo de uso corrente, a eles não serão atribuídos outros valores que não os de origem. Dessa maneira, é preciso, primeiramente, estabelecer até quando os documentos serão de uso corrente e quando este uso deixará de ser útil para a pesquisa científica. Em seguida, tais documentos devem ser mapeados e estar disponíveis para uma utilização por parte de cientistas, internos ou externos à instituição. Para se definir quais os documentos apresentam esse valor, é necessário observar algumas características, porque não são todos os documentos que devem ser mantidos no arquivo, apenas aqueles que:

a) Representem dados brutos, coletados ou produzidos, que tenham utilidade para outras pesquisas por parte de outras equipes – é fundamental saber qual o valor científico que o documento representa e qual sua importância numa estratégia de pesquisa. Os documentos a serem preservados devem permitir:

- A rastreabilidade dos procedimentos adotados;
- A rastreabilidade da análise executada;
- O resgate e a reprodução de metodologias;
- A comprovação de monitorações e laudos;
- O reconhecimento do trabalho do cientista e a participação da equipe;
- O reconhecimento da área científica e da instituição.

b) Tenham referência do trabalho anterior – documentos que registrem qualquer referência a trabalhos realizados anteriormente, de maneira que não seja preciso começar o trabalho do zero, para que não se desperdice nem esforços nem tempo. Também é importante considerar que recursos foram gastos para a realização de uma pesquisa e não podem ser perdidos.

c) Sirvam de aprendizado para novos cientistas – documentos que registram parâmetros de conduta e servem para novos integrantes e aqueles que estão começando uma carreira junto a cientistas mais experientes. São documentos que permitem que uma pesquisa seja rastreada e possa mostrar aos novos integrantes, ou a outras equipes, o caminho percorrido e como foi executado todo o processo da pesquisa até o alcance dos resultados finais, positivos ou negativos.

d) Permitam treinamento de equipe – são os documentos que podem ser utilizados para treinar grupos ou que sirvam de exemplo da formação de equipes e capacitação profissional.

2. Valor histórico – o valor dos documentos para a história é uma questão importante abordada pelos cientistas. Sob o ponto de vista arquivístico, os documentos referem-se àqueles que não são mais utilizados com os objetivos para os quais foram criados, ou seja, como produtos das atividades da pesquisa científica. Não sendo mais úteis em seu uso corrente, os documentos podem assumir outro valor e emprego, que não mais correspondem à sua função inicial. Para os cientistas pesquisados, esse valor é histórico. E, em tal sentido, o valor histórico foi atribuído tanto para o uso de cientistas – aqueles que procuram registrar a história de suas pesquisas, quanto para o uso de historiadores – que procuram estudar o contexto da pesquisa científica. Assim, assumindo o valor secundário dos documentos para a pesquisa histórica, a determinação do valor dos documentos gerados pelos laboratórios deve ser analisada sob três aspectos:

a) A história do laboratório – preservar os documentos de criação, projetos iniciais, infra-estrutura, normativas, andamento das pesquisas, projetos, programas, recursos financeiros, materiais e pessoais, métodos e procedimentos, instrumentos utilizados, dentre outros.

b) A história da instituição – preservar os documentos que tenham elementos que registrem a história da instituição: o envolvimento institucional na pesquisa no que se refere a apoio, financiamento, diretrizes e determinações, divulgação, dentre outros.

c) A história da área do conhecimento – preservar documentos que registrem a atuação do laboratório perante outros no país e no mundo, os avanços alcançados, os resultados obtidos, a relação com outros cientistas, os intercâmbios de pessoal, de material, de conhecimento, a atualização profissional, dentre outros.

3. Valor administrativo – os documentos referentes à administração da pesquisa também devem ser preservados por serem igualmente importantes. A

avaliação dos documentos, para efeito de preservação, deve levar em conta aqueles que:

- Comprovam a aquisição de instrumentos;
- Garantem um compromisso assumido;
- Permitem que a instituição seja auditada;
- Proporcionem uma reavaliação do sistema;
- Testemunhem a infra-estrutura da pesquisa e da instituição;
- Comprovem um projeto, seja financeiramente, seja por meio de resultados.

4. Valor arquivístico – a preservação dos documentos também deve ser considerada pelo ponto de vista arquivístico para justificar sua preservação no arquivo institucional. O valor deve ser analisado levando-se em conta as características do documento de arquivo:

- Autenticidade
- Atribuição de proveniência
- Legibilidade
- Organicidade ou relação orgânica entre os documentos
- Valor de prova

Estas características são importantes para uma avaliação no sentido de considerar a preservação, nos arquivos, de documentos que não possam ser identificados, cuja legibilidade e proveniência, por exemplo, não tenham condição de serem identificadas.

Referências

BARROS, Henrique Lins de. A construção social da memória científica. In: ENCONTRO DE ARQUIVOS CIENTÍFICOS. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa, 2006. p. 33-37. (Aconteceu, 2).

BRITO, Verônica Martins. *A preservação da memória científica da Fiocruz: a visão de quem faz ciência*. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) - Programa de Pós-Graduação, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.

HAAS, Joan K.; SAMUELS, Helen Willa; SIMMONS, Barbara Tripel. *Appraising the records of Modern Science and Technology: a guide*. Massachusetts: Institute of Technology, 1985.

JOINT COMMITTEE ON ARCHIVES OF SCIENCE AND TECHNOLOGY (JCAST). *Understanding progress as process: documentation of the history post-war science and technology in the United States: final report*. Chicago: Society of American Archivists, 1983.

SILVA, Maria Celina Soares de Mello e. *Visitando laboratórios: o cientista e a preservação de documento*. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-graduação em História Social, Universidade de São Paulo, 2007. 211f. Inclui bibliografia.

WELFELÉ-CAPY, Odile. A proveta arquivada: reflexões sobre os arquivos e os documentos oriundos da prática científica e tecnológica. Tradução de Maria Celina Soares de Mello e Silva. *Revista da Sociedade Brasileira de História da Ciência*, v. 2, n. 1, p. 65-72, jan./jun. 2004.

Maria Celina Soares de Mello e Silva
Museu de Astronomia e Ciências Afins
celina@mast.br

**La importancia del outreach y las nuevas tecnologías
en el archivo histórico de la Universidad de
Santiago de Compostela**

María José Justo Martín

Introducción

Desde sus comienzos el Archivo Histórico Universitario está ligado a la fundación de la Universidad y juega un papel importante en todos los campos de la educación en Galicia. Además tiene documentos anteriores a la fecha de fundación de la universidad, producto de los documentos aportados por los fundadores para garantizar su patrimonio. La Universidad se fundó en el año 1495.

En el siglo XVI el Archivo comienza a estar bajo la tutela del Secretario de la Universidad, custodiando documentos que emanaban del Claustro y del propio Rector, muestra de su doble función, directiva y docente. En este siglo también comienza a funcionar los Colegios de Fonseca y San Jerónimo que continuarán hasta el siglo XIX.

El colegio de Fonseca, también llamado de Santiago Alfeo, fue fundado por el arzobispo Alonso III de Fonseca. En el año de 1529 Fonseca decidió construir un Nuevo edificio en un solar propiedad de su familia. El colegio se trasladó a este nuevo edificio alrededor del año 1550. En 1730 obtuvo el privilegio de ser llamado "Colegio Mayor" situándolo al mismo nivel que los de las universidades de Salamanca, Valladolid y Alcalá.

De la existencia del Archivo tenemos noticias en las constituciones, estatutos y en los libros de visitas ordinarias y extraordinarias. En ellas se dan normas de organización y conservación. Hay que destacar la visita en el año 1600 de Alonso Muñoz de Otalora.

Si en el siglo XIX el Archivo de la universidad vio incrementados sus fondos con documentación ajena a la propia institución, pero de carácter académico, como los fondos de enseñanza primaria y secundaria, escuelas normales o de maestros y escuelas especiales, será en el siglo XX, a partir de los años cuarenta cuando comenzará a contar con documentación relativa a la ciudad de Santiago y a su entorno.

El Archivo, en los primeros momentos, no tuvo edificio propio. Era como todos los archivos de instituciones. Su documentación estaba guardada en un Arca o arcas. Pero a lo largo de su vida estuvo en varios emplazamientos. En la visita de Molina y Medrano en los años 1635 y 1636 se dice que es necesario para la guarda y custodia de todos los documentos construir un archivo público como lo tienen cabildos y monasterios. Como resultado de esta visita se situó el Archivo en la parte de la Sacristía del colegio de Fonseca donde se colocaron todos los documentos para su custodia. Cuando en el mes de septiembre de 1769 la Universidad toma posesión del edificio de los Regulares expulsos, traslada también el archivo de la Universidad al mismo edificio y en el mismo acto con gran solemnidad. Los documentos salen hacia el nuevo edificio en procesión en la que iban todos los graduados con sus insignias.

En 1980 el archivo alcanzó su más alto nivel institucional pasando a tener un edificio propio y su propio presupuesto. Desde este momento es una institución

dinámica que está desarrollando un sistema de base de datos y con consulta a través de Internet.

Esta actividad incluye cesiones, depósitos, donaciones y compras de documentación realizadas por la universidad, incluyendo documentos del ayuntamiento de Santiago, monasterios, cofradías etc.

Política de adquisiciones

Los Estatutos de la Universidad de 1985 contemplaban el Archivo Histórico Universitario como un archivo de depósito local, por lo que archivos de otras instituciones o de particulares pueden custodiarse en este archivo. Esto es un claro ejemplo de las relaciones entre la universidad de Santiago de Compostela y la sociedad gallega.⁶⁴

En una reciente publicación sobre los Archivos Universitarios en España se dice que la Universidad de Santiago y su Archivo tienen una política agresiva centrada en ampliar el archivo con fondos documentales de muy diferentes procedencias y titularidades.⁶⁵

Cuando se conoce la existencia de una importante cantidad de fondos y documentos el archivo se embarca en una política de difusión y contacta con varios y diferentes propietarios de documentación.

Conociendo los cambios que suponía esta labor yo acepté el reto. Con esta intención nosotros iniciamos una importante campaña de difusión a través de contactos personales, cursos, conferencias y publicidad. El Archivo también abrió sus puertas al público para que se viesen las instalaciones que garantizaban la seguridad y la custodia de los documentos. Como resultado de todo esto los propietarios de documentos depositaron sus fondos en este Archivo bajo diferentes estatus jurídicos.

¿Por qué son los archivos importantes para la Universidad?

¿Cuál es la razón que tiene la universidad para interesarse en los archivos? Pensemos que los dos objetivos de una universidad son la enseñanza y la investigación, las dos razones fundamentales para su interés en los archivos son: su importancia para la investigación y el papel que la universidad debe jugar en la conservación y difusión de los archivos.

Los archivos de otras instituciones y de organizaciones privadas constituyen preciosas fuentes documentales de gran valor destinados a sostener y a ayudar a la investigación no solo de los investigadores propios de la Universidad sino también de aquellos usuarios de fuera de ella. En algunos casos completan los archivos de la propia institución, por ejemplo los archivos particulares de un profesor.

64 Universidad de Santiago de Compostela. Estatutos de 1985.

65 Martínez García, L.: "Los archivos universitarios en el sistema español de archivos, p. 41-42". En Archivos Universitarios. Realidades y proyectos. Valladolid: Universidad de Valladolid, 2006.

Por ello es necesario que la institución tenga una política de adquisiciones que puede ser de varios tipos: donaciones, depósitos y compras. Para cualquiera de estas modalidades se realiza un Convenio o contrato en el que, en ocasiones, aparecen también las contrapartidas o sea el darles una copia digital de su documentación o parte de ella, el ponerlos al servicio de la investigación, etc. Hoy en día el seguimiento de la puesta en servicio pueden hacerlo los titulares de la documentación por la consulta de la base de datos del archivo en Internet.

Quien decide las adquisiciones

Las indicaciones de adquisición parten normalmente del propio archivo, pues es el archivero la persona que normalmente tiene relación con los propietarios, bien de una manera directa o por medio de personas que le han informado de la existencia de unos fondos documentales.

Al principio el archivo hizo un llamamiento a dueños de archivos para que supiesen que podían depositarlos por cualquier medio legal. Esto hizo que ahora suelen ser los poseedores los que toman la iniciativa y se dirijan al archivo "motu proprio" porque ya conocen su existencia.

El archivero, entonces, contacta con el Vicerrector de Investigación quien da la autorización de incluir los documentos en el Archivo de la Universidad. Esta decisión debe ser aprobada por el Rector y el Consejo de Gobierno de la Universidad.

Adquisiciones, colaboraciones y financiamiento

La inclusión de tales materiales da una gran proyección al archivo tanto a nivel nacional como internacional. Para sostener esta política se invitó a varias instituciones de la Comunidad Autónoma de Galicia a que colaborasen económicamente con el Archivo. Para ello se intentó relacionar los servicios que podríamos ofrecer al mundo con las competencias o ámbitos de actuación de esas instituciones. Por ejemplo: a la Secretaría General de Emigración de la Xunta de Galicia, que se ocupa de las relaciones con las comunidades gallegas en el exterior y la política inmigratoria y de retorno a Galicia, se le ofreció poner en nuestra base de datos, accesible a través de Internet, aquellos fondos y datos que pudieran ser de interés para este fin. El Archivo ofrece una importante colaboración con esta institución en el programa "Raices".

El archivo del Hospital Real también se incorporó a nuestro archivo. Es especialmente importante para la historia de la peregrinación a Santiago de Compostela desde el siglo XVI hasta el siglo XX. Contiene además importantes documentos para el estudio de la medicina en Galicia.

Otra incorporación de primer orden es la de los Protocolos Notariales del distrito de Santiago (siglos XVI al XX) que llegaron al Archivo en el año 1969. En 1993 fueron incorporados protocolos notariales de otros distritos.

De acuerdo con el Colegio Notarial se publicaron instrumentos de descripción, primero en papel y recientemente en la base de datos e imágenes del Archivo

Además, la Consellería de Educación de la Xunta de Galicia colabora económicamente en la descripción y digitalización de estos documentos en la base de datos del archivo. Los protocolos notariales son una fuente importantísima de investigación y dan información sobre todas las personas en cualquier situación y en cualquier momento de su vida.

La documentación del Ayuntamiento de Santiago de Compostela se incorporó a comienzos del año 1994 con documentos que abarcan desde el siglo XVI hasta el año 1950 y se actualiza cada dos años.

El Consorcio de la ciudad de Santiago tiene sus fondos en este archivo. Es una institución dedicada fundamentalmente a la rehabilitación y conservación de edificios históricos de la ciudad y también asume proyectos culturales. Complementa en gran manera al archivo municipal en lo tocante a planimetría y temas culturales. Colabora económicamente con el archivo en el mantenimiento de sus fondos.

En su política de expansión y crecimiento el archivo contactó con empresas privadas de banca, industria pesquera, transporte marítimo y minería, entre otras, lo que dio lugar a la incorporación de los archivos de estas empresas. Algunos archivos de empresa son custodiados por sus propietarios en cuanto ellos consideran que tienen un valor administrativo. Cuando estos documentos ya no poseen ese valor para sus empresas, el Archivo de la Universidad, conocedor de su valor cultural, ejerce una política de acercamiento a esas empresas. También, en algunos casos, son los mismos propietarios quienes ofrecen sus fondos a la Universidad.

- Rodolfo Lama presenta un archivo muy interesante. Podríamos decir que estamos ante un archivo de arquitectura. Contiene alrededor de 4.000 planos de edificios de la ciudad de Santiago de Compostela . Tiene también gran cantidad de proyectos de restauración y rehabilitación de edificios históricos. Este archivo fue donación de la viuda de Rodolfo Lama Prada por medio de la empresa constructora NEORSA.
- El archivo de Vilaodríz alberga documentación sobre las minas del mismo nombre en la provincia de Lugo dentro de la comunidad autónoma gallega. La explotación de esta mina es abierta. Hay una interesante serie documental para estudiar la vida laboral en la mina. Son también interesantes los planos de la mina de carbón y del tren de carga que conectaba esta mina con el puerto de Ribadeo adonde se transportaba el mineral. Esta documentación fue adquirida por la Universidad en el año 1997.
- Simeón García es una empresa dedicada al comercio y a la banca. En el archivo de la Universidad hay documentación de las casas de Santiago, A Coruña y Vigo.

Los orígenes de esta empresa están en Ortigosa de Cameros, provincia de Logroño, donde estaba situada la factoría textil. Fue una de las más importantes empresas de Galicia en los siglos XIX y XX. El Archivo de la Universidad está situado en el que fue edificio comercial de la firma.

La Universidad sigue el mismo proceso para adquirir archivos familiares y personales.

Tal es el caso del archivo familiar de Seijas de Bascuas. Su propietario contactó con el archivo porque sabía que otras casas nobiliarias habían depositado aquí sus archivos. En un principio pidió que se le hiciese una valoración pero más adelante optó por depositarlo a través de un contrato de comodato. Entre el comienzo y el final de las negociaciones hubo períodos de silencio pero al final se restableció el contacto y la documentación hoy en día está custodiada en este archivo.

Estas son quizás las más importantes innovaciones que el archivo ha tenido en los últimos tiempos en cuanto a la diversidad de materiales que se han añadido a sus fondos tanto de empresas como de documentación de casa nobles.

Nuevas Tecnologías

Como es sabido, estos cambios en el ámbito de los fondos van paralelos a un cambio en las nuevas tecnologías de la información (TIC) que han abierto múltiples posibilidades en la archivística y al archivero. Están presentes en la Universidad de Santiago y por tanto en el Archivo que trabaja con el programa Archi-DOC-Archi-GES con los módulos de descripción, búsqueda, gestión de usuarios, digitalización, etc., que permite el acceso a la base de datos e imágenes a través de Internet.

En la actualidad se ha presentado una nueva versión de la base de datos en Java que responde mejor a las necesidades de búsqueda y consulta de los usuarios.

Esta base de datos la sostiene la propia Universidad y cuenta además con la financiación de la Consellería de Cultura de la Xunta de Galicia que tiene una larga trayectoria en el campo digital.

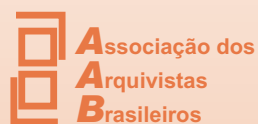
Conclusión

Como conclusión deberíamos destacar que la política de adquisiciones y las adquisiciones mismas han hecho del Archivo de la Universidad un "Archivo de Archivos" lo que ha llevado a cambiar el perfil del usuario que antes sólo estaba interesado en la documentación universitaria y hoy tiene un amplio campo de información y de materiales para investigar. Los documentos de origen o naturaleza no Universitaria ascienden al 40% del conjunto de los fondos del Archivo.

Por todo esto, el Archivo de la Universidad es un ejemplo de institución en constante cambio, especialmente en la última parte del siglo XX, que se convierte para el archivo en un siglo decisivo.

María José Justo Martín
Universidad de Santiago de Compostela
arqmjj@usc.es

Apoio:



Promoção e realização:



Ministério da
Ciência e Tecnologia

Ministério da Cultura

